



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade UnB Planaltina**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE**  
**E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA REFLORESTAR A**  
**PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

**JULIANA LOPES RODRIGUES DE SOUSA VIANA**

**BRASÍLIA-DF**  
**2016**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade UnB Planaltina**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE**  
**E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA REFLORESTAR A  
PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

**JULIANA LOPES RODRIGUES DE SOUSA VIANA**

**Dissertação submetida ao PPG/MADER,  
como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Meio  
Ambiente e Desenvolvimento Rural, sob  
orientação do Prof. Dr. Marcelo Ximenes  
Aguiar Bizerril.**

**BRASÍLIA-DF, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.**

## FICHA CATALOGRÁFICA

VIANA, JULIANA LOPES RODRIGUES DE SOUSA

AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA REFLORESTAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA / Juliana Lopes Rodrigues de Sousa Viana; orientador Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril.- Brasília, 2016, 147p.

Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2016.

1. Cerrado. 2. Desenvolvimento rural sustentável. 3. Educação ambiental crítica. 4. Reflorestamento. II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

---

Juliana Lopes Rodrigues de Sousa Viana.

Trecho da Carta Encíclica *LAUDATO SI'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum:

“(...) a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras. Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que geme e sofre as dores do parto. Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (...)”.

São Francisco de Assis.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço à Deus em primeiro lugar, à minha família, aos meus amigos e em especial ao meu marido pelo encorajamento, por tudo que suportaram nesta demora e pela paciência, reconheço o incentivo e me desculpo pelas ausências. À Filó, minha filha peluda, pelo companheirismo nas madrugadas, nas incontáveis horas de estudo.

Expresso aqui meu agradecimento à Secretaria de Agricultura e às pessoas que compartilharam suas experiências e conhecimentos para tornar este trabalho possível. Aos colegas de trabalho, à idealizadora do Programa Reflorestar por acreditar na importância do equilíbrio ambiental para o desenvolvimento da agricultura e especialmente aos produtores que aceitaram participar deste estudo.

Minha gratidão ao Prof. Dr. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril, por contribuir para o meu crescimento profissional, pela atenção dispensada, interesse nesta linha de pesquisa, pelas experiências e conhecimento transmitidos nesta jornada.

À Universidade de Brasília e suas unidades de apoio, em especial aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação do MADER pela cordialidade e pronto atendimento e a todos os brasileiros que me sustentaram com seus impostos nestes dois anos de universidade.

Aos meus colegas de mestrado, pelos momentos de entusiasmo partilhados.

## RESUMO

Este estudo pretende contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no DF, a partir da proposição do aperfeiçoamento do Programa Reflorestar, com ênfase no fortalecimento da sua dimensão educacional. A pesquisa analisa o contexto de criação do referido Programa, seus objetivos e resultados, e propõe a sua revisão a partir da perspectiva da educação ambiental crítica como uma política pública socioambiental para o Distrito Federal. Para a análise do Programa quanto aos aspectos de sua criação, implementação, resultados e institucionalização foi realizada ampla pesquisa documental nos arquivos da Secretaria de Agricultura e conferidos os resultados alcançados no período de 2008 a 2015. Por meio de entrevista realizada com a principal idealizadora do programa foi possível reviver o período de desafios que a equipe à época enfrentou para recriar o setor ambiental do órgão, após a extinção da Fundação Zoobotânica, no ano 2000. Por fim, em entrevistas realizadas com 28 produtores assistidos em Brazlândia, durante visitas às suas propriedades, foram registradas as percepções do produtor beneficiado, suas críticas e sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do Programa. As principais mudanças sugeridas são: (1) desconcentrar os processos decisórios por meio da participação social na gestão ambiental pública para ampliar a conscientização e o empoderamento dos diversos atores sociais; e (2) a ampliação dos critérios de enquadramento e priorização com proposições de alteração de ordem político-institucional e técnico-operacionais. Por fim, a sistematização desta experiência é tanto uma estratégia de resgate da história, de socialização das informações e de subsídio para futuras avaliações e aperfeiçoamentos dos gestores, quanto um esforço para que a memória do que já foi realizado inspire outros colegas servidores a trabalhar na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Cerrado. Desenvolvimento rural sustentável. Educação ambiental crítica. Reflorestamento.

## ABSTRACT

This study aims to contribute to the promotion of sustainable rural development in the Federal District, from the proposition of improvement of the "Reflorestar" Program, with emphasis on strengthening its educational dimension. The research analyzes the context of establishment of this program - its objectives, results and institutionalization - and proposes a review as from the perspective of critical environmental education as a social and environmental public policy for the Federal District. For analyzing the program in the aspects of its creation, implementation and results it was carried out extensive document research in the Agriculture Secretariat files and checked the results achieved from 2008 to 2015. By interview conducted with the main proponent of the program it was possible to revive the challenges faced by the team at the period to recreate the environmental area, after the extinction of Zoo Botanical Foundation in 2000. Finally, in interviews with 28 farmers assisted in Brazlândia during visits to their properties, we recorded the producers' perceptions, their criticisms and suggestions for the improvement of the program. The main changes suggested are: (1) decentralize decision-making processes through social participation in public environmental management to raise awareness and empowerment of the different social actors; and (2) the expansion of framework criteria and prioritization with proposals for change of political-institutional and technical-operational order. Finally, the systematization of this experience is both a rescue strategy from the story, sharing of information and allowance for future reviews and improvements of managers, as an effort to make the memory of what has been accomplished an inspiration to other colleagues working on promoting sustainable rural development.

Keywords: Cerrado. Sustainable rural development. Critical environmental education. Reforestation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro síntese dos documentos de referência inicial e de ampliação do Programa Reflorestar. ....	31
Quadro 2. Impressões de duas técnicas quanto ao grau de sensibilização atribuído aos 28 produtores atendidos pela pesquisa. Fonte: Elaboração própria a partir das menções atribuídas a cada uma produtor por cada técnica. ....	76
Quadro 3. Comparativo dos objetivos específicos do Programa Reflorestar ao longo de sua trajetória (fases do Programa). Fonte: Elaboração própria a partir de consulta aos documentos de referência. ....	82

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa ilustrativo das 27 chácaras do Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita atendidas com mudas do Programa Reflorestar em parceria com o Projeto APA da UnB, em 2008. ....	33
Figura 2. Nível de sensibilização quanto às questões ambientais atribuído aos 28 produtores atendidos pela pesquisa. Fonte: Elaboração própria baseada na observação e no diálogo dos técnicos com os produtores no momento da revisita à propriedade atendida pela Programa. ....	76

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Correlaciona o número de atendimentos realizados através do Programa Reflorestar no período de 2008 e 2015. Fonte: Relatórios internos de atividade NRA/SEAGRI-DF-DF, 2008 a 2015. ....	80
Gráfico 2. Número de mudas disponibilizadas no período de 2008 a 2015 através do Programa Reflorestar. Fonte: Relatórios internos de atividade NRA/SEAGRI-DF-DF, 2008 a 2015. ....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao gênero. ....	47
Tabela 2. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à faixa etária. ....	47
Tabela 3. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à expressão que melhor define o ocupante de imóvel rural atendido pelo Programa Reflorestar naquela ocasião. ....	48
Tabela 4. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à quantidade de membros da família que tenham vínculo com a chácara naquela ocasião. ....	49

Tabela 5. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à ocorrência de membros da família com formação em cursos ligados à terra naquela ocasião.....	49
Tabela 6. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne a que título sobre o imóvel, o beneficiário do Programa Reflorestar detém naquela ocasião. ....	50
Tabela 7. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à influência que se estabelece sobre o ocupante do imóvel rural, em razão do tipo de dominialidade que ele detém.....	51
Tabela 8. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à maneira que o produtor conheceu o Programa Reflorestar, por quais meios ele soube da sua existência.....	52
Tabela 9. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à clareza para o produtor, de quem é a organização que disponibiliza as mudas no âmbito do Programa Reflorestar.....	52
Tabela 10. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à clareza do que é o Programa Reflorestar para quem foi beneficiado por ele em ocasião pretérita.....	53
Tabela 11. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à compreensão do que é uma Área de Preservação Permanente – APP, área de interesse do Programa Reflorestar.....	54
Tabela 12. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à compreensão do que é uma área de Reserva Legal – RL, área de interesse do Programa Reflorestar. ....	55
Tabela 13. Grau de importância atribuído à iniciativa do Programa Reflorestar pelos produtores atendidos. ....	56
Tabela 14. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à recomendação do Programa para os vizinhos. ....	59
Tabela 15. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à motivação dos entrevistados para plantar árvores. ....	61
Tabela 16. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à desmotivação dos entrevistados para plantar árvores.....	62
Tabela 17. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao conhecimento do entrevistado sobre a existência e a identificação de cursos d'água, próximos à sua propriedade.....	62
Tabela 18. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à participação.....	63

Tabela 19. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à participação do entrevistado em algum projeto de educação. ....	63
Tabela 20. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à opinião do entrevistado se ele considera que obteve sucesso no plantio das mudas.....	65
Tabela 21. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às principais dificuldades enfrentadas com o manejo das mudas. ....	66
Tabela 22. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao conhecimento do entrevistado sobre os instrumentos de gestão ambiental disponíveis para a região. ....	67
Tabela 23. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à condição de associado ou não-associado, à alguma organização afeta a condição de ocupante de imóvel rural. ....	68
Tabela 24. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao conhecimento do entrevistado sobre o calendário anual das festas comunitárias, como as festas típicas na sua região. ....	68
Tabela 25. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, de que maneira o entrevistado interpreta a relação do governo com ele, quando propõe um novo programa. ....	69
Tabela 26. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, se para o entrevistado esta se configura como a primeira oportunidade concedida para dar opinião com caráter de avaliação, à um programa proposto pelo governo. ....	70
Tabela 27. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às recomendações do entrevistado, para que o Programa seja aperfeiçoado. ....	71
Tabela 28. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às recomendações do entrevistado de como na opinião dele, deveria ser um programa que envolvesse o pessoal da região, em ações para proteger os cursos d'água. ....	73
Tabela 29. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às recomendações do entrevistado de como o governo pode ajudar o produtor a proteger os cursos d'água. ....	74
Tabela 30. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que seriam as decisões do entrevistado se fosse o governo, para promover a preservação dos cursos d'água na região. ....	74
Tabela 31. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à opinião do entrevistado quanto à aplicação de penalidades no caso de perda das mudas e sugestões de outras formas de encorajamento à adesão ao Programa. ....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal
ADESB	Associação de Desenvolvimento Sustentável de Brazlândia
AGEFIS	Agência de Fiscalização do Distrito Federal
ANA	Agência Nacional de Águas
ANDA BRASIL	Confederação Brasileira de Caminhadas, Esportes Populares e Inclusão Social
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APREFAG	Associação de Preservação Ambiental dos produtores rurais, chacareiros e moradores da Reserva F
ARIE Granja do Ipê	Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBO	Confederação Brasileira de Orientação
CEASA	Central de Abastecimento do DF
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COL	Composto Orgânico de Lixo
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DATER	Departamento de Terras
DDR	Diretoria de Fomento e Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER-DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPE-DF	Federação da Agricultura e Pecuária do DF
FDR	Fundo de Desenvolvimento Rural
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

FZDF	Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
GAA	Gerência de Adequação Ambiental
GDF	Governo do Distrito Federal
GFF	Gerência de Fiscalização Fundiária
GPF	Gerência de Programas de Desenvolvimento Rural
GPS	Sistema de Posicionamento Global ( <i>Global Positioning System</i> )
GRF	Gerência de Regularização Fundiária
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IVV	Instituto Vida Verde
JBB	Jardim Botânico de Brasília
MADER	Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPDFT	Ministério Público do DF e Territórios
NPV	Núcleo de Produção Vegetal
NRA	Núcleo de Proteção e Reabilitação Ambiental
PAPA-DF	Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura
PEAAF	Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF
PIB	Produto Interno Bruto
PMCAS	Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
Pró-Descoberto	Associação dos Produtores e Protetores do Lago Descoberto
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PU	Plano de Utilização das Unidades Produtivas
RIDE-DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RL	Reserva Legal
SAF	Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SAP	Secretaria de Agricultura e Produção
SDR	Subsecretaria de Desenvolvimento Rural
SEAGRI-DF	Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMATEC	Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
TERRACAP	Companhia Imobiliária do Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO .....	1
1.1	Motivação da pesquisa.....	1
1.2	A criação da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.....	4
1.3	As origens do Programa Reflorestar .....	6
1.3.1	Criação e evolução da unidade de execução do Programa Reflorestar .....	6
1.4	Problema de pesquisa.....	6
2	OBJETIVO GERAL .....	9
2.1	Objetivos específicos .....	9
3	REFERENCIAL TEÓRICO .....	10
3.1	A crise socioambiental e a Educação Ambiental Crítica.....	10
3.2	“Nova” Assistência Técnica e Extensão Rural pública - ATER .....	14
3.3	Políticas públicas de caráter socioambiental .....	19
4	METODOLOGIA .....	22
5	RESULTADOS.....	29
5.1	Quanto à análise do Programa .....	29
5.1.1	Pesquisa documental .....	29
5.1.2	Sobre o Programa Reflorestar .....	32
5.1.3	Entrevista com a principal idealizadora do Programa Reflorestar .....	40
5.1.4	Entrevista com os produtores .....	46
5.1.5	Quanto ao grau de sensibilização atribuído aos produtores .....	75
5.2	Escopo original e resultados quantitativos alcançados no período de 2008 a 2015 ..	77
5.2.1	Critérios de enquadramento.....	79
5.2.2	Sobre os resultados quantitativos alcançados no período de 2008 a 2015 .....	79
5.2.3	Proposta original <i>versus</i> como o Programa se desenvolveu na prática. ....	81
5.3	Aspectos da reestruturação .....	83
5.3.1	Constituição de Grupo de Trabalho.....	83
5.3.2	Elaboração dos novos critérios de enquadramento e priorização.....	84
6	DISCUSSÃO.....	86
6.1	Pontos de vista da educação.....	90
6.2	Pontos de vista do Estado .....	91
6.3	Pontos de vista do produtor .....	94
6.4	Do ponto de vista de operacionalização do Programa .....	96
7	RECOMENDAÇÕES .....	98
7.1	Quanto ao arcabouço legal.....	99
7.2	Quanto ao público-alvo.....	100
7.3	Quanto à articulação para gerar novos arranjos para sua implementação .....	100

7.4	Quanto aos recursos financeiros .....	102
7.5	Quanto à produção e entrega das mudas .....	103
7.6	Quanto ao monitoramento e às revisitas .....	105
7.7	Quanto às estratégias para preservar as áreas rurais do DF .....	105
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
8.1	Situação atual do Programa .....	107
8.2	Perspectivas .....	110
9	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....	111
10	APÊNDICES .....	118

## 1 APRESENTAÇÃO

### 1.1 MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

Natural de Brasília, desde a infância cultivei grande interesse quanto às práticas ambientais na agricultura. Aos 9 anos eu já havia definido a profissão do meu coração, tinha aulas na horta e plantávamos árvores pela escola regularmente, assistia ao programa Globo Rural sempre aos domingos pela manhã e nas férias de final de ano viajava para o interior do Ceará para auxiliar na *lida da roça*, na companhia da minha avó materna, minha grande inspiração para o trato com a terra, e aproveitava para ensaiar na alfabetização de jovens e adultos daquela região.

Aos 21 anos concluí minha graduação em agronomia, uma escolha para compreender as riquezas da terra, proteger os recursos naturais e alimentar as pessoas. Até hoje carrego um desejo profundo de contribuir para as mudanças no mundo, ainda que localmente, mudar para melhor!

Quando fui aprovada no concurso da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF – SEAPA, em setembro de 2009, fiquei extasiada de alegria ao ser concreta a possibilidade de trabalhar para melhorar a prestação de serviços públicos à sociedade. Cheguei num cenário de extremo sucateamento da estrutura física, de recursos financeiros e de pessoal, uma sala diminuta abrigava o recém-criado Núcleo de Proteção e Reabilitação Ambiental – NRA, responsável pela execução do Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar, cuja a chefe à época era uma bióloga. Os demais membros da equipe eram um engenheiro mecânico, uma engenheira florestal e um engenheiro agrônomo, equipe que nos seis meses seguintes se desconstituiria, uma vez que seus membros tomariam rumos profissionais e pessoais bem distintos: os dois primeiros comporiam a Assessoria Técnica do gabinete do Secretário de Agricultura e os dois últimos, estariam aposentados.

Com poucos dias de integração à equipe, juntamente com mais um colega contemporâneo do concurso um técnico agrícola, compreendi que eu estava ali para dar seguimento ao trabalho que a equipe anterior havia iniciado e que dependia principalmente da minha perseverança que o Programa Reflorestar tivesse continuidade, assim como garantida a participação da SEAPA nas diversas iniciativas de cunho ambiental, tais como os Comitês de Bacia Hidrográfica, o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, o Zoneamento Ecológico Econômico, entre outros arranjos, devido a minha identificação com o tema.

A Secretaria de Agricultura ficou sem realizar concurso por 19 anos, e a nova geração precisava se apropriar da necessidade de continuação das ações do Programa Reflorestar e dos demais compromissos próprios da agenda ambiental. Logo em meados de 2011 fui nomeada chefe do NRA, e atualmente permaneço como gestora da unidade que em 2015, no início da nova gestão política, tornou-se a Gerência de Adequação Ambiental, mantendo as mesmas atribuições do Núcleo e a mesma equipe também.

Desde 2011, toda a equipe do antigo Núcleo de Reabilitação Ambiental e atualmente Gerência de Adequação Ambiental esteve dedicada ao Programa Reflorestar, que tem na sua proposta original o apoio aos produtores rurais do DF na adequação ambiental das suas propriedades, por meio do fornecimento de mudas de espécies nativas do bioma Cerrado, para revegetação das áreas de preservação permanente e reserva legal. No entanto, o desafio para o fortalecimento das ações e a sua perpetuação no tempo está posto: é preciso fazer muito mais do que oferecer mudas, é essencial sensibilizar. O sucesso das ações de reflorestamento depende do envolvimento dos produtores beneficiários do Programa, para que tomem para si o compromisso de plantar as mudas, para que cresçam tornando-se árvores, num movimento constante de reflexão sobre a crise ambiental que vivemos, para que sejam agentes na proteção das nascentes e demais áreas ambientalmente sensíveis em todo o território do Distrito Federal.

Compreendendo a Secretaria de Agricultura como órgão normatizador da política agrícola local, cujas práticas agrícolas estão intrinsicamente atreladas à questão ambiental, trago nesta dissertação a minha experiência como servidora de forma técnica (e porque não dizer apaixonada também?), movida pelo desejo de conquistar cada vez mais os produtores como parceiros do Governo e da sociedade de modo geral, e que na maioria das vezes atuam como verdadeiros guardiães dos recursos naturais disponíveis nas suas propriedades.

A proposta de avaliação se dará a partir da concepção original do Programa, por meio de entrevista com a equipe idealizadora e consulta aos documentos de referência à implementação do Programa como projetos e relatórios de atividades. No entanto, com um olhar para um salto de qualidade, de novos arranjos para sua implementação, ganho de escala e principalmente, como uma estratégia para a compreensão e atuação sistêmica que a questão ambiental exige.

Por outro lado, será feita uma proposta de reestruturação à luz das premissas da educação ambiental crítica baseada tanto nas entrevistas realizadas com produtores numa abordagem de pesquisação, quanto de reuniões com os técnicos que compõem a equipe que

executa o Programa e outras unidades parceiras dentro da própria Secretaria de Agricultura, como os técnicos da Granja do Ipê e da Gerência de Regularização Fundiária.

Foi instituído e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal por meio da Portaria nº66 de 09 de setembro de 2015, o Grupo de Trabalho com a finalidade de reformular o Programa Reflorestar e elaborar minuta de decreto de regulamentação da Lei 4.734, de 29 de dezembro de 2011, que institui o Programa Reflorestar. Composto por oito membros, sendo sete da SEAGRI-DF contemplados seis servidores da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, um da Subsecretaria de Regularização Fundiária e uma representante da EMATER-DF. Apenas uma reunião foi realizada. O prosseguimento das reuniões do Grupo de Trabalho foi inviabilizado por alguns eventos<sup>1</sup> que prejudicaram o segundo semestre do ano de 2015. As circunstâncias de incertezas sobre o futuro, desarticularam rotinas de várias unidades na Secretaria de Agricultura e afetaram tanto a agenda de trabalho como a agregação da equipe que se reunia em busca de um plano comum.

Contudo tal esforço, alimenta minha realização profissional quando enxergo o fortalecimento das atividades do Programa Reflorestar enquanto política pública para o DF ao possibilitar aos seus beneficiários compreender as crises socioambiental e civilizatória instaladas, ressignificando a necessidade de nos aproximarmos e voltar-nos a sentir-se parte da natureza (resgate da ética ecológica) e da possibilidade de melhorar a vida das pessoas a partir dos cuidados com o meio ambiente, formado por recursos indispensáveis à atividade agropecuária. Esta reflexão me inquieta e desafia a ponto de fazer com que eu dedique uma dissertação de mestrado para investigar a maneira mais legítima do processo e que favoreça a apropriação pelas pessoas, do que vem a ser uma efetiva política pública socioambiental para o Distrito Federal. Que seja um instrumento efetivo para viabilizar o diálogo entre Estado e sociedade, ainda que para um público bem específico se considerada a proposta inicial do Programa, que são os produtores rurais do DF.

Concordando com Marcos Sorrentino e equipe, na publicação “Viveiros educadores: plantando vida”, tais reflexões devem *"contribuir para o resgate da cultura do plantar, fortalecendo as relações pessoais, os laços afetivos, e cativando cada vez mais pessoas para refletir e agir na direção de um mundo mais justo e equilibrado para todos"* (BRASIL, 2008, p.9).

---

<sup>1</sup> Os eventos que prejudicaram a agenda de trabalho do Grupo e a rotina na SEAGRI foram: a possibilidade de fusão da Secretaria de Agricultura com outras Secretarias de Estado, numa estratégia frustrada de enxugar o Poder Executivo local, seguida por 29 dias de greve em razão do não pagamento da última parcela de reajuste negociado com a categoria em 2013, ainda no governo Agnelo Queiroz e por último, a recomendação de corte de 20% dos cargos comissionados.

A proposta de avaliação e reestruturação do Programa Reflorestar ganhou força diante da seleção exitosa para o curso de pós-graduação, mestrado acadêmico em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – MADER pela Universidade de Brasília, campus de Planaltina, realizada no primeiro semestre de 2014. Esta dissertação dialoga com os objetivos do MADER que versam sobre a formação interdisciplinar de profissionais e o desenvolvimento de competências para atuação, na *“construção do conhecimento interdisciplinar em desenvolvimento rural sustentável, com foco nos impactos do atual modelo agropecuário e nas possibilidades e perspectivas de alternativas de produção da sociobiodiversidade e na solução de problemas rurais locais, regionais e nacionais, inclusive na análise, elaboração e operacionalização de políticas públicas, especialmente políticas de educação, formação profissional e assistência técnica”*, entre outras competências.

## 1.2 A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL

Em 1946, o projeto de transferência da Capital Federal foi retomado, com a criação da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital. Essa Comissão contratou o levantamento aerofotogramétrico de uma área de 50.000 km<sup>2</sup>, executado pela empresa norte-americana Donald J. Belcher. Foram estudados cinco sítios, dos quais um foi escolhido pela Comissão para implantação de Brasília (GDF, 1986 apud GANEM et al., 2008). Esse sítio, de 5.800 km<sup>2</sup>, abrangia duas cidades – Planaltina, fundada em 1859, e Brazlândia, de 1933 – e 92 fazendas, que foram desapropriadas pelo Governo Federal para implantação do DF (SEDUMA, 2007 apud GANEM et al., 2008).

Segundo o Relatório Anual da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, os arredores do sítio que abrigaria a Nova Capital e futura sede do Governo da União, *“deveria ter a terra cedida a pessoas idôneas sob a égide de cumprir a utilidade pública e conveniência ao interesse social, produzindo alimentos à população da futura metrópole”* (ALBUQUERQUE, 1955, p. 14).

Após a inauguração da cidade, o primeiro documento de zoneamento do DF foi aprovado por meio do Decreto Federal nº 163/1962, que dividiu suas terras em área metropolitana, área das cidades satélites e área rural. Essa divisão territorial foi posteriormente reafirmada, no Decreto n.º 2.739/1974 (GANEM et al., 2008).

Neste sentido as medidas para o estabelecimento da Nova Capital possuem historicamente íntima relação com o desenvolvimento da agricultura no DF e com o Abastecimento Alimentar do Novo DF, tanto que o zoneamento territorial deste quadrilátero

previa um cinturão verde de produção de alimentos já em 1957, programado para se estender pelas áreas do Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Vargem Bonita, Taguatinga, Brazlândia e Taquara, regiões administrativas que contornam Brasília (TAVARES, 1995).

A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal foi criada no ano de 1961, ano subsequente à inauguração da Nova Capital, sede também do Governo do Distrito Federal. Esta, por sua vez, teve como órgão executivo a Secretaria de Agricultura e Produção – SAP, criada em 1964. Naquele ano a SAP tinha sob sua tutela grande parte da área rural situada no território do Distrito Federal, que foi dividida em Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas, todos às margens de ribeirões perenes. As áreas rurais do DF eram declaradas inalienáveis devendo ser aproveitadas por órgãos governamentais ou por particulares, através de contratos de arrendamento.

É sabido, por força das memórias de colegas que ainda trabalham na SEAGRI, que como atrativo para o estabelecimento dos primeiros agricultores a ocupar terras rurais no DF, (vindos de Goiânia e São Paulo para a região da Vargem Bonita e do sul para a região do PAD-DF) a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal entregava a propriedade em condições de plantio, com o solo arado e completamente desprovido de vegetação, na maioria dos casos.

Ao longo dos anos houve desvirtuamento no uso das chácaras devido à transformação de alguns núcleos rurais em áreas urbanas pelo parcelamento irregular do solo. Neste cenário, sabe-se que a maioria das unidades produtivas sob domínio da Secretaria de Agricultura, embora exigido um Plano de Utilização, hoje necessitam de algum grau de adequação ambiental e de um trabalho de sensibilização para os problemas ambientais causados por práticas não-sustentáveis. Essas práticas contribuem para piorar a qualidade e a quantidade de água disponível, assorear córregos, contaminar mananciais por subprodutos de agroindústria, além de fragmentar porções de vegetação que compõem corredores ecológicos importantes para a conservação da diversidade biológica nas unidades de conservação do DF, entre outros.

Os próprios arrendatários demandaram da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF – SEAPA ações para melhorar as condições ambientais no campo, motivados pela perda de qualidade e quantidade de água e de solo em processos erosivos. Para isso, exigiram a propositura de um programa governamental que contemplasse a sustentabilidade econômica e ambiental para a área rural do DF, para fortalecer os mecanismos oficiais de apoio e incentivo à agricultura (RAMOS, 2007, p.2).

### 1.3 AS ORIGENS DO PROGRAMA REFLORESTAR

#### 1.3.1 Criação e evolução da unidade de execução do Programa Reflorestar

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária de Abastecimento do Distrito Federal – SEAPA, buscando o desenvolvimento rural sustentável do DF e atendendo à demanda legítima dos produtores, lançou em 2007, concomitantemente à criação do Núcleo de Proteção e Reabilitação Ambiental, o Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar. O Programa foi criado com o objetivo de apoiar a adequação ambiental dos lotes rurais sob tutela da SEAPA, o apoio se concretizaria por meio de ações baseadas no envolvimento e na participação comunitária, na adimplência ambiental, com o cumprimento da legislação específica e adequação dos sistemas de produção aos critérios de sustentabilidade social, econômica e ambiental, no âmbito da Bacia Hidrográfica na qual se encontram inseridos (RAMOS, 2007, p.2).

Tal apoio seria essencialmente por meio da disponibilização de mudas nativas do Cerrado para a recuperação das áreas de preservação permanente e recomposição das áreas de reserva legal das propriedades e de uma patrulha motomecanizada utilizada para preparo das covas para o plantio das mudas, trabalhos de conservação de solo e para realização de aceiros, para prevenir a ocorrência de incêndios que prejudicam o estabelecimento das mudas em campo.

Em 1º de janeiro de 2011, a SEAPA, por meio do Decreto nº 33.228/2011, passou a denominar-se Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF.

Consta das competências legais da SEAGRI-DF planejar, orientar e dirigir a implementação de programas de educação ambiental no âmbito da área de atuação da Secretaria, bem como promover ações de educação ambiental voltadas aos produtores, trabalhadores e comunidades rurais, e supervisionar e avaliar o desenvolvimento de atividades técnicas, educativas e de capacitação para produtores rurais, estudantes, pesquisadores e profissionais ligados ao setor agropecuário, nos espaços de produção animal e vegetal da Secretaria.

### 1.4 PROBLEMA DE PESQUISA

Praticar a educação ambiental como política pública, segundo Carvalho (2004), *“trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas — seja nas*

*decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil — de forma separada, independente ou autônoma*”. Ainda que o Brasil apresente uma boa política nacional de educação ambiental e uma estruturação governamental relativamente robusta que consiste no órgão gestor da educação ambiental e sua rede de cooperação, a presente pesquisa é motivada pela constatação de que embora haja nas organizações governamentais a competência legal para planejar, orientar e dirigir a implementação de programas de educação ambiental, seus princípios não são contemplados no escopo das ações ambientais propostas pelos órgãos do governo, comprometendo conseqüentemente, os índices de sucesso dos programas.

Assim, configura-se como problema de pesquisa abordado neste trabalho o fato de que as ações de educação ambiental propostas pelo poder público do Distrito Federal, a exemplo do Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar executado pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, devem ser compreendidas como o instrumental adequado e indispensável para aumentar os indicadores de sucesso de programas ambientais, como a apropriação pelas comunidades atendidas e a efetiva melhoria nas condições ambientais na região escolhida para intervir.

Neste sentido, tal estudo pretende reunir e avaliar os resultados alcançados pelo Programa Reflorestar, no período de 2008 a 2015, e propor a sua reestruturação à luz da educação ambiental crítica, que segundo Loureiro e Layrargues (2013), “*é aquela tendência que busca a ressignificação ideológica da questão ambiental e possibilita criticar e operar politicamente a favor da transformação social*” (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013, p.1). Os autores não defendem uma educação ambiental única em seu entendimento de mundo e forma de agir, no entanto, por sua natureza conflitiva e diversa, esta linha crítica prima pela busca por espaços na sociedade para seu fortalecimento e legitimação, como nas institucionalidades e construção de políticas públicas, por exemplo.

Para Layrargues e Lima (2011), “*o cenário atual do campo da educação ambiental compreende três macrotendências, as quais, por sua vez, agregam em seu interior diversas correntes político-pedagógicas que representam diferentes abordagens teóricas e práticas dessa prática educativa: a conservacionista, a pragmática e a crítica* (LAYRARGUES e LIMA, 2011). A abordagem conservacionista é aquela que valoriza a dimensão afetiva em relação à natureza e a mudança de comportamentos individuais em relação ao ambiente, enquanto que a pragmática (mais uma expressão conservadora da educação ambiental), percebe o meio ambiente pela ótica da modernização ecológica, destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento,

aludindo-se então ao combate ao desperdício, ou seja, não questionam a estrutura social vigente, propondo apenas reformas setoriais.

Das concepções de educação ambiental apresentadas pelos autores, a que possui maior pertinência com o momento presente da crise ambiental é a crítica, que traz reflexões para além dos comportamentos individuais que exploram o território afetivo que se nutre de práticas lúdicas e de sensibilização estética e emocional (CASTILLO & GAUDIANO, 2010), uma vez que os indivíduos interagem com o planeta, como parte da sociedade. Nesta corrente, predomina o exercício da atividade humana consciente de transformação do mundo e de autotransformação, a promoção de novas atitudes e relações que estruturam a sociedade.

Nesta perspectiva, é clara a orientação de que não basta lutar por uma nova cultura na relação entre o ser humano e a natureza, é preciso lutar ao mesmo tempo por uma nova sociedade.

Para Castillo & Gaudiano, (2010, p.12):

“(...) identificar sujeitos sociais para os quais as ações de educação ambiental se destinam tem sido um problema recorrente na trajetória da educação ambiental institucionalizada, porque estão carregadas de prescrições padronizadas inviabilizando toda a proposta pedagógica.

O maior desafio da atualidade então, é reduzir a distância entre os processos de geração do conhecimento e o uso social do mesmo, em especial para respaldar a construção de estratégias coletivas de prevenção, mitigação e solução de problemas socialmente transcendentais.”

É preciso ampliar a visão estritamente ecológica da questão ambiental, para não perder de vista as dimensões sociais, políticas e ideológicas, as concepções conservacionista e pragmática não incorporam as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise ambiental (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

Na medida em que este trabalho buscou a participação de uma das idealizadoras do Programa, dos técnicos envolvidos no atendimento aos produtores e especialmente dos produtores rurais do DF, num recorte espacial de Brazlândia, compreendidos o Núcleo Rural Betinho, o Núcleo Rural Morada dos Pássaros, o Núcleo Rural Córrego do Pulador, o Núcleo Rural Olaria, o Núcleo Rural Capão da Onça, a Comunidade do INCRA 6, a Comunidade do INCRA 7, a Comunidade do INCRA 8, a Comunidade do INCRA 9, a Comunidade da Radiobrás e o Assentamento Gabriela Monteiro para subsidiar a reestruturação do Programa, merece destaque o interesse de desconcentrar os processos decisórios por meio da participação social, que acredita-se, serem capazes de interferir no processo de decisão da política e da economia local.

Esta preocupação é necessária para reduzir o descompasso e distanciamento entre o que é proposto pela Secretaria de Agricultura e o que é esperado pelos produtores rurais, no que concerne à necessidade de revegetação das áreas de APP e RL no Distrito Federal. Tal descompasso é verificado na medida em que os indicadores de resultados das ações precisam estar ajustados para refletir que mais importante do que a quantidade de atendimentos realizados e mudas disponibilizadas, é o aumento do índice de sucesso atrelado necessariamente à existência e definição de equipe técnica, disponibilidade de veículo e equipamentos que compõem o aparato de suporte às ações de educação e recuperação ambiental propostas.

## **2 OBJETIVO GERAL**

No presente trabalho analisaremos o caso do Programa Reflorestar na perspectiva do processo de sua concepção, implementação, resultados e institucionalização no período de 2008 a 2015, visando propor sua reestruturação, a partir de premissas da educação ambiental crítica.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Discutir o potencial e as limitações do Programa Reflorestar para contribuir com a redução do passivo ambiental, a promoção de sensibilização e mudanças de comportamentos e atitudes quanto às questões ambientais, marcadamente no contexto de reabilitação ambiental da área rural do Distrito Federal.
- Analisar o impacto do Programa Reflorestar enquanto política pública socioambiental no DF, no recorte territorial de algumas comunidades rurais de Brazlândia.
- Propor aspectos de reestruturação do Programa Reflorestar sob as premissas da educação ambiental crítica, direcionando-o para o exercício da cidadania ativa.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A CRISE SOCIOAMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Apesar de ser um tema de interesse público há mais de 60 anos, apenas na década de 1970 a educação ambiental entrou em uma fase de “explosão” nas agendas políticas e nas preocupações sociais, após a realização de várias conferências e encontros, principalmente internacionais, como a I Conferência Internacional de Meio Ambiente realizada em Estocolmo na Suécia, em 1972; o Encontro de Educação Ambiental de Belgrado em 1975 e a I Conferência sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, em 1977.

A educação ambiental hoje, como forma de atenuação da crise planetária deve ser *“muito mais do que pensar meio ambiente como natureza como foi na década de 70, com ênfase na dimensão natural, é preciso pensá-lo como um lugar para se viver”*, como um projeto comunitário que se traduz em envolvimento individual e coletivo para a participação e evolução da comunidade (ZAKRZEWSKI, 2004, p.19).

Traz a Constituição Federal de 1988 que *“o meio ambiente é direito e dever de todos”* (BRASIL, 1988). Para assegurar a efetividade das incumbências atribuídas ao Poder Público de defendê-lo e preservá-lo, a educação ambiental é o instrumento estratégico adequado ao exercício do controle social sobre as informações, o acesso, o uso e a gestão participativa do patrimônio ambiental brasileiro. A educação ambiental, para cumprir a sua finalidade conforme definição constitucional especialmente prevista na Lei 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu decreto de regulamentação (Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), *“deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias, para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública”* (QUINTAS, 2004, p.127).

Sobre o esforço da educação ambiental para responder à crise planetária, Lima (2005, p.15) afirma que:

*“(...) ou a educação ambiental é política e transformadora da realidade socioambiental ou não é coisa alguma. Se esse reconhecimento da natureza política da educação ambiental não é capaz de ultrapassar o nível da retórica, se o medo da mudança for maior que o desafio de inovar, então podemos apagar as luzes e procurar desafios mais sérios com que nos ocupar, posto que se a educação ambiental não tem compromisso com a transformação social e individual, ela converte-se em mero artifício para justificar, legitimar e conservar a exploração e a degradação – do homem e da natureza – praticadas pelo sistema capitalista.”*

Ainda para Lima (2005), politizar a educação ambiental supõe considerar o educando como portador de direitos e deveres abordando o meio ambiente como um bem público de acesso saudável e como um direito de cidadania, haja vista que o exercício da cidadania implica autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social: *“Mudanças de comportamento, atitudes e, principalmente, valores de cidadania podem ter fortes consequências sociais, como a capacidade de espanto e de indignação”* (LIMA, 2005, p. 16).

A participação dos sujeitos do processo educativo na elaboração das ações a serem desenvolvidas no território de interesse, traz um conceito diferente da chamada educação ambiental convencional, que tem como elemento estruturante de suas práticas, o funcionamento de processos ecológicos. Deverão ser criadas condições para que os diferentes grupos historicamente situados, especialmente aqueles em situação de baixa representatividade social como os jovens e as mulheres, possam intervir no processo de gestão ambiental com foco na justiça e cidadania ambiental entre os indivíduos e destes com a natureza.

Para *“a efetivação da cidadania ambiental, faz-se necessária ações transformadoras dos indivíduos, mediante a conscientização pública sobre a importância da tutela do meio ambiente, do efetivo acesso à informação e, por fim, da educação. Desta forma, a consciência ambiental é adquirida por meio da educação ambiental, que, aliada à informação (...) e às condições de interpretar essa informação”*, permitirão uma leitura realista e consciente da questão ambiental (SILVA e TYBUSCH, 2015, p.10).

Para Loureiro e Layrargues (2013), foi no período de redemocratização da sociedade brasileira que a educação ambiental crítica passou a ser vista como um processo contínuo de aprendizagem em que indivíduos e grupos tomam consciência do ambiente por meio da produção e transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes.

“Nessa mesma época, um elemento a mais, e de caráter decisivo, marcou a sua identidade: a forte inserção dos que atuavam na educação popular e adotavam a pedagogia crítica e libertadora de Paulo Freire. A educação ambiental no Brasil se volta, assim, para a formação humana, para a formação política” (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013, p.65).”

Ainda para Loureiro (2002), a educação ambiental é uma *práxis* educativa e social, que contribui para um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza, sendo ela elemento estratégico na formação da ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza. Sendo a educação essencialmente política, é preciso ter clareza do significado desta

dimensão política em educação, para evitar uma atuação instrumental, acrítica e romântica minimizando-a a uma estratégia de sensibilização para os problemas atuais em função de uma correta gestão dos recursos naturais.

A crise socioambiental e civilizatória teve origem na Modernidade, que segundo Descartes, foi o momento que trouxe uma dicotomia entre homem e natureza (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Para Porto-Gonçalves (2002), a *reflexão acerca da questão ambiental requer a contribuição tanto da ciência quanto da técnica, mais do que isso requer uma nova concepção de homem/natureza*. Embora para ele, o conceito de natureza não seja natural, e venha sendo reelaborado ao longo de sua história, quando o sagrado da natureza foi expulso num projeto de dominação, esta passou a ser vista como objeto, como recurso. No entanto, ao afirmarmos que os homens estão destruindo a natureza, nos envolvemos numa simplificação em que *os homens não são igualmente livres para decidir sobre o seu uso e dos demais instrumentos e meios de produção, não há dominação da natureza que não seja dominação do homem pelo homem* (PORTO-GONÇALVES, 2002). Para o autor, tal questão se resolve na história, nos embates sócio-políticos.

Em razão da diversidade de nomenclaturas, Carvalho (2004) aponta a necessidade de resignificar os sentidos identitários da educação ambiental, do cuidado com a natureza, de formação de uma atitude ecológica e uma cidadania ambiental. O projeto pedagógico e as concepções de mundo guardados no conceito de educação ambiental crítica aqui adotado é o de que, enquanto projeto educativo, pretende transformar a sociedade (CARVALHO, 2004).

Na mesma linha Quintas (2004), inspira uma proposta de educação ambiental crítica como um projeto que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Para reforçar este aspecto, Carvalho (2004, p.18) destaca também que *“um dos bons encontros, promotores de potência de ação, (...) é o encontro da educação ambiental com o pensamento crítico dentro do campo educativo”* aquele que segundo a autora rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos. Este projeto de educação ambiental crítica, que é político e pedagógico, deseja contribuir para uma mudança de valores e atitudes para a formação de um sujeito ecológico (CARVALHO, 2004).

Atitude ecológica, sujeito ecológico e cidadania ambiental são expressões que dialogam com a perspectiva do resgate da ética ecológica, uma postura voltada para o exercício da cidadania planetária (que compreende o planeta fisicamente limitado) e que é o

cerne da Educação Ambiental. Para Loureiro (2002), o conceito de resgate da ética ecológica baseia-se num contexto que,

“Possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa deste direito em um mundo sem fronteiras geopolíticas. Com destaque para o sentimento de pertencimento à humanidade e a um planeta único (LOUREIRO, 2002, p. 76).”

Para Guimarães (2007, p.47) uma educação é um processo dinâmico e permanente, *“já que a ação para a transformação da realidade vivenciada (...) tem como consequência a necessidade de um novo diagnóstico/plano de ação/execução, fazendo com que a cada nova realidade, como resultado da intervenção anterior, propicie o replanejamento em um processo contínuo que se retroalimentará”*. A participação social será construída com base no diálogo, a base de uma autêntica educação que, para Freire (1983), se desdobrará num conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo.

Com efeito, esta ideia é reforçada por Layrargues (2001) que enxerga os processos decisórios participativos como um valor fundamental a ser considerado na proteção ambiental. Assim, para que se elabore políticas públicas mais adequadas à realidade local:

“Há que se conhecer os interesses políticos e econômicos dos diferentes sujeitos sociais e das instituições, dos modos de acesso e usufruto dos recursos naturais, dos regimes de propriedade dos recursos, das opções tecnológicas existentes, dos impasses para a negociação, do conflito que impede o diálogo, dos instrumentos jurídicos à disposição e dos demais aspectos que contribuem para a reflexão das alternativas políticas (LAYRARGUES, 2000, p.5).”

Objetivamente, Castillo & Gaudiano (2010) trazem em suas publicações destaque para esta educação ambiental que enxerga no manejo dos ecossistemas, intervenções sociais com finalidades determinadas, em que a meta deve ser desencadear a tomada de consciência e o empoderamento dos diversos atores sociais. Afirmam ainda que, *“estão fadadas ao insucesso aquelas propostas que não considerarem as visões, os interesses, as necessidades, as expectativas e valores culturais daqueles (atores sociais) cuja sobrevivência cotidiana depende do uso de recursos naturais”* (CASTILLO & GAUDIANO, 2010, p.23). Os autores recomendam ainda que é essencial que a comunicação seja fluida e oportunize igualdade de relevância na participação e contribuições de todos, investigadores, técnicos, atores sociais, donos de terras, sendo a comunicação a principal ferramenta de trabalho dos educadores ambientais.

Dois pensamentos clássicos pertinentes aos que atuam na educação ambiental, segundo Loureiro (2002), são que: “*a educação é um ato político*” (de autoria de Paulo Freire), posto que constrói por meio das relações sociais e pedagógicas a base instrumental, a consciência política e a capacidade crítica para agir na história, na busca permanente e dinâmica da sociedade que desejamos; e que “*a educação é um ato de amor*” (de Rubem Alves), pois resulta do compromisso social e do respeito a si mesmo, ao outro e à vida, movida que é pela paixão de viver e pelo sentimento de pertencimento ao planeta.

A opção por trabalhar na ótica da educação ambiental popular ou crítica, prende-se ao fato de entender a questão ambiental não como algo isolado, desligado de outras dimensões como a política e a social-econômica, e sim na compreensão de que a mudança das relações das pessoas com o meio ambiente está situada dentro do contexto da transformação da sociedade, da maneira como a sociedade pensa e constrói o seu desenvolvimento. (PALERMO & BÖCK, 2007).

Assim, a educação ambiental crítica ou popular torna-se a corrente mais afinada com as propostas da extensão rural agroecológica, aquela acionada para o alcance da mudança social e ambiental desejadas (CARVALHO, 2001). Uma alternativa tecnológica baseada no resgate da forma de fazer agricultura a partir das pessoas e não das técnicas.

### 3.2 “NOVA” ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PÚBLICA - ATER

A consolidação de um campo ambiental no Brasil nas décadas de 80 e 90 se constituiu numa espécie de “*catalisador de um possível novo pacto societário sustentável*” (CARVALHO, 2001), inclusive em escala planetária, como pode ser destacada a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, Rio-92 ou Eco-92), que ocorreu em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Naquela ocasião chegou-se à conclusão de que era necessário agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Diante da atual crise ambiental Caporal et al. (2009, p. ii), dentre outros autores nos “*convida a identificar e propor alternativas, pensando e agindo coletivamente dado que a responsabilidade de cada um ultrapassa o âmbito pessoal e se alarga em perspectiva de sociedade, tal qual o processo de transição inspirado na Agroecologia*”, que desenvolve um estilo de agricultura socioambiental e economicamente sustentável, com maior longevidade no tempo, com ganhos reconhecidamente, sociais, econômicos e ecológicos, alternativa claramente alinhada ao que preconizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 no Rio de Janeiro.

A abordagem agroecológica não é novidade no que concerne à proposta da nova assistência técnica e extensão rural. No governo Collor, já haviam sido realizadas discussões neste sentido. No entanto ainda no seu governo, em 1991, foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER e a extensão rural no Brasil perdeu a centralidade enquanto política pública, levando ao desmonte da ATER pública nos estados e inviabilizando qualquer tentativa de alterar o modelo de fazer agricultura consolidado durante a Revolução Verde (BALEM et al., 2009, p.5).

Em 2003, no início do governo Lula foram resgatadas as discussões sobre a perspectiva agroecológica de alteração do modelo de produção, no entanto nem mesmo as instâncias do governo em sua totalidade incorporaram tal orientação, e muitas vezes agiam em contradição, enquanto algumas mantinham-se sob os preceitos do agronegócio, outras iniciativas isoladas trilhavam o novo caminho, da perspectiva agroecológica. Dessa maneira, Balem et al. (2009) cita que a segunda proposta sucumbiu e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) não logrou êxito em sua implementação.

O serviço de extensão rural, público e gratuito, é uma ferramenta essencial para viabilizar a implementação de uma nova extensão rural, de um novo paradigma extensionista, à luz do conceito amplo de sustentabilidade, considerando as questões ambientais-ecológicas como fundamentais. Contudo, a exigência de um novo profissionalismo na extensão rural é compatível com o grau de complexidade inerente ao processo de mudança requerido.

A justiça social e o respeito ambiental deverão ser as primeiras metas nos processos de desenvolvimento rural desejados. Para Costabeber (2009, p. iv), na apresentação da publicação Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível, é preciso uma compreensão de que:

“(...) os limites físicos planetários não suportam um crescimento indefinido em um mundo com recursos naturais finitos e que está em nossas mãos, individuais e coletivas, a sensibilidade de valorizar e reconhecer a importância das políticas públicas mais coerentes com o conceito de sustentabilidade, e das iniciativas locais na construção de estratégias e novas pautas de desenvolvimento agrícola e rural.”

A lógica do lucro pela produção, baseada no esgotamento e poluição dos recursos naturais herdada da Revolução Verde não comporta o projeto de interrupção das desigualdades, que alia respeito ao meio ambiente, às relações de trabalho, à economia justa e à sociedade para o alcance da cidadania e proteção ambiental, e nem a extensão rural baseada naquele modelo de agricultura. É preciso incorporar mudanças também nas instituições, qualificar as intervenções da assistência técnica para além do aumento da produção e da produtividade agrícola, reconhecendo as tecnologias locais em detrimento de protocolos

universais, que estimulem a auto-suficiência em tecnologias de baixos insumos e baixo consumo de energia “*preferindo alternativas que aproximem a Agronomia da Ecologia, daí a introdução do conceito de Extensão Rural Agroecológica*” (CAPORAL, 2003, p. 1).

As mudanças institucionais implicam também na adequação das pesquisas seja em âmbito governamental, seja nas instituições de ensino técnico e superior, do que são as necessidades reais do conhecimento aplicado no campo. Para Meyer (1991):

“(…) A educação tem que resgatar a dimensão da pesquisa no sentido de ensino com pesquisa. Se continuarmos a separar pesquisa, ensino e extensão, teremos a pesquisa como *locus* privilegiado da produção do conhecimento, o ensino como *locus* da transmissão do conhecimento e a extensão a prática cega deste conhecimento. Pesquisa, ensino e extensão articulam-se na concretização do conhecimento (MEYER, 1991, p.43 apud CHADDAD, 2012, p.9).”

Assim como para Caporal ao propor uma nova ATER baseada nos princípios da agroecologia, para Carvalho (2004) a educação ambiental crítica rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos.

Fazer extensão rural não é meramente divulgar técnicas de produção agropecuária, realizar palestras, reuniões, oficinas e dias de campo. Os objetivos clássicos da extensão rural “*são amplos e vão desde os problemas relacionados diretamente com a agricultura, quanto com os relacionados às condições na qual ela se desenvolve, ao bem-estar da população rural, sua segurança, situação econômica e social, condições de alimentação, saúde e educação*” (RAMSAY et. al., 1975 apud CAPORAL et al., 2009, p.36). Extensão rural é uma atividade educativa não-formal, dirigida à homens, mulheres e jovens do meio rural.

No prefácio da obra Extensão ou Comunicação, de Paulo Freire, Chonchol<sup>2</sup> (1983, p. 7) defende que “*analisar o problema da comunicação entre o técnico e o camponês, no processo de desenvolvimento da nova sociedade agrária que se está criando, é orientar a educação para humanizar o homem na ação consciente para que ele transforme o mundo*”. Para ele, deve haver a compreensão de que o “*conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo e que o agrônomo-educador não pode desejar efetuar a mudança das atitudes dos camponeses em relação a qualquer aspecto, sem conhecer sua visão do mundo e sem confrontá-la em sua totalidade*”.

Os discursos sobre a natureza e as práticas agrícolas de diferentes grupos sociais estão afetados pela história, a economia, a tecnologia, a ciência, assim como pelos mitos, crenças e

---

<sup>2</sup> A citação faz referência à obra Extensão ou Comunicação? de Paulo Freire. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, cujo prefácio foi escrito por Jacques Chonchol em 1968. Foi impressa no Brasil em 1985 pela Editora Paz e Terra. Tendo sido publicado pela 1ª vez em 1969.

conhecimentos locais que influenciam na relação entre natureza e cultura (CAPORAL et al., 2009).

Se a ação extensionista se desse diretamente sobre o fenômeno ou sobre o desafio, como a recuperação de áreas degradadas por exemplo, sem considerar sempre a presença humana dos agricultores, o conceito de extensão, aplicado a sua ação, não teria sentido, de acordo com o pensamento de Freire (1983). Neste sentido, “*a extensão deve ser educativa e não uma invasão cultural através do conteúdo levado, que reflète a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem*” (FREIRE, 1983, p.13).

Portanto, a leitura de Freire (1983) e Carvalho (2001) reforça a perspectiva da educação ambiental crítica ser a mais alinhada ao “*modelo de educação*” desejado hoje para a extensão rural, pois traz uma opção libertadora, de recusa à domesticação dos homens, cuja tarefa corresponde mais ao conceito de comunicação e não ao de extensão.

A questão ambiental é inerente ao processo produtivo, haja vista que são os recursos naturais que sustentam a atividade agrícola. Segundo dados da Agência Nacional de Águas – ANA, (BRASIL, 2009), 70% da água no mundo tem uso agrícola e no Brasil, 47% do total da vazão de retirada corresponde à irrigação, e a centralidade dessa abordagem deve estar no agricultor ou agricultora, seus usuários primários. Para Chonchol (1968, p.7), parece inadiável que se discuta, interdisciplinarmente, a assistência técnica tomando o homem, como centro da discussão, aquele que não existe senão na realidade concreta, que o condiciona.

Um dos principais autores da nova extensão rural no Brasil, de matriz agroecológica, enfatiza que “*os novos anseios da sociedade e o processo de ecologização em curso no mundo inteiro exigem que a extensão rural adote uma nova concepção teórico-metodológica e um novo modelo de ação, uma nova forma de fazer extensão rural, a extensão rural agroecológica*” (CAPORAL et al., 2009, p. 102).

Adota-se nesta pesquisa, o entendimento de Caporal et al., (2009) de que a Extensão Rural Agroecológica pode ser definida como:

“(...) um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de aprendizagem e ação participativa (AAP) que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhes permita incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 1988 apud CAPORAL 2009, p.33).”

Para Costabeber *“a superação dos gargalos que limitam a transição agroecológica e que dificultam a construção de outro estilo de desenvolvimento rural requer a decisiva intervenção do Estado, através de políticas de educação, de crédito, de assistência, de extensão rural e de pesquisa agropecuária”* (COSTABEBER<sup>3</sup>, 2009, p. vi). Tal busca não depende somente do Estado. Contudo Caporal et al., (2009), destaca ainda que *“nenhuma transformação profunda nas organizações de extensão rural da esfera pública, ou a ela conveniada, será viável sem o decisivo apoio do Estado”*. Ou seja, para concretizar um movimento de mudança em direção à transição agroecológica, o Estado precisa querer e isso deve fazer parte de um projeto de nação. E que neste contexto de articulação e colaboração com o Estado e suas organizações, *“é preciso pensar mecanismos de articulação entre os diferentes serviços de assistência técnica e extensão rural disponíveis e ampliar o leque de alianças para o alcance desta nova proposta de desenvolvimento rural sustentável”* (CAPORAL et al., 2009, p.101).

O conceito de sustentabilidade adotado neste trabalho, é o de que a agricultura enquanto geradora de índices na economia como o Produto Interno Bruto (PIB) deve ser também a principal força motriz das mudanças nas relações do homem com os recursos naturais ainda disponíveis e, ao mesmo tempo, favorecer a organização dos atores sociais rurais para uma atuação em cooperação com o Estado, não obstante, a atenuação das desigualdades socioambientais existentes, por meio da geração de mais ocupações e renda no meio rural, distribuição de riquezas e oportunidades. Alimentando em sentido lato, um ciclo virtuoso que pode beneficiar distintas gerações humanas, especialmente as que estão por vir, uma vez que a questão ambiental é inerente ao processo produtivo, e este depende em sua totalidade dos recursos naturais compreendidos no maior patrimônio de um agricultor, que é o seu pedaço de terra.

Essa sustentabilidade, associada à *estratégia de ação e elaboração de políticas públicas que estimulem a transição agroecológica, tem na agricultura familiar o motor dos processos de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável* (COSTABEBER, 2009, p. ii).

A nova extensão rural ou agroecológica dar-se-á como um processo de natureza construtivista, que implica investigação, aprendizagem e ação e que, portanto, tem que ser respeitoso para com as pessoas, suas condições objetivas, seus interesses e necessidades

---

<sup>3</sup> José Antônio Costabeber escreveu a apresentação da obra Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: 2009. 398 p.

(CAPORAL, et al., 2009, p.117). Adequa-se também a uma estratégia de resistência que caracteriza as lutas históricas dos agricultores familiares.

A construção e implementação de políticas públicas que fortaleçam a Agroecologia como eixo central no favorecimento de processos de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, contemplados os processos participativos, faz-se urgente. Teremos aí um cenário de otimização dos recursos naturais para elevar a produtividade sem comprometer a capacidade de resiliência dos sistemas naturais e aumentar a oferta de alimentos com qualidade nutricional sem deixar de considerar os custos ambientais inerentes ao processo produtivo, com vistas à proteção da saúde humana e ambiental.

### 3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER SOCIOAMBIENTAL

Ao entendermos a origem do termo política, que vem do grego e significa limite, arte de definir o que é o bem comum, não falaremos de regulação do Estado sobre a sociedade, mas de uma regulação dialética sociedade-Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política (SORRENTINO et al., 2005).

Adotamos neste estudo o conceito de que, *“a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum”* (SORRENTINO et al., 2005, p. 289).

Segundo Barbosa (2008), mais do que alardear sobre a crise ambiental e os riscos globais decorrentes dela, o governo (com planejamento e formulação de políticas públicas) e a sociedade civil (com a mobilização de suas organizações) devem buscar a sinergia necessária ao enfrentamento deste cenário para garantir a continuidade da vida na Terra. Embora o autor sinalize positivamente para o fato de que as políticas de educação ambiental vêm induzindo uma perspectiva sistêmica, um círculo virtuoso na gestão pública, mas que é preciso institucionalizar a educação ambiental de maneira que seja possível monitorar e avaliar suas ações e projetos.

Para que a política pública de extensão rural dialogue com a educação ambiental crítica, aquela precisa avançar na aproximação com os demandantes da política, e talvez deva inovar trilhando o caminho inverso, sem configurar-se apenas em um elemento instrumental, mas que tenha início na necessidade concreta dos grupos sociais, para seguir para a mesa do legislador, como um passo na direção da cidadania ambiental e da participação na gestão pública.

Na concepção de Sorrentino et al. (2005), uma política pública representa a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade. O desenvolvimento de políticas públicas associado ao predomínio do exercício da educação ambiental crítica, para o autor, auxilia o Estado ao contribuir para o processo dialético Estado-sociedade. Para os autores, “*as políticas públicas em educação ambiental implicarão uma crescente capacidade do Estado de responder, ainda que com mínima intervenção direta, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental crítica e emancipatória*” (SORRENTINO et al., 2005, p.1).

O meio ambiente como política pública, não pontual, no Brasil, surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, mas apenas após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, a educação ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta, apesar das pressões internacionais para a introdução de políticas públicas ambientais na agenda de governo dos países, já no ano de 1972.

Tanto a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA quanto o seu decreto de regulamentação têm contribuído para acelerar o processo de institucionalização da educação ambiental no país.

Após a promulgação da PNEA, foi criada no Ministério da Educação a Coordenação Geral de Educação Ambiental e no Ministério do Meio Ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental como instâncias de execução, assim a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do Ministério da Educação pôde ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no Ministério do Meio Ambiente era uma função de Estado totalmente nova.

Está prevista na PNEA, no artigo 10, que “*a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente*” o que sugere que as organizações busquem o diálogo com a sociedade para permitir uma reflexão sobre a crise socioambiental que vivemos hoje, o que culminará numa mudança de hábitos e posturas, que beneficiará a todos ao longo do tempo. Porém, apenas o diálogo com a sociedade em si, não é suficiente para a superação do padrão societário e civilizacional existente, é preciso abrir a discussão para a participação e controle social efetivos. É necessário que os processos de construção e regulação coletiva se estabeleçam.

A PNEA descreve também em seu artigo 13 que "*entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente*". A política sugere uma abordagem ativa do sujeito de direitos, sobre o meio ambiente enquanto bem essencial à vida.

Para viabilizar a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola, o Estado precisa distanciar-se do liberalismo e aproximar-se das novas demandas da sociedade, elaborando políticas públicas que estejam orientadas à redução de impactos ambientais aos agroecossistemas, à produção de alimentos saudáveis assegurando a geração de mais ocupações e renda no meio rural. A agroecologia é a nova orientação de política pública. Promover a proteção e recuperação do meio ambiente, são exigências da sociedade, que pedem respostas do Estado. Portanto, aguarda-se por políticas que colocam a sociedade civil em regime de colaboração com o Estado (BATISTA, 2007).

Que políticas seriam essas? Segundo Batista (2007), são aquelas políticas que estarão à serviço de um projeto societário mais justo, participativo e democrático uma vez que temos uma sociedade historicamente marcada por profundas desigualdades que acentuam a pobreza.

Com efeito, Lima (2005, p. 17) reforça esta ideia:

“Participação social pressupõe, para sua concretização e exercício, a cidadania entendida como conquista e reconhecimento de direitos. Participar significa fazer parte e tomar parte, significa influir ativamente na escolha e na construção dos destinos sociais e na solução dos problemas vividos pela comunidade”.

Concordando com Barbosa (2008), quando gestores públicos compreendem a importância desses espaços dialógicos e participativos, tem a oportunidade de garantir a visibilidade na governança democrática e iniciar um movimento assertivo de respostas às demandas socioambientais imputadas ao Estado.

Conforme Bourdieu (1998 apud SORRENTINO et al., 2005), adotando o enquadramento de educação ambiental como uma atuação denominada de “*mão esquerda do Estado*”, que reúne trabalhadores sociais, educadores, professores e cujas ações são ignoradas pela chamada “*mão direita do Estado*” (áreas de finanças, de planejamento, bancos), devemos entender que precisamos aumentar os serviços públicos sociais, fortalecendo a “*mão esquerda*” do Estado para de fato ampliar horizontal e verticalmente o Estado brasileiro.

É temeroso pensar que por não estarem atrelados à mecanismos de ganhos financeiros imediatos ou com horizonte cronológico definido, problemas como o buraco na camada de ozônio, o aquecimento do planeta, a desertificação de áreas produtivas, o empobrecimento

dos solos, a perda de biodiversidade em escala global, a poluição e indisponibilidade de água em algumas cidades e regiões, no país com maior reserva de água doce no mundo que é o Brasil, (sendo que 68% dela está na Amazônia (BRASIL, 2009) sejam realidades pouco inquietantes ao conjunto da sociedade. É notório que o PIB mede a produção de bens e serviços pelos cidadãos de um país em um determinado período, mas não o seu bem-estar. Não há apenas benefícios decorrentes do incremento na produção, mas também custos, entre eles danos à saúde, à cultura e, ao meio ambiente. Os modelos econômicos só fazem sentido se promoverem o bem-estar social e a manutenção das condições naturais que garantem a vida na Terra.

#### 4 METODOLOGIA

A concepção de pesquisa adotada neste trabalho aborda um esforço de organizar o conhecimento sobre os aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções ao problema de pesquisa em foco, que é a constatação de que embora haja nas organizações governamentais a competência legal para planejar, orientar e dirigir a implementação de programas de educação ambiental, seus princípios não são contemplados no escopo das ações ambientais propostas pelos órgãos do governo. Assim, este estudo visa recomendar a reestruturação do Programa Reflorestar à luz da educação ambiental crítica, (como política pública socioambiental para o DF) apresentando-se como um caminho que não nega os conflitos existentes na sociedade e prepara os indivíduos para viver neste contexto com vistas à superação do padrão civilizatório atual e das suas consequências.

Para Lüdke (1986, p.2), a produção desse conhecimento “*é fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos*” que, de forma cumulativa, contribuem para a construção da ciência. É a partir da interrogação que o pesquisador faz aos dados, baseada em muito do que ele conhece sobre o assunto, em boa parte da teoria acumulada a respeito, que vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado.

Neste estudo, a curiosidade investigativa foi despertada por dificuldades reveladas pela prática de execução, de operacionalização do Programa, a partir de 2008, ano em que o Programa passou da fase de projeto para as primeiras ações de implementação no Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, e também pelo questionamento se o Programa estava atingindo os objetivos para os quais ele foi criado, se os seus indicadores de monitoramento estavam adequados às metas que ele pretendeu cumprir, se são capazes de expressar tanto o

que o público alvo quanto os gestores públicos esperam. Por fazer parte da pesquisa, a pesquisadora esteve na cena investigada, participando dela.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, que supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo (BOGDAN & BIKLEN, 1982 apud Lüdke, 1986).

Nesse estudo é adotado o conceito de Ens (ANDRÉ, 1995 apud ENS et al., 2001, p.7), que será reservado “*o uso desses termos (quantidade e qualidade) para designar o tipo de dado coletado*”.

Adotou-se, portanto, como instrumento de investigação empírica para a avaliação e reestruturação do Programa Reflorestar a partir da educação ambiental crítica, o estudo de caso. Sabe-se que é uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, no entanto, possui aplicações em muitas áreas de conhecimento (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Neste estudo utilizou-se da classificação de Yin (2015), no qual dentre as principais questões de interesse estão “*como*” ou “*por quê*”, dirigidos a uma situação contemporânea em um dado contexto, distinguindo-o de estudos completamente históricos. Já dentre as situações citadas em que o estudo de caso é indicado, considera-se que a avaliação do Programa Reflorestar dialoga com o caso revelador, aquele em que o pesquisador tem acesso a uma situação até então inacessível à investigação científica. Segundo o autor, pode ser um método útil para fazer uma avaliação (YIN, 2015).

Nesse particular, a inacessibilidade poderia ser justificada em pelo menos dois pontos, ou o estudo se faz necessário a partir da inquietação de quem opera diretamente o Programa (condição específica mediante vínculo trabalhista) ou pela indisponibilidade ou inexistência das informações para subsidiar a sua análise e, portanto, justifica o esforço de reuni-las para compreensão. *A meta não é analisar se os programas públicos funcionam, mas como eles funcionam* (ROGERS, 2000 apud YIN, 2015, p.23).

Quanto aos objetivos da investigação este estudo caracteriza-se como instrumental, pois deseja-se que siga orientando estudos futuros (VENTURA, 2007). As características consideradas fundamentais para estudos de caso que priorizam a abordagem qualitativa segundo Ventura (2007), são:

“a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a

revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo (VENTURA, 2007, p.384).”

Na obra *Estudo de caso: planejamento e métodos*, em sua 1ª edição, a publicação inova ao *dissociar definitivamente a estratégia do estudo de caso da perspectiva limitada de fazer somente algum tipo de trabalho de campo* (YIN, 2015, p. 16). Muito utilizada para contribuir ao conhecimento dos fenômenos organizacionais, sociais, políticos relacionados, *os investigadores devem focar um caso numa perspectiva holística e do mundo real*, como por exemplo, no estudo dos processos organizacionais e administrativos. Preocupando-se necessariamente, com a apresentação rigorosa e justa dos dados empíricos.

O trabalho foi realizado em duas etapas: a análise do programa e a sua reestruturação, conforme detalhamento a seguir.

- 1) Análise do programa: Pesquisa documental e consulta aos documentos de referência que subsidiaram a criação do Programa como memórias de projetos submetidos para captação de recursos e parcerias e relatórios de atividades, entrevista com a idealizadora do Programa e pesquisa de campo, para interação com os produtores para compreender sobre as ações e impactos do Programa do ponto de vista do beneficiário.
  - a. Descrição dos processos de criação, implementação, resultados e institucionalização do Programa, através da contextualização histórica produtivo-ambiental do Distrito Federal que culminou na criação do Programa, análise das informações da servidora que propôs a sua criação, pesquisa documental nos relatórios de atividades e publicações afins da SEAGRI-DF como indicativos dos resultados esperados e pesquisa de campo nas propriedades rurais de alguns produtores contemplados.
  - b. Descrição do escopo do Programa e análise da perspectiva educacional adotada, por meio da descrição das etapas de implementação correlacionando-as ao discurso dos diferentes atores envolvidos no processo de disponibilização de mudas, principalmente, os servidores da SEAGRI-DF, técnicos de campo, e equipe do viveiro que entrega as mudas e especialmente, os produtores rurais.

- c. Foram elencados os critérios de enquadramento no Programa, apontando a abordagem ambiental que consta dos Roteiros de Vistoria Técnica assinados tanto pelos técnicos quanto pelos produtores, durante a visita na propriedade, para confrontar os dados considerando aspectos pedagógicos, sociais, políticos e culturais da adesão ao Programa para evitar a abordagem da educação ambiental apenas como uma atuação instrumental, acrítica e romântica dos técnicos minimizando-a a uma estratégia de sensibilização para os problemas atuais em função de uma correta gestão dos recursos naturais.
- 2) Reestruturação do programa: Processo de pesquisa envolvendo os técnicos da equipe que integram a coordenação e os produtores rurais atendidos pelo Programa.
- a. Sugerir a proposição coletiva da reestruturação do Programa Reflorestar à luz da educação ambiental crítica, por meio da sistematização dos resultados alcançados no período de 2008 a 2015 e baseada também, nas respostas dos produtores às entrevistas realizadas.
  - b. O processo que conduzirá ao “novo Programa” passa pela sugestão de criação de Grupo de Trabalho para tratar dos aspectos necessários à reestruturação do Programa Reflorestar, tendo como produto a elaboração da minuta de Decreto Regulamentador da Lei 4.734, de 29 de dezembro de 2011, lei que instituiu o Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal.

O foco de interesse da pesquisa foi o grupo produtores rurais de Brazlândia atendidos pelo Programa Reflorestar. Segundo dados do Programa, tem-se aproximadamente 286 atendimentos realizados a diferentes produtores, na área rural da Região Administrativa de Brazlândia. Neste sentido, foram selecionadas 28 propriedades constituindo-se, portanto, uma amostra equivalente a 10% do universo de produtores atendidos naquela localidade.

Os critérios adotados para escolha das 28 propriedades foram, na seguinte ordem: o produtor atendido a mais tempo que ainda não havia sido revisitado; produtor que havia recebido mais de 250 mudas; propriedades localizadas, em Brazlândia (fora do INCRA 9 devido a constatação já nas primeiras vistorias, de que há parcelamento irregular do solo nesta região). Na região do INCRA 9, o parcelamento contribui para a descaracterização do objeto de trabalho do Programa Reflorestar que são as propriedades rurais, cujo módulo rural estabelecido no Distrito Federal é de 2 hectares, que segundo Estatuto da Terra é *a área mínima necessária para a sobrevivência de uma família no campo, levando-se em conta as*

*características regionais, a localização do imóvel e os aspectos econômicos e ecológicos que o envolvem.* (Estatuto da Terra – Lei nº 4.504/64, 30 de novembro de 1964).

As 28 visitas ocorreram no período de 04/08/2015 a 07/10/2015, tendo sido realizadas sempre em dois dias por semana, traduzindo-se em onze semanas de atividade de campo, totalizando vinte e dois dias de busca ativa das informações em vistorias às propriedades. As vistorias abrangeram o Núcleo Rural Betinho, o Núcleo Rural Morada dos Pássaros, o Núcleo Rural Córrego do Pulador, o Núcleo Rural Olaria, o Núcleo Rural Capão da Onça, a Comunidade do INCRA 6, a Comunidade do INCRA 7, a Comunidade do INCRA 8, a Comunidade do INCRA 9, a Comunidade da Radiobrás e o Assentamento Gabriela Monteiro.

Todas as visitas às propriedades foram previamente agendadas por telefone, e tinham duração de uma hora a uma hora e vinte minutos, aproximadamente. A equipe utilizou-se dos dois turnos em campo. Conseguia-se realizar duas visitas no período matutino e uma no período vespertino, sempre às terças e quintas-feiras para conciliar com outras atividades ordinárias da Secretaria e facilitar o preparo e a organização de todo o aparato de apoio necessário no dia seguinte, tais como: impressão dos formulários, carregamento da bateria da máquina fotográfica e do GPS, adaptador de carregador de celular, repelente, chapéu, protetor solar, solicitação da reserva de veículo, realizar contato telefônico com os produtores para agendamento das visitas e planejamento da rota e sequência de atendimentos, para otimizar a logística de deslocamento durante todo o dia.

Para cada propriedade visitada com foco na pesquisa, foi também considerada uma oportunidade de revisita nos cálculos do Programa Reflorestar, verificar se o plantio efetivamente aconteceu e se atingiu o objetivo do Programa – que é contribuir para a revegetação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, em propriedades localizadas na área rural do Distrito Federal, sendo informado ao produtor que naquele momento o Programa deveria ser avaliado por ele, considerados aspectos desde o momento em que o produtor tomou conhecimento da existência do Programa, até as suas perspectivas e principais dificuldades com relação ao plantio das mudas. Foi enfatizado que a equipe presente na propriedade representava naquele momento em especial, o Governo do Distrito Federal estando apta portanto, para receber sugestões e críticas com vistas ao aperfeiçoamento progressivo e efetivo do Programa Reflorestar.

Quando da ligação, já os produtores já eram informados da importância de eles próprios, uma vez indicados no Recibo de Mudas e, portanto, beneficiários do Programa recebessem pessoalmente a equipe e dispensassem alguns minutos, pois não se tratava somente de mais uma visita de rotina à propriedade, mas de uma oportunidade de estabelecer

uma conversa franca que poderia repercutir em aperfeiçoamentos ao Programa a partir da perspectiva de quem recebe o serviço, de como ele pode melhorar. A equipe foi prontamente recebida, pelos produtores cujos nomes estavam indicados nos Recibos de Mudas, tendo sido portanto beneficiados pelo Programa, na maioria das visitas.

A conversa tinha início com a apresentação da equipe de campo, formada por duas técnicas da SEAGRI e um motorista, seguida da justificativa por qual motivo se faziam presentes. Foi solicitado ao produtor que tentasse indicar no mapa a localização da sua propriedade, com o intuito de mostrar que a ação dele embora possa parecer isolada se for considerado apenas o âmbito da propriedade, no entanto, pode afetar positiva ou negativamente, toda uma região de extrema importância para cerca de 60% da população do DF, os mananciais que formam o Lago do Descoberto.

Tendo em vista a predominância da timidez, da desconfiança, da pouca fala, características do homem do campo, as entrevistas não foram gravadas nem em áudio e nem em vídeo, uma escolha para preservar os aspectos da comunicação sem que houvesse prejuízo da independência das perspectivas, tanto do pesquisador quanto dos sujeitos em estudo (FLICK, 2004).

A sistemática da visita envolveu uma caminhada pela propriedade, principalmente às áreas aonde as mudas foram plantadas ou ao local provisório, onde as mudas eram mantidas até que houvesse a possibilidade de plantar, que normalmente segundo os relatos dos produtores beneficiados dependia do início do período de chuvas e de mão-de-obra disponível, no entanto, infelizmente tivemos uma propriedade que já estava há dois períodos chuvosos sem plantar, as mudas estavam amontoadas umas sobre as outras. A entrevista era dinâmica, conduzida na forma de conversa ao longo de uma caminhada atenta pela propriedade e que muitas vezes precisava ser redirecionada para o foco da pesquisa, pois os lamentos sobre a política local e nacional, corrupção, violência urbana e rural, tentavam permear por algum tempo a conversa. Foi um exercício de estimular a fala do produtor, sem querer falar por ele, introduzindo as perguntas no meio da conversa de forma natural para não influenciar a resposta, com o objetivo de não distanciar o entrevistado e também uma oportunidade de promover a reflexão da equipe através da fala espontânea do produtor.

Para o registro das respostas foi utilizado o meio clássico de documentação na pesquisa qualitativa, que são as anotações do pesquisador. Como a pesquisadora participou dos momentos no campo e não apenas observou, para conservar a liberdade da escrita sem afastar-se, a melhor alternativa seria anotar as impressões após o final do contato individual de campo, no entanto, os registros foram feitos concomitante à conversa, em formulário

próprio (anexo), composto por vinte e oito perguntas, sendo dezesseis fechadas e doze abertas.

Além das ações do Programa Reflorestar outras iniciativas de recuperação de áreas degradadas, especialmente a revegetação da faixa de 125 metros denominada Reserva Biológica do Descoberto – REBIO do Descoberto, já estavam em curso naquela Bacia. A Companhia de Abastecimento e Saneamento do Distrito Federal - CAESB, possui áreas de captação de água na região, e conseqüentemente um passivo de mudas a ser cumprido na região, neste sentido nos anos de 2010 e 2011, a CAESB selecionou juntamente com representantes da Pró-Descoberto algumas propriedades às margens do Lago para serem contempladas com o plantio e manutenção das mudas pelo período de dois anos, no âmbito do lançamento de um edital de licitação, publicado com o objetivo de contratar o plantio e a manutenção de mudas para serem contabilizadas como compensação florestal reconhecida pelo órgão ambiental local, o IBRAM.

Das chácaras visitadas localizadas na Orla do Lago do Descoberto que haviam recebido tanto o “serviço completo” da CAESB quanto as mudas do Programa Reflorestar, as que foram contempladas pelo referido edital da CAESB aqui denominadas como aquelas que receberam o “serviço completo”, através da empresa Savana com o plantio e manutenção das mudas, foram as que tiveram mais sucesso entre os produtores.

O diálogo foi o princípio metodológico mais utilizado neste estudo, embora não tenha ultrapassado as divisas da propriedade como espaço de discussão, a pesquisa de campo trouxe a dimensão do aprender vivendo, foram longas conversas pautadas nas perguntas da entrevista. Podemos dizer que não foram momentos educativos de caráter estritamente instrucional ou informativo, buscamos fazer com que os participantes pensassem em suas realidades, o seu papel naquela comunidade, sobre o alcance e conseqüências locais e regionais das decisões que eles poderiam vir a tomar tanto positiva como negativamente, de maneira que os estimulasse a agir localmente, seja contratando um carro de som para divulgar eventos, reuniões, dias de campo, seja cedendo um espaço para realização de algum momento educativo, seja a partir da sua rede de relacionamentos convidar outros produtores para participar do Programa, seja utilizando de algum talento ou canal de comunicação local, como a rádio, uma festa típica, uma atividade esportiva em grupo para divulgar as ações em curso na região, por exemplo, seja acompanhando os desdobramentos do Programa Reflorestar enquanto política pública executada pela Secretaria de Agricultura ou ainda, identificando acessos de participação na gestão política do Programa.

## **5 RESULTADOS**

### **5.1 QUANTO À ANÁLISE DO PROGRAMA**

#### **5.1.1 Pesquisa documental**

##### **5.1.1.1 As origens do Programa Reflorestar**

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária de Abastecimento do Distrito Federal - SEAPA buscando o desenvolvimento rural sustentável do DF lançou em 2007, concomitantemente à criação do Núcleo de Proteção e Reabilitação Ambiental, o Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar. O Programa foi criado com o objetivo de apoiar a adequação ambiental dos lotes rurais sob tutela da SEAPA, cujos pilares de sustentação fundamentaram-se na recuperação e proteção dos recursos hídricos, na conservação do solo e na educação ambiental.

Tal apoio se concretizaria por meio de ações baseadas no envolvimento e na participação comunitária, na adimplência ambiental dos lotes rurais através do cumprimento da legislação específica e da adequação dos sistemas de produção aos critérios de sustentabilidade social, econômica e ambiental, no âmbito da Bacia Hidrográfica na qual encontram-se inseridos. Apoio este, essencialmente, por meio da disponibilização de mudas nativas do bioma Cerrado para a recuperação das áreas de preservação permanente e recomposição das áreas de reserva legal das propriedades.

Em 1º de janeiro de 2011, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal – SEAPA, por meio do Decreto nº 33.228/2011, passou a denominar-se Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF.

Consta das competências legais da SEAGRI-DF planejar, orientar e dirigir a implementação de programas de educação ambiental no âmbito da área de atuação da Secretaria, bem como promover ações de educação ambiental voltadas aos produtores, trabalhadores e comunidades rurais, e supervisionar e avaliar o desenvolvimento de atividades técnicas, educativas e de capacitação para produtores rurais, estudantes, pesquisadores e profissionais interessados no setor agropecuário de modo geral, nos espaços de produção animal e vegetal da Secretaria.

##### **5.1.1.2 Arcabouço legal**

As bases legais que fundamentaram a criação do Programa foram o Código Florestal à época (Lei nº 4.771/65) e a Política Ambiental do DF (Lei nº 41/89), com a indicação para

que o Poder Executivo local, viabilizasse a publicação de um instrumento legal determinando aos produtores rurais a adequação das propriedades à legislação ambiental e fomentasse a parceria entre os produtores rurais e o Ministério Público do DF e Territórios através da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta entre a SEAPA e os produtores.

A referida Lei nº 41/89, estabeleceu muito acertadamente a necessidade do “acompanhamento crítico da Política Ambiental do DF através da participação comunitária, da descentralização de ações”, indicando como um dos seus objetivos, “a necessidade de adequação das atividades socioeconômicas rurais, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos destinados para fins urbanos e rurais” e ainda estabeleceu mecanismos de controle, fiscalização, vigilância e proteção ambiental, educação ambiental que deverão ser aplicados às áreas de agricultura e pecuária, dentre outras como desenvolvimento urbano e industrial, saúde pública.

Em colaboração com o Distrito Federal, que deve a partir da Lei nº 41/89, promover a educação ambiental, o Programa Reflorestar deve compor o Plano Local da Gestão Ambiental (Plano Distrital de Proteção ao Meio Ambiente) quando da sua criação, integrando-se a outros programas, seus respectivos projetos e atividades, também em cumprimento à lei. *É dever do DF também, e de todas as pessoas e entidades que no uso da propriedade, no manejo de produção (...) deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações.*

O esforço da equipe idealizadora com apoio institucional para a aprovação do Projeto de Lei do Programa Reflorestar em 2011, parece ter tido reconhecimento por parte dos gestores sobre a importância de que as ações tenham caráter permanente, uma vez que se alterou o seu *status quo* de uma política de governo, para uma política de Estado refletindo enquanto executora da política agrícola, o compromisso da SEAPA com a política ambiental, duas diretrizes fundamentais para fomentar o desenvolvimento rural sustentável no Distrito Federal.

Embora não esteja explícito nos documentos de referência que trataram do Programa Reflorestar, a citação da Lei nº 3.833/06 (que instituiu a Política de Educação Ambiental do DF, e criou o Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal, complementando a Lei Federal nº 9.795/99 no âmbito do Distrito Federal), esta propõe enfaticamente, o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Dentre os objetivos fundamentais da educação ambiental citados no texto da referida lei distrital, estão o “estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e

*social e o incentivo à participação comunitária, ativa, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente”, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, que vão ao encontro das premissas expressas no Programa Reflorestar. Este embasamento legal poderá constar explicitamente do seu decreto de regulamentação em complementariedade, às demais leis utilizadas como marco legal.*

<b>QUADRO SÍNTESE DOS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA</b>
--

<b>LEGISLAÇÃO INICIAL DE REFERÊNCIA</b>
---

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Código Florestal à época (Lei nº 4.771/65);</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Ambiental do DF (Lei nº 41/89).</li> </ul>    |

<b>SUGESTÃO DE AMPLIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA</b>
--

Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25/05/12);
---

Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/99);
--

Política de Educação Ambiental do DF (Lei nº 3.833/06);
---

Decreto de regulamentação nº 31.129, de 04/12/09.
---

Resolução CONAMA Nº 429, de 28/02/11;
---------------------------------------

Decreto nº 36.579, de 30/06/15;
---------------------------------

Regulamenta o Cadastro Ambiental Rural no Distrito Federal.
---

Decreto Distrital nº 31.084 de 25 de novembro de 2009 e;
--

Portaria nº 25 de 10 de março de 2011.
--

Dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária dos imóveis sob tutela da SEAGRI-DF.
---

Quadro 1. Quadro síntese dos documentos de referência inicial e de ampliação do Programa Reflorestar.  
Fonte: Elaboração própria.

Temos que o conceito de educação ambiental não-formal presente na Lei nº 3.833/06, no seu artigo 13 *caput*, é o mesmo adotado no Programa Reflorestar, (...) “*entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da comunidade, organização, mobilização e participação da coletividade na defesa da qualidade do meio ambiente, que traz no seu inciso VI como linha de atuação a sensibilização ambiental dos agricultores e trabalhadores rurais, inclusive nos assentamentos rurais.*”

No Decreto nº 31.129, de 04 de dezembro de 2009 que regulamentou a referida lei que instituiu a Política de Educação ambiental do DF, consta explícita em seu artigo 2º que *os órgãos ambientais atuarão na inserção de políticas públicas de cunho ambiental nas ações do Governo do Distrito Federal, tais como agricultura e pecuária, dentre outras como desenvolvimento urbano e industrial, saúde pública.*

#### 5.1.1.3 Equipe multidisciplinar que elaborou o projeto do Reflorestar

A equipe que elaborou o projeto que viria a ser o Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF, da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar da SEAPA, era formada por uma bióloga, uma engenheira florestal, um engenheiro agrônomo, um engenheiro mecânico, um médico veterinário, uma socióloga e um geógrafo. Sendo que a primeira encampou a ideia e passou a buscar parcerias e recursos para dar início às primeiras ações de mobilização e plantio de mudas.

#### 5.1.2 Sobre o Programa Reflorestar

Na proposta original segundo a pesquisa documental realizada, o Programa deveria apoiar a adequação ambiental dos lotes rurais sob tutela da SEAPA, através de ações como a demarcação das áreas de reserva legal, a recuperação de áreas de preservação permanente, ações de conservação de solo, licenciamento das atividades agropecuárias, emissão de outorga e prevenção de incêndios florestais.

Os primeiros plantios de mudas aconteceram em 2008 e tiveram como foco o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, localizado na região administrativa do Park Way (Figura 1). O local foi especialmente escolhido por guardar forte relação com o início do desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal. Há nos seus arredores um escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF que já estava envolvido nos trabalhos do Projeto APA, portanto, facilitaria o trabalho de orientação e assistência técnica indispensáveis tanto no plantio quanto no estabelecimento das mudas em local definitivo, fator que corroborou na escolha do primeiro sítio de trabalho.

Por ter sido o primeiro Núcleo Rural assim denominado (TAVARES, 1995) ocupado pelos primeiros agricultores que aqui se estabeleceram (agricultores da colônia japonesa que vieram de Goiânia a convite do então presidente Juscelino Kubitschek, por cultivar volume expressivo de hortifrutigranjeiros), por ser considerada pela EMATER-DF uma região de referência quanto aos índices de produtividade e manejo para o Distrito Federal, com

destaque para a exploração agrícola, historicamente presente inclusive nas áreas de preservação permanente.

E, em razão dos trabalhos de natureza técnico científicos realizados pelo Projeto Recuperação e Gestão Participativa da APA Gama e Cabeça de Veado<sup>4</sup>, ou simplesmente Projeto APA apoiado pelo Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, da Universidade de Brasília que monitorava e implementava ações naquela região que constitui a Área de Proteção Ambiental dos Ribeirões do Gama e Cabeça de Veado que puderam subsidiar com suporte técnico de pesquisa, as intervenções ambientais mais adequadas para a área.

Nesta primeira ação do Programa Reflorestar, que abrangeu o atendimento a 27 chácaras, das 63 existentes, colaboraram parceiros como o CRAD, que é um centro de caráter multidisciplinar da Universidade de Brasília – UnB e o Instituto Vida Verde – IVV organização não-governamental, sem fins lucrativos, ambos criados pela saudosa professora Jeanine Maria Felfili Fagg, da faculdade de Engenharia Florestal da UnB.



Figura 1. Mapa ilustrativo das 27 chácaras do Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita atendidas com mudas do Programa Reflorestar em parceria com o Projeto APA da UnB, em 2008.

Embora neste período não estivesse institucionalizado, o Programa já buscava algumas parcerias para tentar garantir-se como uma ação contínua e permanente haja vista os resultados em termos de recuperação de áreas degradadas que sempre pretendeu alcançar. Foi

<sup>4</sup> Projeto que abrange estudos para o Restabelecimento da Integridade Ecológica e Eco-gestão nas Bacias São Francisco e Paranoá, no Distrito Federal. Segundo Fagg, et. al (2009) o Projeto APA é uma iniciativa que envolve a APA Gama e Cabeça de Veado e procurou o envolvimento com a população por meio da extensão comunitária, com prioridade para a bacia do Ribeirão do Gama, oportunidade em que as atividades de educação ambiental, mantiveram-se especialmente na recuperação da vegetação e sensibilização dos produtores e moradores para a questão ambiental.

assim que se vislumbrou o oferecimento do projeto a um deputado que fosse afeto ao tema agricultura e meio ambiente, para que pudesse atribuir um caráter de projeto de lei ao Programa Reflorestar que já tinha três anos de experiências em curso.

#### 5.1.2.1 Iniciativa do projeto de lei e seu decreto de regulamentação

Representantes do NRA foram ao encontro do Deputado Distrital Joe Carlo Viana Valle que apoiou prontamente a ideia, submetendo-o como projeto de lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal e assim, em 29 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei n° 4.734, que estabeleceu diretrizes para a implantação do Programa de Reabilitação da Área Rural do DF – Programa Reflorestar, cujo decreto de regulamentação encontra-se ainda, em elaboração, inclusive com a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, na Portaria n° 66, de 09 de setembro de 2015.

Foi instituindo Grupo de Trabalho composto por oito membros tanto da SEAGRI quanto da EMATER-DF, com a finalidade de reformular o Programa Reflorestar e elaborar minuta de decreto de regulamentação da referida lei.

#### 5.1.2.2 Como funciona o Programa

##### a) Origem da demanda

O Programa funciona sob demanda, diretamente pelos produtores interessados à equipe da Gerência de Adequação Ambiental – GAA, presencialmente ou por telefone, no estande do Programa montado em eventos da agenda oficial da Secretaria de Agricultura ou de instituições parceiras, ou ainda através de encaminhamentos via escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF – EMATER-DF.

A equipe da GAA organiza as demandas por ordem de chegada no setor em lista de atendimento, depois por proximidade de endereços para otimizar a logística de visitação das propriedades, agenda e realiza as visitas técnicas para averiguar o atendimento da propriedade aos critérios de enquadramento no Programa e, se for o caso, no momento da visita o técnico da SEAGRI ou da EMATER-DF já define juntamente com o interessado a capacidade de plantio.

##### b) Primeiro atendimento - Roteiro de Vistoria Técnica

O primeiro atendimento realizado na propriedade é denominado de Roteiro de Vistoria Técnica, neste momento o técnico identificado com crachá, munido dos formulários próprios, prancheta, aparelho GPS, máquina fotográfica, mapa rodoviário, repelente, segue em caminhada pela propriedade e esclarece ao produtor interessado quais os objetivos do

Programa e qual o papel fundamental que ele assume ao aceitar ser beneficiário e ao mesmo tempo parceiro do Programa.

São solicitados os dados pessoais do produtor solicitante, como nome completo, endereço, RG, CPF e telefone, os dados da propriedade, como a área total em hectares e uma coordenada geográfica representativa da área como a sede ou a porteira de entrada é coletada como auxílio do aparelho GPS, todos os dados são declaratórios, sem conferência com qualquer documento de identificação pessoal.

Outros campos do formulário denominado Roteiro de Vistoria Técnica, indicam sobre qual o tipo de APP existente conforme o Código Florestal Brasileiro vigente, se o pedido de mudas é para a área de reserva legal, qual a fitofisionomia do Cerrado dominante na região, quanto ao relevo se é acidentado ou plano, sobre o tipo de solo se argiloso ou arenoso, e ainda sobre a disponibilidade de água.

Além de certificar-se do atendimento aos critérios para enquadramento no Programa, de caráter seletivo, este é o momento que o técnico também deve preencher um campo específico com observações sobre quais as espécies que ocorrem com maior frequência no local para buscar a compatibilidade com a fitofisionomia local buscando observar as espécies presentes em algum remanescente de vegetação nativa próximo para auxiliar na definição dentre as espécies disponíveis no viveiro de produção de mudas, àquelas mais adequadas aos ambientes já existentes na propriedade e na região na qual está inserida, se serão mudas de área predominantemente úmida, seca ou de transição.

Há uma série de recomendações também no verso do formulário que tratam de orientações quanto ao porte das mudas, espaçamento entre mudas, dimensões adequadas da cova para plantio, importância do uso de tutores e demais tratamentos culturais que colaboram para o sucesso do plantio, como o controle de formigas cortadeiras, precauções para evitar a ocorrência de incêndios, a cautela quanto ao trânsito de animais, e orientações para evitar o descaso e abandono da área.

Por fim, faz-se a indicação de procurar o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, (órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no DF, criado em 28 de maio de 2007 por meio da Lei nº 3.984, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA), para indicar a melhor localização das áreas de reserva legal, considerados atributos em nível de microbacia hidrográfica e não a propriedade individualmente, como potencial para formação de corredor ecológico e proximidade de Unidades de Conservação, consta ainda um trecho declaratório que o produtor interessado afirma não responder por processo judicial decorrente de crime

ambiental realizado na área. O formulário é assinado pelo técnico que vistoriou a área, com sua respectiva matrícula e pelo produtor atendido.

O Roteiro de Vistoria Técnica é preenchido e assinado tanto pelo técnico quanto pelo produtor interessado, esse é o documento utilizado para indicar os critérios de enquadramento no momento da visita à propriedade, para decidir sobre a adesão ao Programa, se atendidos os mencionados critérios.

O Roteiro volta para a Secretaria e o produtor recebe um outro formulário denominado Registro de Visita Técnica, para assegurar que uma equipe da SEAGRI-DF esteve na propriedade no âmbito do Programa Reflorestar, formulário este com as mesmas recomendações gerais que são lidas junto com o produtor para sanar qualquer dúvida a respeito do compromisso que ele assume ao aderir ao Programa, comprometendo-se em contrapartida, com o preparo dos locais definitivos para plantio das mudas e responsabilizando-se pelos cuidados mínimos necessários pelo período de 2 anos, conforme IN n°05 do MMA/Resolução CONAMA n° 429, de 28 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente, artigo 5º, I, cuidados essenciais para aumentar as chances de que as mudas tornem-se árvores.

c) Sobre os critérios de enquadramento

Segundo a minuta de decreto de regulamentação proposta, foram adotados como critérios de enquadramento no Programa Reflorestar:

Art.3º. Os critérios para o enquadramento no Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal, são:

I – a propriedade deve estar localizada/inserida na área rural do Distrito Federal conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – PDOT;

II – a propriedade deverá possuir área mínima de 2 (dois) ha, ou seja, pelo menos 1 (um) módulo rural praticado no território do Distrito Federal;

III – a propriedade rural deve assegurar o cumprimento da função socioambiental estabelecida nos termos da legislação vigente;

IV – as propriedades rurais que necessitam revegetar suas áreas de preservação permanente visando equilíbrio do meio ambiente, conforme previsto no art. 225 da Constituição Federal, “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

V - propriedades rurais que necessitam implantar áreas de reserva legal, encaminhadas prioritariamente, através de parecer técnico emitido pelo órgão ambiental local.

Parágrafo único – Fica vedado ao Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal o apoio ao produtor rural que estiver cumprindo sentença judicial decorrente da prática de crimes ambientais na referida área (minuta de decreto de regulamentação da Lei Distrital n° 4.734, de 29 dezembro de 2011, não publicado).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O decreto de regulamentação da Lei 4.734, de 29 de dezembro de 2011, não foi publicado em razão de tramitações informais que se prolongaram até o final do ano de 2014, alcançando o período pós eleições, ocasião em que a Assessoria Jurídica Legislativa da SEAGRI-DF recomendou à equipe que o estabelecimento das regras

Na elaboração dos critérios houve uma preocupação com a existência da atividade de agricultura na propriedade, ainda que de subsistência, para evitar a configuração do apoio da SEAGRI-DF às ocupações da área rural que possam vir a configurar-se como mera especulação imobiliária para parcelamentos de solo futuros. O atendimento na propriedade objetiva além de averiguar os critérios para disponibilização das mudas, sensibilizar o produtor como um parceiro, que se compromete com os cuidados que devem ser dispensados às mudas pelo período mínimo de dois anos, para alcançar com sucesso o estabelecimento delas em local definitivo. Não há limites de mudas por produtor, no entanto a cada ano a quantidade de mudas produzidas no viveiro pode variar em razão de dificuldades como a falta de pessoal para coletar as sementes e produzir as mudas, de recursos financeiros para aquisição de insumos como adubos orgânicos e minerais, saco de polietileno, plástico para cobrir as estufas, manutenção do sistema de irrigação e dos equipamentos de preparo do substrato, disponibilidade de veículos e pagamento de diárias para realização de viagens para coleta de sementes, entre outros.

#### d) Primeiro atendimento - Registro de Vistoria Técnica

O formulário denominado Roteiro de Vistoria Técnica é mantido na Secretaria e o produtor recebe um outro formulário denominado Registro de Visita Técnica, que assegura que a equipe do Programa esteve na área, cujas recomendações gerais são as mesmas que foram lidas juntamente com o produtor para sanar qualquer dúvida a respeito do compromisso voluntário que ele assume, de abrir as covas que são os locais definitivos para plantio das mudas e de responsabilizar-se pelos cuidados mínimos necessários pelo período de dois anos, conforme descrito na Resolução CONAMA N° 429, de 28 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente.

No retorno à GAA, o técnico deve consultar a lista atualizada de espécies disponíveis no viveiro haja vista que, há variação na diversidade das espécies ao longo do ano, de acordo com os períodos de floração e frutificação. Em seguida, realizar a distribuição das mudas conforme cada propriedade vistoriada, conforme o ambiente encontrado e as espécies disponíveis no viveiro naquele momento.

e) Autorização de retirada das mudas

Após a definição das espécies de mudas é confeccionado o documento que dá ciência aos gestores sobre a seleção do produtor interessado e autoriza a retirada das mudas do viveiro, devendo ser assinado pelo Subsecretário ou o pelo Diretor e encaminhado ao Núcleo de Produção de Mudas, localizado na unidade descentralizada da SEAGRI-DF Granja Modelo do Ipê, para que a equipe do viveiro avise ao produtor interessado selecionado, quando poderão ser retiradas as mudas do viveiro, sempre com agendamento prévio para não coincidir com outras entregas ou atividades próprias da rotina do viveiro.

O produtor deve responsabilizar-se pelo transporte, plantio e manutenção, e ao buscar as mudas, assina um recibo que relaciona quais espécies foram disponibilizadas, a quantidade de mudas por espécie, com seus respectivos nomes comuns e nomes científicos e o ambiente para o qual elas são recomendadas, se mais adequadas ao ambiente de plantio seco como o de Cerrado típico ou à ambientes mais úmidos ou encharcados como nas matas de galerias inundável e não inundável.

f) Segundo atendimento – Revisita Técnica às áreas em recuperação

Um outro momento tão importante quanto o mencionado processo de disponibilização de mudas é a revisita de monitoramento aos plantios, em que os técnicos da SEAGRI-DF deveriam voltar às propriedades no prazo de até dois anos da entrega das mudas. Este prazo não é o ideal, mas por restrição no número de técnicos que compõem a equipe de campo, qualificada para tal fim, que inclusive reveza entre a lista de pedidos por novas adesões e àquela que trata das revisitas, é o prazo que é possível de cumprir.

É frequente a demanda de revisitas pelo produtor para que receba nova parcela de mudas, antes mesmo da equipe conseguir retornar no período de dois anos.

O principal motivo dessa revisita é verificar o sucesso ou não do plantio do primeiro lote de mudas, caracterizando este segundo momento com os produtores, por meio do registro de uma Revisita Técnica às áreas em Recuperação. Adota-se nesta avaliação como pressupostos de sucesso, se aspectos de manejo e cuidado com as mudas apontam para a recuperação satisfatória ou não da referida área, resultado que contribuirá para a redução do passivo ambiental existente no Distrito Federal, cujo levantamento é uma incógnita inclusive para o órgão gestor da política ambiental do DF, o IBRAM.

É desejável que tenham sido dispensados tratamentos culturais tais como: o produtor fez o coroamento das mudas, manteve a palhada ou cobertura morta em volta da muda para manter a umidade do solo, controlou a incidência de formigas cortadeiras, o pastoreio de animais

para evitar que as folhas sejam consumidas ou as mudas pisoteadas, realizou o aceiramento das mudas para prevenir a propagação de possíveis incêndios florestais na época mais seca, entre outros.

A GAA mantém arquivo para cada produtor atendido pelo Programa, a respeito das mudas entregues bem como de todos os documentos anteriores que ficam como fundamentação do trabalho preliminarmente realizado *in loco*, ou seja, ficam guardados todos os históricos de atendimento, desde o Roteiro de Vistoria Técnica para Reabilitação de Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal, o recibo de entrega de mudas, e os comprovantes de revisita cujo formulário denomina-se Roteiro de Revisita às áreas em Recuperação, caso o produtor tenha recebido um segundo lote de mudas.

g) Diversidade de espécies no viveiro da Granja Modelo do Ipê

A diversidade de espécies disponíveis no viveiro se altera ao longo do ano, e somente aquelas espécies que estiverem com flores, num determinado período do ano, terão seus frutos coletados e mudas produzidas, pois não é mantido banco de sementes no viveiro da Granja do Ipê. Procura-se manter alta a diversidade de espécies no viveiro, tanto para áreas secas quanto para áreas úmidas. Essas últimas são mais sensíveis por abrigarem nascentes e olhos d'água e muitas vezes mais difíceis de multiplicar por necessitarem de técnicas mais adequadas de armazenamento e quebra de dormência, para viabilizar aumento das taxas de germinação e produção de lotes de mudas mais uniformes.

Em média, são produzidas entre 30 e 40 espécies diferentes ao longo do ano.

h) Indicadores de resultado da proposta original

Segundo a proposta de projeto de reabilitação ambiental da área rural do Distrito Federal, à época intitulado Semeando Água (RAMOS, 2007, p.3 e p.7), os principais indicadores escolhidos na elaboração no Programa eram, a revegetação de 50 hectares/ano, com média de 0,3 hectares de área de preservação permanente e 1,2 hectares de reserva legal por chácara e produção de 60 mil mudas de espécies nativas do Cerrado no viveiro da Granja do Modelo do Ipê. Além disso eram previstos treinamentos e capacitação de produtores em produção de mudas, agricultura orgânica, recuperação de matas de galeria e nascentes, recuperação de áreas degradadas e prevenção e combate aos incêndios florestais (em articulação com o Grupo Executivo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do DF).

### 5.1.3 Entrevista com a principal idealizadora do Programa Reflorestar

Esta seção se baseia nas respostas da servidora Alba Evangelista Ramos, principal idealizadora do Programa Reflorestar, em entrevista realizada na sede da Secretaria de Agricultura em 19 de outubro de 2015 e na consulta aos documentos de referência histórica e de embasamento legal que corroboraram para o seu processo de criação.

As respostas decorrentes da entrevista abordam desde o surgimento da ideia de propor o Programa, ocasião em que a entrevistada afirmou que precisava comentar brevemente sobre o que antecedeu a Secretaria de Agricultura, que foi a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, passando pelos indicadores de monitoramento, instituições parceiras, a iniciativa de lei, abordagens sobre o decreto de regulamentação, especialmente se foi idealizado como um programa com viés de educação ambiental.

Para ela a FZDF foi,

*“uma Fundação criada com diversas atribuições, inclusive todas aquelas ligadas ao meio ambiente, como a fiscalização, por exemplo”.*

Numa breve contextualização, em 1964 foi definida a estrutura básica da administração do DF por meio da Lei n° 4.545, de 10 de dezembro de 1964, compreendendo a Secretaria de Agricultura e Produção – SAP como uma das estruturas, e segundo o seu artigo 4º, os assuntos compreendidos na competência dessa secretaria eram: Expansão Econômica; Agricultura; Assistência ao Agricultor; Abastecimento, Defesas Sanitárias Animal e Vegetal e Recursos Naturais.

De acordo com a política fixada pelo Governo do Distrito Federal, coube regimentalmente à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal – FZDF, órgão executivo da Secretaria de Agricultura, a execução e/ou promoção de programas relacionados com a pesquisa e fomento agropecuário, a prestação de assistência motomecanizada animal e vegetal. Esta Fundação *“foi uma instituição pioneira nos aspectos dos cuidados ambientais, já previstos em seu próprio ato de criação”* (TAVARES, 1995, p.66).

No entanto, o período de 1978 a 1992:

*“Na iminência de sua extinção, sofreu lamentáveis mutilações, perdendo os Jardins Zoológico e Botânico e a Estação Ecológica de Águas Emendadas transferidos para a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SEMATEC; o seu Departamento de Terras – DATER transformado em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-DF, as bases físicas passadas para a EMBRAPA”, entre outras perdas* (TAVARES, 1995, p. 68).

Segundo ela,

*“com a criação da SEMATEC vários desses órgãos da FZDF tiveram que sair para compor o corpo técnico do novo órgão e na Secretaria de Agricultura ficaram apenas atividades de apoio e fomento à produção agropecuária e entre elas, a produção de mudas que era desenvolvida na Granja Modelo do Ipê”.*

A reforma administrativa realizada pelo Governo do Distrito Federal (Decreto nº 20.976/2000), entre outros procedimentos, extinguiu a Fundação Zoobotânica, transferindo suas atividades para a SEAPA (RAMOS, 2007, não publicado, p.1).

Em 2004, após licença concedida para o doutorado, a entrevistada começou a pensar em como criar de novo dentro da Secretaria algum setor ligado à questão ambiental.

*“Tinha noção do nível de degradação do espaço territorial rural do DF, especialmente nas áreas rurais porque desenvolvem atividades impactantes e são a maior parte do território, então começou a buscar parcerias, e nesta ocasião foi à Universidade de Brasília, procurar a professora Jeanine Felfili, engenheira florestal que na época estava liderando um grupo de trabalho na Área de Proteção Ambiental Gama Cabeça de Veado, onde está inserido o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita”.*

A professora Jeanine sugeriu que fosse feito um trabalho em conjunto com os produtores rurais incentivando-os a recuperar as áreas de preservação permanente ao longo do Ribeirão do Gama, um dos córregos de dentro da APA, inclusive propondo a implantação de pequenos trechos de plantio de mudas, anualmente.

Em 2006, ainda envolvida com atividades administrativas, passou a pensar em como transformar a ação iniciada na APA num programa, foi aí que rascunhou o que seria o Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar. Segundo ela:

*“Tratava-se de uma proposta de não só fazer a revegetação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, mas também de trabalhar a questão da conservação de solo e de água, a questão da*

*mudança nas tecnologias de produção, objetivando uma produção mais sustentável”.*

Aproveitando a oportunidade de uma nova gestão política que se estabelecia na Secretaria de Agricultura, buscou a Associação de Servidores para propor a criação de um setor ambiental, “*motivada pela vontade de construir uma nova diretriz de trabalho dentro da Secretaria*”. No entanto o que culminou na criação do setor ambiental foi a divulgação de um escândalo envolvendo o deputado distrital Pedro Passos, Secretário de Agricultura na época, fato que culminou na sua renúncia na Câmara Legislativa do DF para não ser cassado.

E depois disso os dirigentes que lá estavam,

*“parece que levaram um choque e resolveram incorporar pelo menos em parte a proposta da Associação dos Servidores e aí o Núcleo Ambiental foi criado”.*

Ela foi chamada para ser a chefe do Núcleo.

Deu início a uma série de incansáveis apresentações abordando aquilo que seria o Programa Reflorestar na EMATER-DF, na EMBRAPA, nas associações de produtores, numa tentativa de convencimento e de obtenção de apoio daqueles que faziam agricultura no DF, divulgando a ideia do Programa Reflorestar. Em paralelo, a equipe foi sendo fortalecida com a chegada de um engenheiro agrônomo, uma engenheira florestal e um engenheiro mecânico.

O Programa foi multidisciplinar desde a origem, logo exigia na sua composição uma equipe tão diversa quanto os assuntos tratados no âmbito do Núcleo de Proteção e Reabilitação Ambiental – NRA.

*“Por exemplo, na parte de conservação de solo, precisava-se de um engenheiro agrônomo, para fazer os projetos, levantar a necessidade de terraços, a quantidade de baciões (movimento de terra em forma de bacia para acúmulo de água favorecendo a infiltração), do mesmo modo que o biólogo, importante na composição das espécies indicadas para recuperação, como espécies de ambiente seco, de ambiente úmido, espécies chave, espécies atrativas para a fauna”.*

Em diversos momentos da entrevista a entrevistada mencionou considerar importante trabalhar a parte social:

*“A parte social é importante, a gente tem que trabalhar a melhoria das comunidades, principalmente buscar a conscientização de que plantar árvores não é jogar dinheiro fora, muito pelo contrário, você está fazendo uma poupança, de água, de qualidade do solo, de qualidade de vida, de diversidade, e isso a gente tem que trabalhar na cabeça dos produtores que vale a pena, que não é só a produção de hortaliças, de grão que é importante, você tem que pensar também na parte da biodiversidade, da natureza até pra fazer a interação, porque ele vai precisar de polinizadores”.*

Questionada se em algum momento ao pensar sobre o Programa houve reflexão sobre contemplar o controle social nos processos de discussão, negociação e formulação da política, por exemplo, ao decidir qual a bacia hidrográfica a ser trabalhada, qual o trecho mais crítico, de aproximar os produtores deste momento, e permitir que tanto produtores, quanto pesquisadores e técnicos dispusessem das mesmas condições de participação, a resposta foi:

*“Não, nesta época a gente não estava com esse pensamento ainda, embora na proposta a intervenção já era prevista por bacia hidrográfica, isso implica que algum momento você vai precisar ter esta conversa, tem que interagir com a comunidade local. ”*

Então ela ressalta que um complicador seria a escassez de recursos financeiros, que naturalmente conduziriam institucionalmente as ações para regiões mais degradadas ou mais sensíveis, em regiões como a Vargem Bonita, pela proximidade com APA Gama e Cabeça de Veado (região administrativa do Park Way, Gama) e a Bacia do Rio Preto (região do Paranoá, São Sebastião), pelo nível de degradação e por ser a principal bacia agrícola do Distrito Federal.

Ainda sobre participação social no processo de escolha das áreas, foi perguntado se a entrevistada considerava importante abrir uma linha de diálogo com as comunidades, e ela destacou a importância de assumir o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) como diretriz:

*“O ZEE ele já aponta várias coisas que precisam ser observadas, por exemplo a questão da recarga de aquífero, ele tem isso muito bem*

*mapeado, as áreas que são mais sensíveis, então o que precisa na verdade é fazer a costura do que o ZEE está dizendo e as áreas críticas que precisam ser atendidas mais rápido considerando ainda a necessidade da comunidade de ter suas áreas replantadas”.*

Defendeu que,

*“tem que haver esse casamento da informação técnica com a demanda social, que recuperar área degradada não é um processo barato”, e que, portanto, na opinião dela “o Estado tem que entrar com um apoio, com subsídio para que o produtor faça este trabalho”.*

No momento em que a Lei 4.734 de 29 de dezembro de 2011 (Lei do Reflorestar) trata da adesão voluntária ao Programa, foi perguntado de onde veio a intenção de que a adesão fosse voluntária, sobre o que definiu este critério. Segundo a entrevistada,

*“tudo que estava no Programa foi tirado das obrigações impostas pelo Código que não resultaram em ações, na prática ninguém cumpriu, as APPs foram desmatadas, as RLs foram cultivadas, e aí se você não consegue convencer o produtor rural de que aquilo é bom para ele, ele não vai ser o parceiro pra cuidar, pra ajudar a fazer a floresta futura. Então a palavra-chave está na sensibilização, na parceria, porque é ele quem está ali, é ele quem vai ver no dia-a-dia as coisas acontecendo, vai ver se a formiga está comendo, se o fogo está chegando, então é preciso que ele seja realmente parceiro neste sentido”.*

É claro que a estratégia inicial foi a de sensibilização do produtor, enquanto parceiro receptor e cuidador das mudas, e que esta é uma condição essencial para o êxito do Programa.

A servidora considera que houve omissão do Estado, a partir do momento em que ele tinha uma lei para cumprir, fazer cumprir, fiscalizar e exercer o controle, e ele não fez, então é conivente e por isso desde o início defendeu que o Estado tem que entrar com um apoio, com subsídio para que o produtor faça este trabalho de recuperação, que não é barato.

Destacou ainda que a omissão se deu na medida em que,

*“nas décadas de 60 e 70, a Fundação Zoobotânica do DF ao preparar os lotes a serem ocupados pelos agricultores que vinham de vários estados do Brasil desenvolver agricultura no DF, cumpria o*

*Código Florestal: deixava as áreas de reserva, mas o produtor ocupava e desmatava até a beira do rio e não era fiscalizado, alguns utilizavam a área de RL, tiveram áreas que o próprio ocupante transformava em novos lotes, então assim, foi ficando sem reserva legal”.*

Sobre quais foram os indicadores de monitoramento construídos, segundo a entrevistada os números eram bem tímidos porque foram baseados na capacidade de produção de mudas instalada, que era bem precária à época, algo próximo a 20 mil mudas de árvores nativas e 50 produtores atendidos por ano.

No que concerne às principais instituições parceiras a entrevistada, destacou a EMBRAPA e a UnB, depois a partir de um intenso trabalho interpessoal de articulação com os técnicos da EMATER-DF, esta também se tornou colaboradora das ações do Programa Reflorestar. Segundo ela, na gestão passada (2011 – 2014) com o extensionista rural da EMATER-DF Lúcio Taveira Valadão como Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF, foi que permitiu definitivamente este avanço no apoio mútuo das instituições,

*“porque é impossível fazer qualquer ação com a comunidade rural se não tiver o parceiro EMATER como facilitador”.*

Ao ser perguntada sobre o que levou a proposta de lei ser posterior à implementação do Programa, a resposta foi:

*“para institucionalizá-lo, sendo uma lei, as mudanças decorrentes do processo político como a mudança de Governador e Secretários de Estado não implicará na interrupção das ações do Programa”, logo “enquanto a lei não for revogada o Programa existe e sociedade pode cobrar o cumprimento da lei”.*

Foi possível ainda, por meio da sua institucionalização resguardar a doação das mudas, uma vez que na época em que o Programa foi criado estava em vigor um decreto que dizia que somente o Governador pode fazer doação de qualquer coisa. Então, o estabelecimento de uma norma que tratasse da doação de mudas nos termos do Programa, era uma oportunidade indispensável. Foi assim que foi desenhado um projeto de lei e encaminhado ao Deputado Distrital Joe Valle, parlamentar afeto à temática da agricultura e da proteção ambiental. Segundo a entrevistada, *“a lei daria a garantia para Secretaria*

*continuar fazendo a doação das mudas*”, e o Estado neste momento auxiliaria o agricultor na recuperação das áreas de APP e RL.

Sobre o decreto de regulamentação da lei do Programa Reflorestar, não foi publicado porque a Secretaria de Agricultura estava no período pós eleições, e a Assessoria Jurídica Legislativa da SEAGRI-DF recomendou que ficasse para a próxima gestão estabelecer as regras. A proposta limitou-se a uma minuta, não tendo, portanto, alcançado status de processo.

Sobre ponderar a estratificação econômica, se agricultor familiar ou patronal como critério de priorização de atendimento, ela discorda e aponta para a questão da vulnerabilidade ambiental como fator mais relevante.

Na última questão, em uma abordagem se o Programa foi pensado com viés de educação ambiental, ela respondeu que este é um dos componentes, que eram realizados eventos intitulados de Encontros Técnicos Rurais, com stands para a realização de palestras com vários assuntos de interesse e como um deles sempre era a temática ambiental:

*“Isso era uma oportunidade de convencimento, de se aproximar das pessoas e sensibilizar mostrando a importância de plantar árvores de cuidar do meio ambiente”.*

Então em alguma medida, o exercício da educação ambiental desde o início permeou as ações que ensejaram a criação do Programa Reflorestar.

#### **5.1.4 Entrevista com os produtores**

A tabela 1 demonstra que o público atendido pelo Programa é predominantemente masculino, e embora a categoria casal não estivesse sido prevista no questionário, esta equiparou-se aos atendimentos do sexo feminino.

Tais percentuais sugerem um maior interesse das mulheres em participar do Programa e, conseqüentemente, expõe uma oportunidade de dialogar com a família sobre os temas que envolvem a adequação ambiental da propriedade, como a importância da integridade das áreas de preservação para a garantia da água em quantidade e qualidade nas nascentes e córregos, da mata poder ser utilizada como abrigo de polinizadores e corredor ecológico para o trânsito de animais, para a melhoria do clima na região e do estabelecimento das áreas de reserva legal, como exigência legal mas também como uma alternativa de agregar valor à propriedade em cumprimento à norma, inclusive pela possibilidade de exploração desta área

através de consórcios produtivos com outras espécies que não são exclusivamente nativas, como aroeira, banana, cana e café, por exemplo.

Tabela 1. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao gênero.

<b>Gênero</b>	<b>n° / %</b>
Masculino	21 / 72%
Feminino	4 / 14%
Casal	4 / 14%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Observa-se na tabela 2, que 79% dos entrevistados tem mais de 50 anos, com predomínio na faixa etária de 50 a 64 anos, correspondendo a 55% dos atendimentos realizados, sugerindo a necessidade de uma ação mais transversal que pudesse alcançar as demais faixas etárias de interesse. A expressividade desse percentual parece indicar a necessidade de que o Programa se torne mais atrativo para os jovens rurais. Para os cálculos, na categoria de 50 a 64 anos foi contabilizada uma idade a mais por tratar-se do atendimento de um casal e contabilização de uma idade a menos porque um dos 28 entrevistados não respondeu à esta questão.

Tabela 2. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à faixa etária.

<b>Faixa etária</b>	<b>n° / %</b>
20 a 34 anos	0 / 0%
35 a 49 anos	6 / 21%
50 a 64 anos	16 / 55%
65 a 79 anos	6 / 21%
Mais de 80 anos	1 / 3%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Na questão três (tabela 3), o objetivo foi estimular uma autodefinição espontânea e não de fundamentar ou discutir as raízes ideológicas das referidas expressões. O objetivo foi constatar a partir do auto reconhecimento dos próprios produtores que o Programa segue no que ele se propõe, atender aos produtores rurais do DF como público alvo do Programa Reflorestar.

Não ter havido nenhuma ocorrência para a autodefinição de camponês, sugere inferir que em algum nível a proximidade com a “*lida na terra*” fez a luta ser esquecida ou enfraquecida, o que remonta à maneira em que se deu a distribuição de terras no DF. Neste

contexto, a ocorrência da autodenominação como produtor rural geralmente vinha atrelada ao vínculo da família com a agricultura como forma de trabalho e garantia de sobrevivência de seus membros, como uma tradição que passou dos pais e mães, para os filhos. Ratificando esta afirmação, houve uma declaração muito apropriada: *“Roça é tradição precisa de um projeto de resgate do orgulho de ser agricultor!”* Soou para equipe como uma sugestão de política pública, a propositura de um projeto de resgate deste orgulho.

A categoria outros não constava da entrevista, no entanto, surgiram autodefinições do tipo eu sou "produtor de entretenimento"; "apaixonado por água e natureza"; "piscicultor"; "cuidador"; "pecuarista"; "investidor em turismo religioso"; "sou aposentado e recebi de herança a propriedade".

Tabela 3. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à expressão que melhor define o ocupante de imóvel rural atendido pelo Programa Reflorestar naquela ocasião.

<i>“Qual dessas expressões melhor o define?”</i>	<b>n° / %</b>
Agricultor	6 / 21,5%
Camponês	0 / 0 %
Produtor rural	13 / 46,5%
Outros	9 / 32%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Os dados da tabela 4 indicam que o Programa alcança um público que vai além do público-alvo através das ações de sensibilização, como os familiares e outras pessoas da relação direta dos produtores beneficiados, e que o diálogo da mobilização pode envolver inclusive, vizinhos, funcionários, amigos que visitam a propriedade, entre outros.

Vale destacar que parte do percentual contido na categoria mais de 10 membros inclui também membros das famílias de arrendatários que trabalham na área. Uma das produtoras atendidas considerou contemplados pelas atividades que acontecem na chácara, os netos que frequentam a propriedade principalmente aos finais de semana. A organização religiosa que declarou conseguir envolver aproximadamente 135 membros nas ações coletivas de recuperação ambiental, na área sob seu domínio, que são promovidas por eles próprios. Percebe-se que o alcance das ações concretas de plantio e conseqüentemente, possível melhoria das condições ambientais das propriedades vão para além das pessoas atendidas diretamente pelo Programa. As ações são estendidas aos familiares, amigos, funcionários e membros das organizações sociais e religiosas.

Tabela 4. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à quantidade de membros da família que tenham vínculo com a chácara naquela ocasião.

<b><i>“Quantos membros da família que tenham vínculo com a chácara?”</i></b>	<b>n° / %</b>
De 2 a 4 membros	16 / 57%
De 5 a 7 membros	10 / 36%
Mais de 10 membros	2 / 7%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Apenas um terço das propriedades tem algum membro da família com formação em cursos de ciências da terra (tabela 5). Imaginou-se que a formação no tema poderia ser um indicativo maior de interesse, sensibilidade e consciência dos ocupantes daquela propriedade sobre a crise ambiental amplamente disseminada em nosso território, e no planeta de modo geral. Desta forma, o imóvel rural ocupado por eles poderia tornar-se um ponto de apoio para futuras ações e um alvo potencial, para tornar-se um multiplicador de ações como as do Programa Reflorestar bem como de outros programa e projetos afins, na região.

Como principais formações profissionais relacionadas às ciências da terra foram mencionadas os cursos de biologia (4), agronomia (2), técnico agrícola (2) e capacitação em agrofloresta (1). Mas ocorreu uma fala que dialoga bem com o perfil dos atendidos e sua faixa etária: *"Ninguém tem formação, mas todos têm paixão herdada do pai"*.

Tabela 5. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à ocorrência de membros da família com formação em cursos ligados à terra naquela ocasião.

<b><i>“Há membros na família com formação em cursos de ciências da terra?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sim	9 / 32%
Não	19 / 68%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

O objetivo da questão 6 (tabela 6) foi conhecer a dominialidade das áreas atendidas pelo Programa Reflorestar para estudar possibilidades de integração das políticas públicas dentro da própria SEAGRI-DF como por exemplo, articular algum benefício como a celeridade dos processos que tratam da regularização fundiária (que hoje caracteriza-se como um dos maiores desejos de quem ocupa terras públicas rurais no DF), através da prioridade de atendimentos às propriedades atendidas pelo Reflorestar, com áreas efetivamente/comprovadamente recuperadas. Ou ainda, com maior possibilidade de acesso das comunidades rurais ao Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR, que é uma ação orçamentária derivada da política de crédito agrícola, de responsabilidade da Secretaria de

Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e tem por finalidade financiar despesas de investimento e custeio da produção agropecuária, da agroindustrialização, do turismo rural e a comercialização de produtos agropecuários *in natura* ou processados dos produtores rurais ou suas organizações no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF, além de apoiar financeiramente projetos coletivos que promovam o desenvolvimento territorial do Distrito Federal. E integração dos Programas da SEAGRI-DF com outras Secretarias e organizações do Governo, como a EMATER-DF, a CEASA, a Secretaria de Meio Ambiente, o IBRAM, a CAESB, a EMBRAPA, entre outros parceiros que já colaboram com algumas iniciativas que a SEAGRI-DF encabeça.

Os títulos de domínio sobre o imóvel rural que obtiveram maior expressividade de ocorrência foram nesta ordem: contrato de arrendamento, escritura pública de registro de imóveis e posse (tabela 6). No cômputo final, foi somado um ponto a mais para o contrato e outro para a escritura, porque uma das áreas atendidas possuía tanto um quanto o outro documento. Por isso o somatório foi superior a 28 respostas.

Tabela 6. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne a que título sobre o imóvel, o beneficiário do Programa Reflorestar detém naquela ocasião.

<b><i>“A que título detém a propriedade?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Posse	5 / 17%
Contrato	15 / 52%
Escritura	9 / 31%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

O objetivo da sétima questão (tabela 7) foi verificar se o grau de segurança jurídica sobre a propriedade do imóvel rural afeta o compromisso do produtor com a área. Mais de 60% dos entrevistados manifestaram que o tipo de dominialidade, ou seja, a que título ele detém a posse do imóvel, (se precário, como os contratos de cessão de direito real de uso, com prazo definido ou se escritura) influencia sim o compromisso, o zelo que ele dispensa ao lugar. Apesar do desejo de ter em definitivo a propriedade do imóvel, algumas expressões chamaram atenção, no sentido de que mesmo sem o documento definitivo, o compromisso e o zelo com o lugar são indispensáveis pois tem a ver com amor, dedicação, tradição, respeito pela natureza, como nas afirmações: "*não, zelaria do mesmo jeito*"; "*não, meus cuidados independem da situação fundiária*"; "*não, independe de documento é a convivência mesmo*"; "*não, a gente sempre cuida*".

Tabela 7. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à influência que se estabelece sobre o ocupante do imóvel rural, em razão do tipo de dominialidade que ele detém.

<i>“O tipo de dominialidade fortalece/influencia o seu zelo com o lugar?”</i>	<b>n° / %</b>
Sim	11 / 39%
Não	17 / 61%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Internamente à SEAGRI-DF, afirma-se que uma das maneiras mais adequadas de buscar o nosso público alvo é através dos eventos oficiais da SEAGRI-DF, como a Agrobrasília, a Festa do Morango, a Festa do Pimentão, dentre outros, no entanto a tabela 8 demonstra que apenas 7% dos atendimentos realizados foram oriundos desses momentos. A interação entre vizinhos continua sendo uma forma efetiva de divulgação de programas na região, bem como a participação da EMATER-DF através das equipes que compõem o escritório local de Brazlândia e Alexandre Gusmão, como importante canal de veiculação de informações com 36% das manifestações. Com maior destaque para informar sobre o Programa, permanece a publicação de matérias em sites oficiais como o da SEAGRI-DF e da EMATER-DF, além das mídias espontâneas e mídias sociais. A partir disso, conclui-se que é preciso comunicar mais e melhor sobre as intenções da SEAGRI-DF, suas ações e resultados, como a realização de dias de campo, de palestras, de mutirões de plantio, de oficinas, entre outros momentos de interação e troca de experiências.

A opção “outros” deixa aberta possibilidade de uma palestra, uma entrevista, uma publicação, outra maneira de transmitir a informação que seja extraordinária, diferente das formas mais comuns, amplamente conhecidas como eventos, sites, amigos.

O espaço de comercialização da Central de Abastecimento do DF – CEASA, as sedes das associações de produtores, assim como as festas religiosas da região como o Circuito da Festa do Divino, a Feijoada e Festa de Santa Terezinha, a Festa Junina e da Padroeira Nossa Senhora do Rodeador, a Festa Encontro da Mãe com o Filho no Santuário Menino Jesus, a Festa Junina do Centro de Ensino Fundamental INCRA 7 e a Peregrinação do Muquém, configuraram-se nos discursos dos entrevistados como oportunidades ímpares para ampla divulgação de programas como o Reflorestar, que buscam atingir essencialmente às comunidades rurais do DF.

Tabela 8. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à maneira que o produtor conheceu o Programa Reflorestar, por quais meios ele soube da sua existência.

<b>“Como conheceu o Programa Reflorestar?”</b>	<b>n° / %</b>
Eventos da SEAGRI-DF	2 / 7%
EMATER-DF	10 / 36%
Vizinhos, amigos	4 / 14%
Sites, reportagens, outros	12 / 43%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Como demonstra a tabela 9, a grande maioria não teve dúvidas em relação a SEAGRI-DF ser a instituição que disponibiliza as mudas para a recuperação das áreas de APP e RL. E o objetivo da questão era averiguar se isto era uma informação clara ao produtor, e principalmente para destacar a importância do fortalecimento institucional, para que a SEAGRI-DF continue a se fazer presente, para que seja reconhecida para além do fomento à agricultura, mas ao desenvolvimento rural sustentável, da produção aliada ao respeito ao meio ambiente.

Tabela 9. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à clareza para o produtor, de quem é a organização que disponibiliza as mudas no âmbito do Programa Reflorestar.

<b>“Quem disponibiliza as mudas?”</b>	<b>n° / %</b>
SEAGRI-DF	25 / 89%
EMATER-DF	0 / 0%
EMBRAPA	0 / 0%
Outros	3 / 11%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Quando pedidos para conceituar o Programa Reflorestar, a partir das respostas foram identificadas quatro categorias conforme tabela 10, sendo que os que não souberam responder (32%) são mais que o dobro dos que estariam familiarizados com a proposta do Programa (14%), com destaque para os que tem uma ideia genérica que corresponde a quase metade dos entrevistados (47%).

P13: “*Reflorestar é essencial, reconheço que tenho um déficit de árvores aqui na minha propriedade*”;

P28: “*é pegar as mudas para reconstruir a mata perto da mata para garantir a água*” – resposta que mais se encaixou nos objetivos do Programa.

Felizmente, há os que estão familiarizados com a proposta do Programa, percebem a degradação ambiental à sua volta, mencionam déficit de árvores na propriedade, não desejam que Brasília torne-se uma cidade como São Paulo, que no último ano vivenciou uma gravíssima crise hídrica. Alguns afirmam estar fazendo a sua parte,

P8: *“acho que seria para preservar, com 62 anos não devo desfrutar mais (dos benefícios proporcionados pelas árvores) mas não quero que o DF vire São Paulo”;*

P22: *“é uma necessidade para diminuir o passivo ambiental do DF”;*

P19: *“é um sacerdócio, estou fazendo o meu papel, aproveitando a ajuda, porque é triste ver o passarinho sem uma árvore para descansar em tantos hectares de soja...”;*

Surpreendentemente, houve ainda uma manifestação entre os que não sabiam informar o que é o Programa, que indicaram fragilidades na comunicação com o seu público-alvo, por exemplo em informar com clareza no que o Programa se propõe:

P10: *“não sei, fui atendido como que os técnicos quissem “desovar” as mudas”.*

A expressão utilizada pelo produtor indicado como P10 revela fragilidades da gestão. A atuação da equipe da SEAGRI-DF no momento de cumprir os critérios de enquadramento e esclarecer ao produtor a essência do Programa, ficou reduzida possivelmente, a uma meta de disponibilizar determinada quantidade de mudas. Tal fato, politicamente, reforça a impressão da sociedade de que o Estado trabalha com ineficiência, desarticulado entre si. É preciso que toda a equipe esteja alinhada no que o Programa se propõe para evitar comportamentos institucionais como o anteriormente mencionado.

Outras respostas expressaram ideias de reflorestamento, como uma estratégia de *“trazer a natureza de volta”*, *“uma tentativa de reconstrução do cerrado”*, *“de conservação na natureza”*, *“um Programa que o Governo incentiva dando as mudas e o produtor planta”*. Muitas vezes, a resposta para esta pergunta era o conceito do verbo reflorestar, ou de como deveria ser o reflorestamento da área dele.

Tabela 10. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à clareza do que é o Programa Reflorestar para quem foi beneficiado por ele em ocasião pretérita.

<b><i>“O que é o Programa Reflorestar?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Não soube responder	9 / 32%
Tem uma ideia genérica do que seja	13 / 47%
Familiarizado com a proposta do Programa	4 / 14%
Há uma problemática e acredita estar fazendo a sua parte	2 / 7%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Na tabela 11, depreende-se que do universo de produtores pesquisados, enquanto 11% confundiu com outras áreas protegidas, a exemplo, temos as respostas a seguir:

P6: “*área de proteção*”

P13: “*é uma reserva de área*”

Por outro lado, demonstrou que são próximos os percentuais dos que souberam informar o que é uma APP ainda que de maneira genérica, representando 50% dos entrevistados, com as respostas a seguir, dos que afirmaram não saber responder, que foi de 39%.

P18: “*já fala, preservação permanente de um lugar*”.

P22: “*área que não posso plantar, que eu tenho que preservar.*”

Tabela 11. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à compreensão do que é uma Área de Preservação Permanente – APP, área de interesse do Programa Reflorestar.

<b>“Você sabe o que é APP?”</b>	<b>n° / %</b>
Confundi com outras áreas protegidas	3 / 11%
Soube informar ainda que de maneira genérica	14 / 50%
Não soube responder	11 / 39%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Para o conceito de Reserva Legal abordado na tabela 12, 18% dos entrevistados confundiu com o conceito de Área de Preservação Permanente,

P6: “*é mais ou menos a mesma coisa da APP*”;

P7: “*é a distância que tem que deixar para o córrego, eu acho vaga essa distância*”.

Felizmente, 43% soube informar, ainda que de maneira genérica, o que é a Reserva Legal, uma constatação que se repetiu na tabela 11, com 50% dos entrevistados:

P14: “*área que pode produzir e recuperar ao mesmo tempo*”;

P24: “*aqueles 20% que tem que deixar*”;

P28: “*não sei detalhadamente, mas quem tem área rural, tem que deixar uma parte para natureza*”;

Da mesma maneira que para o conceito de APP, 39% afirmaram não saber responder. Curiosamente, surgiram algumas compreensões como:

P10: “*não sei, mas meus colegas falam para eu não plantar para poder lotear no futuro se eu quiser!*”;

P17: “*área que passa pelo governo, mas eu que tenho que cuidar, e já adianto que o Estado não vai levar de graça essa área não*”.

Sobre a reflexão de P17, há um entendimento de que ao definir áreas que deverão ser protegidas, sejam elas de área de preservação permanente ou de reserva legal, o que o governo deseja é fazer com que o produtor perca área de produção, gerando inclusive a obrigação de recuperar e cuidar das referidas áreas perdidas. Seria um duplo prejuízo na compreensão de alguns produtores. Para reverter esta desconfiança, o Estado precisa mostrar-se presente e principalmente interessado na recuperação e proteção daquelas áreas, buscando alternativas de atuação conjunta com a sociedade, de cooperação mútua, naquilo que configura-se um bem comum e portanto, de responsabilidade de todos, inclusive do Estado.

Tabela 12. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à compreensão do que é uma área de Reserva Legal – RL, área de interesse do Programa Reflorestar.

<i>“Você sabe o que é RL?”</i>	<b>n° / %</b>
Confundiu com outras áreas protegidas	5 / 18%
Soube informar ainda que de maneira genérica	12 / 43%
Não soube responder	11 / 39%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

A questão 13 visava avaliar a percepção da conjuntura crítica da crise socioambiental, se o produtor compreende que ela abrange a todos, se ele percebe a sua importância individual no processo da sua avaliação sobre iniciativas como o Reflorestar que apostam na sensibilização das pessoas, para mudar uma realidade, do nível local para o global. A maioria classificou o programa como muito importante (tabela 13), como nas respostas:

P19: *“muita importância, é interessantíssimo que se faça um trabalho como esse desde o jardim de infância, massificar a informação, incentivar o plantio de árvores”;*

P20: *“muita importância, tenho prazer de participar, é uma satisfação pessoal”;*

No entanto, dentre as respostas houve a sinalização de que é necessária uma maior articulação entre o governo e dele com a população, precisa ser uma política integradora para ser efetiva,

P4: *“muita importância, mas precisa estar associada a outras políticas”;*

P22: *“muita importância extremamente necessária, mas os órgãos do governo fazem vista grossa para a urgência do tema”;*

P25: *“muita importância é um trabalho de ponta, mas precisa ser mais ousado, investir mais!”;*

Ao afirmarem que o Governo em alguma medida, ignora a urgência da questão ambiental em Brazlândia, materializa-se mais uma vez nesta pesquisa, o descompasso entre o que é prioridade para os produtores e o que é prioridade para o Governo.

Entretanto, a importância destacada seria desde o contexto local ao planetário, para constatar quão sintonizado ou sensibilizado para a crise socioambiental, o produtor atendido está. Se ele é indiferente à preocupação do governo e da população de maneira geral, com as áreas de APP e RL e suas funções e, portanto, atribui pouca importância à iniciativa.

Felizmente, a maioria dos produtores (96% dos entrevistados) já associam os efeitos das mudanças climáticas à falta de vegetação e por isso atribuem muita importância ao Programa. Seria unanimidade se um dos 28 produtores, não tivesse manifestado que é de média importância, porque ele considerou que quando as áreas de APP e RL estiverem estabelecidas significa que não poderão ser mais utilizadas como áreas de plantio.

P7: *“mas as glebas estão diminuindo”*.

Há um reconhecimento por parte dos beneficiários de que há um esforço do governo de colaborar e se fazer presente na ação de recuperação das áreas degradadas na sua região,

P17: *“de suma importância, muda de árvore é muito caro”*;

P18: *“importância demais, se não fosse assim, você não vinha aqui olhar as mudas”*.

Mais uma contribuição merece destaque, quando demonstra que há uma vontade coletiva de fazer, neste caso, o plantio de mudas em propriedades vizinhas fortalece a ideia de corredores ecológicos, de abrigo para polinizadores entre outros benefícios ambientais para a unidade produtiva e para toda a região,

P27: *“muita importância, fazer a reserva legal foi uma iniciativa do vizinho que convidou para fazer também”*.

Tabela 13. Grau de importância atribuído à iniciativa do Programa Reflorestar pelos produtores atendidos.

<i>“Qual o grau de importância você atribui à iniciativa do Programa?”</i>	<b>n° / %</b>
Pouca importância	0 / 0%
Média importância	1 / 4%
Muita importância	27 / 96%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Quando solicitados a informar se recomendariam o Programa aos vizinhos (tabela 14), verificou-se pelas respostas que quando a relação com os vizinhos não é boa, dificulta o convite para participar de programas, apesar da compreensão de que quando há união, boa

comunicação na vizinhança, e aderem em bloco aos programas de caráter ambiental, os resultados são mais rápidos e duradouros, e de que o trabalho ganha escala e atribui uma identidade ambiental à região, características desejáveis quando o Governo precisa selecionar uma região para aplicar um projeto piloto ou experimental, por exemplo:

P3: *“sim, porque se todos estão envolvidos o projeto vai crescer e dar resultado em menos tempo”*;

P9: *“sim, quanto mais pessoas envolvidas, mais chance de sucesso para a região”*;

P28: *“a parceria com o vizinho é fundamental, o governo deve trabalhar como um mediador dos detentores da água”*.

Na publicação *Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas?* Os autores (MISTRY & BIZERRIL, 2011, p.44) identificam que *“no passado havia uma estrutura social com lideranças locais que buscavam um entendimento consensual de trabalho coletivo para o manejo dos recursos naturais”*. Esta ausência também foi observada neste estudo, apesar de 82% dos entrevistados afirmar que recomendariam o Programa Reflorestar aos vizinhos, nota-se que cada um cuida do seu espaço. Não foi percebida uma cultura de cooperação mútua seja para preparar os aceiros no período que antecede à seca, seja na contratação de serviço mecanizado, na aquisição de insumos, entre outras rotinas necessárias às práticas agrícolas no campo. As seguintes respostas exemplificam esta condição de desarticulação entre produtores vizinhos:

P11: *“sim, mas a relação é só o necessário, cada um cuida do seu espaço”*;

P17: *“a relação com os vizinhos é sem muita união”*.

É preciso compreender os processos e estruturas sociais das comunidades que vivem no entorno de áreas protegidas e seus impactos no manejo de recursos naturais (MISTRY & BIZERRIL, 2011) para ampliar as chances de sucesso das intervenções que venham a ocorrer na região.

A relação pode não ser muito positiva entre proprietários, mas acontece de ser boa com o caseiro do vizinho, configurando-se como uma oportunidade a ser explorada para introduzir um diálogo, com vistas a uma intervenção colaborativa na área, abrangendo mais propriedades,

P22: *“sim, mas a relação é boa apenas com o caseiro”*;

Contudo, a existência das estruturas sociais deve ser sempre estimulada e fortalecida para a apropriação dos problemas e da propositura das soluções mais adequadas pela própria comunidade para afastar o jargão popular de que *o que é público não é de ninguém e, portanto, ninguém cuida*. Dentre as estratégias para mobilizar, divulgar as ações e sensibilizar

a comunidade em uma determinada área, com temática cuidadosamente produzida, pode-se dispor de sessões de cinema, a exemplo do que foi proposto pelo Projeto Lobos de Canastra. Nesse projeto foi estudada a vinculação da comunicação com a comunidade para a conservação do lobo-guará no Brasil Central, na Serra da Canastra em Minas Gerais. O projeto alcançou resultados fantásticos, cujo principal destaque foi para a capacidade desse recurso de comunicação unir as pessoas, considerando que nas áreas rurais, particularmente no Brasil, observa-se a cultura de que *“as pessoas raramente modificam suas rotinas para participar de atividades sociais em que eles não estão fortemente interessados, como no caso de festas religiosas”*. Segundo os autores, *“algumas das pessoas entrevistadas relataram passar até seis meses sem se comunicar com os seus vizinhos, enquanto outros disseram que se encontraram na igreja, durante a missa de domingo”*. Embora a área rural no DF esteja predominantemente próxima dos centros urbanos, com opções de lazer para todas as classes econômicas, em áreas produtivas há ainda carência dessas oportunidades, como comprovaram os pesquisadores do Projeto Lobos de Canastra que o Cine Lobo além de *“criar uma forte ligação entre a equipe do projeto e da comunidade”* proporcionou momentos de informação, *“entretenimento e educação e deu às pessoas uma chance de estar com os seus vizinhos. Mesmo aqueles que não participaram nas sessões mencionavam ter ouvido falar dos filmes através de anúncios de rádio locais ou através de amigos e familiares que foram para as sessões”* (BIZERRIL et al., 2011, p.6).

Por outro lado, há relatos de que na ausência dos proprietários o caseiro assume maus hábitos, inclusive ateando fogo para limpar a área de cultivo, o que expõe as áreas próximas plantadas a riscos de incêndios florestais que representam historicamente o maior prejuízo no que concerne à perda de mudas, no âmbito do Programa Reflorestar:

P23: *“sim, o caseiro do vizinho precisa se educar, fica embriagado e coloca fogo na área; como o dono não mora, perde o controle e invade o plantio dos vizinhos”*;

Existe também uma queixa de que se a área é de interesse de todos, para o bem de todos, o Governo é que deveria cuidar, inclusive remunerando o produtor nos moldes da estratégia de pagamento por serviços ambientais, com alguma isenção como descontos na conta de água, ou de luz, e outros incentivos, como cerca e arame:

P6: *“sim, mas os vizinhos só querem ceder a área, acham que o governo que deve plantar e manter tudo”*;

Foi abordado o aspecto da valorização da propriedade também, quando está com as áreas recuperadas, agrega valor ao conjunto:

P10: *“sim, porque as mudas do Programa valorizam mais a propriedade”*;

Há também um certo grau de altruísmo e de colaboração mútua em algumas manifestações, aqueles que reconhecem o problema, inclusive numa abordagem cultural, enfatizando a necessidade de trabalhar a educação, a mudança de hábitos, de co-responsabilização:

P18: *“eles já estão fazendo e qualquer necessidade nós estamos aqui para ajudar”*;

P19: *“Eu já semeio sementes na área dos vizinhos, ando com os bolsos cheios! Tudo que esteja ligado à terra, à preservação eu recomendaria”*;

Há os que recomendam o Programa numa tentativa de sensibilização, a partir de constatações da rotina de destruição e indiferença com a crise socioambiental mundial já instalada na região. Esses desejam que seja alcançado o compromisso da coletividade com a manutenção dos ecossistemas protegidos para as atuais e futuras gerações.

P21: *“sim, mas por aqui eles só querem destruir!”*;

P26: *“sim, é importante nesse cenário de destruição, de mudanças climáticas”*.

Tabela 14. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à recomendação do Programa para os vizinhos.

<b><i>“Você recomendaria o Programa para os vizinhos?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sim	23 / 82%
Não	2 / 7%
Não respondeu	3 / 11%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

A maioria dos entrevistados justificou a sua motivação em plantar árvores (tabela 15) primeiro porque guarda memória afetiva pelas lembranças da infância, por ter aprendido com os pais:

P7: *“posso uma relação forte com a roça, planto porque gosto”*;

P12: *“sempre fui de roça, o pai era agricultor, gosto de produzir e servir de exemplo para os netos e gostaria de ter espécies como o araçá, o murici e a mama-cadela que lembram o tempo de criança”*;

Afirmam gostar de plantar também, porque compreendem a íntima relação que existe entre o ser humano e a natureza, porque pensa no futuro, nos jovens, e no futuro da cidade:

P21: *“Cuidar do futuro, está no sangue, eu vejo pela juventude - a água é uma veia que corre dentro da terra”*;

P22: *“reflorestar, reflito sobre a situação do país, de São Paulo”*;

Há os que pensam na flora, destacam as árvores como fundamentais na infiltração da água, porque é alimento para a fauna,

P4: *“é bom, ajuda a infiltrar a água, é tipo uma esponja”*;

P15: *“para atrair passarinho, que é lindo demais e ainda traz água do subsolo para cima”*;

Tem os que declararam enfaticamente, que o fazem por obrigação:

P18: *“por obrigação né? Por uma melhora. Porque antigamente o INCRA mandava produzir na área toda”*;

P26: *“plantei pela obrigação da reserva legal”*;

Dois entrevistados não responderam à questão.

A questão fundiária no Distrito Federal é complexa, existem áreas sobre domínio da União, do GDF e de particulares. Os regimes de exploração das áreas rurais são regidos por contratos de concessão de uso, arrendamento, parceria agrícola, entre outros instrumentos. Haja vista a multiplicidade de arranjos possível, a definição de responsabilidades dos atores, a capacidade de monitoramento e a fiscalização do Poder Público são prejudicadas, o que enseja dificuldades para o cumprimento de políticas públicas como o Código Florestal Brasileiro, que gerou a obrigação de recuperar as áreas de preservação permanente por exemplo, que varia de acordo com o tamanho da propriedade. Mas, e, quando as áreas são divididas? Ou estão sob domínio do GDF através da Companhia Imobiliária do Distrito Federal – TERRACAP? De quem é a obrigação de reparar o dano? Em qual período? Tais dificuldades refletem a desarticulação do Governo, e descompasso ao propor soluções pois a velocidade de ocupação e exploração agropecuária supera a de recuperação e proteção daquelas áreas.

Ao estabelecer prazos e responsabilidades, não se deve esquecer de que na gestão do território do ponto de vista fundiário, as esferas de competência federal e local tem suas peculiaridades, portanto é preciso um período de transição programada para que o Estado não entre em contradição. Se a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal assim como o INCRA em determinado momento da história do desenvolvimento da agropecuária nos arredores da Capital do país, fomentaram o desmatamento, estabeleceu-se naquele momento um processo que culminou na própria crise discutida atualmente. Mudanças tão profundas quanto o fomento e a obrigação de reparar um dano ambiental são incompatíveis no mesmo momento histórico. É preciso adequar-se com tempo mínimo às novas necessidades e desafios da ocupação humana em áreas de proteção do ponto de vista ambiental.

Perceber que a maior parte das motivações são intrínsecas ao produtor, é um ponto extremamente positivo para Programas como o Reflorestar que possui baixo orçamento, apesar de querer contribuir para melhorar o trato com a questão ambiental no DF.

Tabela 15. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à motivação dos entrevistados para plantar árvores.

<b><i>“O que o motiva a plantar árvores?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Porque gosta	12 / 43%
Porque é bom para o meio ambiente	11 / 39%
Por obrigação	3 / 11%
Não respondeu	2 / 7%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Em geral, os entrevistados não identificam fatores de desmotivação para não efetuarem o plantio de árvores (tabela 16):

P19: *“nem penso em desmotivação”*.

Por outro lado, as manifestações que representam 21% das respostas, enxergam o ônus de efetuar os plantios, como a demora para o crescimento das mudas, o custo dos insumos, defendem que o Governo precisa dar mais incentivos, apoiar o produtor, assemelhando-se à algumas respostas à questão que tratava da recomendação do Programa aos vizinhos (questão 14):

P7: *“tem que ter mais incentivo, ajudar na conta de água, na energia, no controle das formigas - se o governo está me cobrando, tem que me dar algum benefício. Se eu cerco as nascentes, eu deveria ter um incentivo como a cerca, me ressarcir o eucalipto ou o arame!”*;

P10: *“não sinto a aproximação do governo”*;

P18: *“demora demais a crescer essas nativas, o governo tinha que vir ajudar a plantar”*;

P27: *“porque dá mão de obra, dá trabalho para limpar, dá despesa”*.

As respostas levam a crer que o aporte de recursos como fornecimento de adubo, viabilização de mão-de-obra, equipamentos para manutenção das mudas (poda, coroamento, roçagem) deveria ser maior, para, em contrapartida obter maior dedicação do produtor que é um parceiro fundamental para o êxito dos plantios, já que é ele quem está fazendo a manutenção do dia a dia, controlando as formigas e o acesso de animais que pisoteiam ou consomem as mudas, irrigando, adubando.

Tabela 16. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à desmotivação dos entrevistados para plantar árvores.

<b><i>“O que o desmotiva a plantar árvores?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Não identifica fatores de desmotivação	22 / 79%
Custos do plantio e da manutenção	6 / 21%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

A maioria quase absoluta soube informar qual o curso d'água mais próximo à sua propriedade, com 82% dos entrevistados, somados os que não tinham córregos ou nascentes nas suas áreas com 11%, que totalizou 93% (tabela 17). Apenas 7% não soube informar ou não respondeu.

Tabela 17. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao conhecimento do entrevistado sobre a existência e a identificação de cursos d'água, próximos à sua propriedade.

<b><i>“Você sabe dizer qual o curso d'água, rio, ribeirão mais próximo da sua propriedade?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sim	23 / 82%
Não	1 / 3,5%
Não tem água na propriedade	3 / 11%
Não respondeu	1 / 3,5%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Na mesma questão 18 foram respondidas duas perguntas, sendo, portanto, 56 respostas no total (tabelas 18 e 19). Dessas, as que foram mais expressivas dizem respeito à *não está acontecendo nenhum programa de EA na região* (mesmo o Programa Reflorestar estando presente no momento da entrevista, a correlação foi falha e o produtor não estabeleceu vínculo do Reflorestar com a EA), com 43% das respostas:

P8: *“não, nunca foi atendido”*;

P25: *“não, nem sei o que é educação ambiental - para mim educação é não destruir!”*.

Com 5% e 11% das respostas, respectivamente as tabelas 18 e 19, foram mencionadas as ações do Programa Reflorestar e do Projeto Descoberto Coberto:

P2: *“participou do Programa Descoberto Coberto e do Reflorestar”*;

É muito grave institucionalmente que o produtor beneficiário de um Programa de Estado como o Reflorestar, não tenha percebido com clareza qual a proposta e a consequência da atuação do Estado na sua região apesar dos esforços envidados. Tal falha não se resume à compreensão do produtor, mas às limitações do Programa em se fazer entender como uma ação de educação ambiental. Portanto, destaca-se com veemência que

toda a equipe da SEAGRI além de conhecer as ações que são empreendidas pela organização, devem também esforçar-se na superação dos fatores limitantes à compreensão do Programa Reflorestar como uma ação eminentemente de educação ambiental, de transformação e melhoria do ambiente rural.

Tabela 18. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à participação ou ao conhecimento do entrevistado sobre a existência de algum projeto de educação que esteja acontecendo na região.

<b><i>“Está ativo/acontecendo algum projeto de educação ambiental na região?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sim	3 / 5%
Não	24 / 43%
Não soube responder	1 / 1,75%
Não tem certeza	1 / 1,75%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Tão expressivo quanto quase metade dos entrevistados responder que não está participando de nenhum projeto de educação ambiental na região (tabela 18) é a manifestação de 37,5% que embora tenha recebido a visita de técnicos da SEAGRI-DF e as mudas do Programa, afirmam não ter sido assistido por nenhum projeto de educação ambiental (tabela 19).

Tabela 19. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à participação do entrevistado em algum projeto de educação.

<b><i>“Já foi assistido por algum projeto de educação ambiental?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sim	6 / 11%
Não	21 / 37,5%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Quase 80% dos entrevistados considerou em sua autoavaliação que obteve sucesso no plantio das mudas (tabela 20). Os demais responderam negativamente citando a ocorrência de alguns fatores externos como acidente de trabalho e processo de partilha da propriedade entre familiares após a morte do titular:

P1: *“sim, apesar das formigas, do fogo, poderia ter cuidado se não fosse o acidente que o fez perder parte do dedo polegar”;*

P8: *“não, não que ele tenha sido negligente no plantio, mas houveram fatores pós plantio que atrapalharam como o fogo, a mão-de-obra, o processo de partilha em curso”;*

Há os que consideram ter tido sucesso porque a maioria das mudas sobreviveu e porque teve boa assistência técnica:

P14: “*sim, foi atendido rápido a EMATER-DF encaminhou o pedido, tive 90% de pêga*” (sobrevivência da muda no campo);

P19: “*sim, porque não perdi nenhuma muda em 4 anos*”;

Mesmo os que perderam mudas, acham justo considerar como um resultado de sucesso o esforço que foi empreendido no plantio:

P3: “*Sim, porque não perdi tudo, se tivesse perdido era fracasso*”;

P9: “*sim, apesar do fogo que entrou 2 anos, todas foram bem plantadas, este esforço não deve ser desconsiderado*”;

O tamanho das mudas e a época em que foram liberadas no viveiro ficou como um indicativo de que precisa ser repensado, pois implicou em perda de mudas após o plantio, e para os que desejaram aguardar as próximas chuvas o compromisso de cuidar delas por longo período:

P18: “*sim, porque se não fosse as mudas que vieram muito pequenas tinha pegado tudo*”;

P22: “*sim, apesar de terem vindo pequenas as mudas e eu tive que cuidar até a próxima chuva*”;

A época de liberação das mudas que coincidiu com o período de seca e a dificuldade de disponibilidade de água interferiram inclusive sobre a decisão de desistir do Programa, o entrevistado informou não ter tido condições de irrigar à época:

P23: “*desisti de pegar as mudas porque liberam na seca e eu não tinha condições de irrigar*”;

Boas descobertas foram anunciadas, o plantio foi capaz de trazer conforto ambiental para trabalhar na sombra:

P15: “*sim, as árvores estão bem desenvolvidas, crescendo cada vez mais, aí eu planto coisa no meio para ficar mais fresco para trabalhar*”.

Houve os que se orgulhavam do resultado concreto de sua participação, demonstrando alegria de ver as mudas crescidas e em pleno desenvolvimento ao longo do tempo:

P25: “*sim, porque estão lindas as mudas, olhe o tamanho delas e não tem nem 2 anos!*”.

Tabela 20. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à opinião do entrevistado se ele considera que obteve sucesso no plantio das mudas.

<i>“Você considera que teve sucesso no plantio das mudas?”</i>	<b>n° / %</b>
Sim	22 / 78%
Não	5 / 17%
Desistiu	1 / 5%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Como demonstra a tabela 21, as manifestações tinham na maioria das vezes, mais de uma causa chegando a abranger 11 motivações, dessas as principais dificuldades enfrentadas no plantio e desenvolvimento das mudas foram fogo com 26% oriundo tanto de propriedades vizinhas quanto das estradas próximas; mão-de-obra com 20%, formiga com 17% e acesso à água com 13%.

P5: *“o fogo que queimou uns 30 % das mudas, e tem gente na comunidade que gosta de ver o fogo queimar”*;

P15: *“fogo, que veio da estrada, o vizinho que colocou”*.

Além de tudo fomos surpreendidos pela reflexão de que ainda que sejam considerados todos os fatores de dificuldades acima relacionados, precisa existir a boa vontade do produtor:

P25: *“mão-de-obra, fogo e capivara - adubo e mão-de-obra são caros, mas precisa também ter a boa vontade do produtor”*.

Foram frequentes queixas sobre o tamanho e formação das mudas tanto nesta abordagem das dificuldades quanto na questão anterior que tratava de uma autoavaliação se obteve sucesso no plantio, como um fator extrínseco à propriedade e ao produtor, porém que é de extrema relevância para o “pegamento” dessas mudas em campo. Segundo os produtores elas precisam estar com as raízes bem formadas, e os primeiros pares de folhas desenvolvidos:

P27: *“formiga mas é normal. Mas algumas mudas vieram fracas, pequenas aí o torrão solta fácil porque não estão bem enraizadas!”*;

A localização da chácara em relação ao canal do Rodeador, também foi uma questão que já pode indicar escassez de água nas propriedades atendidas pelo canal de irrigação, pois a afirmação de que a água já não chega surge como uma realidade na região:

P26: *“mão de obra, fogo (a área queimou 4 vezes só este ano de 2015) e dificuldade com a água, porque sou a última a receber a água do canal do Rodeador”*.

Abordagens sobre os vizinhos também foram frequentes em várias manifestações, ou porque é ausente - porque trabalha fora da propriedade e não faz a sua parte quanto ao

aceiramento e controle dos animais, ou porque embora seja proibido, ainda usa fogo como técnica de manejo para limpeza de área para plantio, e solta seus animais na área do outro:

P1: *“mão-de-obra, formiga, fogo, animais do vizinho que entraram na terra”*;

P14: *“o vizinho que trabalha fora para manter a chácara e não faz os aceiros, e a formiga, mas eu controlei”*;

Sobre a identificação das mudas, sugestão é usar um material mais duradouro para que não se perca com o tempo,

P10: *“dificuldade de identificar as mudas depois de um tempo, porque some o papelzinho!”*.

Uma resposta merece destaque, pois refletiu o interesse do entrevistado de dispor de mais tempo para o cuidado com o plantio:

P3: *“o fogo que entra todo ano, o tempo para se dedicar e o dinheiro que foi curto para acompanhar o plantio com mais atenção”*.

Tabela 21. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às principais dificuldades enfrentadas com o manejo das mudas.

<b><i>“Quais foram as principais dificuldades com o manejo das mudas?”</i></b>	<b>n° / %</b>
1. Fogo	14 / 26%
2. Mão de obra	11 / 20%
3. Formiga	9 / 17%
4. Água	7 / 13%
5. Animais (pardal, capivara, boi)	3 / 6%
6. Identificação das mudas	2 / 4%
7. Capim alto	2 / 4%
8. Dinheiro	1 / 2%
9. Tamanho das mudas	1 / 2%
10. Ameaças por ocupar a área (assalto)	1 / 2%
11. Não teve dificuldades	2 / 4%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Além dos instrumentos de apoio à gestão ambiental da região como Planos de Manejo, Plano Diretor de Ordenamento Territorial, Zoneamento Ecológico Econômico, há as instâncias consultivas e deliberativas, como Comitê de Bacia Hidrográfica, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Mais da metade dos entrevistados afirmou desconhecer qualquer desses instrumentos e instâncias, mas demonstrou interesse em conhecer inclusive com profundidade sobre o que trata tais documentos (tabela 22):

P4: *“não, só ouvi falar mas se interessa em saber mais”*;

P6: “*não, só ouvi falar, não aprofunda*”.

Já os que disseram conhecer, tiveram acesso ou por meio das reuniões realizadas nas associações ou pelos escritórios da EMATER-DF, com destaque para a divulgação dos referidos documentos que foi no período eleitoral, segundo um entrevistado, como uma crítica no sentido de que quando o Governo precisa ele vai em busca do povo:

P14: “*Foi explicado alguma coisa na reunião da associação, na época da política só*”;

P18: “*sim, ouvi falar do Plano de Manejo da APA do Descoberto na EMATER-DF*”.

Verificou-se que os produtores estão numa área de alta sensibilidade ambiental (APA do Descoberto) e, no entanto, a maioria absoluta desconhece os instrumentos de gestão territorial, como o Plano de Manejo da APA do Descoberto elaborado no final do ano de 2014 (BRASIL, 2014), dos 28 entrevistados, apenas 4 disseram ter tomado conhecimento da publicação (tabela 22).

Tabela 22. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao conhecimento do entrevistado sobre os instrumentos de gestão ambiental disponíveis para a região.

<b>“Conhece algum instrumento para a gestão ambiental da região?”</b>	<b>n° / %</b>
Sim	6 / 21%
Não	16 / 57%
Ouviu falar	5 / 18%
Não respondeu	1 / 4%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Mais da metade dos entrevistados informou participar de alguma organização representativa da categoria de ocupante de imóvel rural (tabela 23), tais como a Associação dos Produtores e Proprietários do Núcleo Rural INCRA 7, associação sediada na Morada dos Pássaros, Associação de Desenvolvimento Sustentável de Brazlândia – ADESB, Associação dos Produtores da Cascalheira e Olaria, Associação de Preservação Ambiental dos produtores rurais, chacareiros e moradores da Reserva F – APREFAG e Associação dos Produtores do Assentamento Betinho, com maior expressividade a Associação dos Produtores e Protetores do Lago Descoberto – Pró-Descoberto com quase 18% dos 64% mencionados.

P2: “*Associação Pró-Descoberto fez o contato e levou as mudas*”;

P7: “*Pró-Descoberto, estou associado há mais ou menos 15 anos*”.

Além das associações de produtores, foram citadas filiações à Confederação Nacional da Agricultura – CNA e à Federação da Agricultura e Pecuária do DF – FAPE-DF.

P9: “*Sim, à Pró-Descoberto e à FAPE*”.

Tabela 23. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à condição de associado ou não-associado, à alguma organização afeta a condição de ocupante de imóvel rural.

<b>“<i>Está associado a alguma organização representativa da categoria de ocupante de imóvel rural?</i>”</b>	<b>n° / %</b>
Sim	18 / 64%
Não	10 / 36%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Foi possível identificar pelo menos 11 festas comunitárias com calendário anual de realização e reconhecimento pela comunidade de Brazlândia (tabela 24). Foram citadas a Festa do Morango, Feijoada Amiga da Igreja de Santa Terezinha, a festa da Igreja de Santa Terezinha, a Festa do Divino, a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rodeador, o Encontro da Mãe com o Filho no Santuário Menino Jesus, a festa na Capela da Chácara das Garças, a Festa Junina e a Festa da Padroeira da Igreja Ave Maria no Condomínio Vista Bela, a Festa Junina do Centro de Ensino Fundamental (CEF) do INCRA 7 e a tradicional Romaria do Grupo Caminhando na Fé que parte todos os anos de Brazlândia, rumo ao Santuário de Nossa Senhora d’Abadia de Muquém, localizada em zona rural no município goiano de Niquelândia, em um percurso é de 250 km, com duração de dez dias de caminhada.

Uma mesma pessoa mencionou mais de uma festa, portanto tivemos 33 respostas para esta questão, com maior destaque para a tradicional Festa do Morango com 27%, seguida da Festa de Santa Terezinha e do Divino, ambas com 9% das respostas.

Tabela 24. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne ao conhecimento do entrevistado sobre o calendário anual das festas comunitárias, como as festas típicas na sua região.

<b>“<i>Há algum calendário anual das festas comunitárias, como as festas típicas na sua região?</i>”</b>	<b>n° / %</b>
Sim	24 / 73%
Não	7 / 21%
Não respondeu	2 / 6%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

A questão 25 era fechada com cinco opções de respostas que incluíam: *sou informado quando o programa já está criado; sou convidado a aderir ao programa; sou consultado a respeito de detalhes do programa quando ele está sendo feito ou revisado; sou convidado a dar opiniões livremente sobre qualquer parte do programa quando está sendo feito ou revisado e sou convidado a colaborar na criação do programa.*

*Sou informado quando o programa já está criado* que correspondia à letra A concentrou 75% das respostas, demonstrando uma total falta de diálogo e consulta à sociedade que será contemplada com a ação governamental.

Tabela 25. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, de que maneira o entrevistado interpreta a relação do governo com ele, quando propõe um novo programa.

<b><i>“Como vê a relação do governo com você quando propõe algum novo programa?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sou informado quando o programa já está criado	21 / 75%
Não respondeu	7 / 25%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Não muito diferente do esperado, quase a totalidade dos entrevistados afirmou ser a primeira vez que eram convidados a dar opinião, com caráter de avaliação enquanto usuário de um programa proposto pelo governo (tabela 26). E as assertivas foram surpreendentes e cheias de expectativas quanto ao alcance de suas sugestões, no quanto elas serão consideradas nesta releitura do Programa:

P6: *“sim, geralmente é só entrevista, nunca foi levado em conta pelo governo”*;

P10: *“sim, acho que deveria ter mais visitas do governo na chácara”*;

P18: *“sim, e está certo, um tem que ouvir o outro: governo e sociedade”*;

E deixaram a dica:

P28: *“sim, deveria ser feito mais vezes”*.

O retorno dos técnicos à propriedade nos moldes da revisita aos plantios, mas com abertura para ouvir sugestões de aperfeiçoamento ao Programa, ou até à gestão política:

P11: *“sim, me senti bem e também mostra o que o governo está fazendo”*;

P17: *“sim, e está certo vir fiscalizar, é um trabalho lindo”*;

P26: *“sim, é bom dar uma contribuição, ser ouvido”*.

Há os que se sentiram prestigiados, foi percebida uma grande oportunidade nesta revisita, de estabelecer um compromisso maior entre técnicos do governo e produtores eleitos como parceiros, numa rede colaborativa de todos pelo cerrado:

P15: *“sim, é um incentivo bom”*;

P16: *“sim, a melhor coisa que aconteceu até agora”*;

P19: *“sim, foi um convite surpreendente”*;

P20: *“sim, porque se vocês não vêm a gente se sente até esquecido”*;

Tabela 26. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, se para o entrevistado esta se configura como a primeira oportunidade concedida para dar opinião com caráter de avaliação, à um programa proposto pelo governo.

<b><i>“É a primeira vez que é convidado a dar opiniões/avaliar um programa proposto pelo governo?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Sim	25 / 89%
Não	2 / 7%
Não respondeu	1 / 4%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Sobre o que deveria ser melhorado no Programa Reflorestar (tabela 27), houve mais de uma sugestão por produtor em algumas respostas:

P27: *“precisa ser melhor comunicado, qual a finalidade do Programa, podia ter o transporte das mudas ou então poder pegar fracionado para não precisar pagar frete, se puder”;*

As sugestões foram agrupadas em seis grupos, dentre esses três grupos obtiveram maior expressividade, aquelas que solicitaram *mais assistência, acompanhamento e monitoramento* correspondendo a 30% dos entrevistados:

P3: *“tem que ter uma visitação constante, ficar mais presente porque influencia para cuidar melhor, porque tem uma pressão saber que vocês vêm aqui, aí vocês podem me dar uma sugestão, recomendar um adubo”;*

P9: *“as vezes a gente se sente meio impotente, parece que está trabalhando sozinho”;*

P10: *“tem que haver uma melhor orientação ao produtor na hora do plantio, ele colocou o espaçamento na intuição, tem que haver maior monitoramento das áreas plantadas”;*

Seguidos de sugestões como entrega de mudas mais desenvolvidas, a identificação das mudas com material mais duradouro porque as etiquetas de papel se perdem rapidamente pela ação da chuva e do sol, possibilidade de aumento do espaçamento entre as mudas para facilitar a manutenção com máquinas (o espaçamento de 3 metros entre plantas por 3 metros entre linhas de plantio, pareceu pouco!), analisar a possibilidade do transporte das mudas e liberar as mudas na época das águas, antes disso é muito difícil conseguir plantar e:

P2: *“as mudas devem chegar maiores e o tutor deve ser obrigatório, pois ajuda a identificar as mudas dar os cuidados nelas”;*

P17: *“As mudas não vieram identificadas, destacar melhor se as mudas são para ambiente seco ou úmido, talvez usar uma cor diferente na etiqueta”;*

P23: *“entregar as mudas na época certa de chuva”;*

Por outro lado, sugeriram mais divulgação principalmente sobre a finalidade do Programa e abordar mais a educação em palestras, porém observar também o perfil do beneficiário:

P16: *“Ter mais acompanhamento, mais assistência, alguém para orientar melhor e transporte”*;

P19: *“precisa ver o perfil, não é só porque é ocupante que tem que receber, a pessoa tem que plantar e cuidar”*;

Uma parcela de 12% declarou que o Programa poderia permanecer como está, não tinha opinião formada ou não respondeu.

P11: *“não tem ainda uma opinião formada, pois foi atendido a 1ª vez esse ano”*;

Dentre os entrevistados, 9% acham importante buscar a articulação com outros órgãos do Governo, para a ordem urbana como a Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM. E ainda com organizações como o Serviço de Limpeza Urbana – SLU e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-DF sobre a utilização do Composto Orgânico de Lixo (COL) amplamente prescrito pelos técnicos para adubar as covas que receberão as mudas.

P8: *“articulação com outros órgãos, como é que o IBRAM aceita sete famílias de assentados que foram colocados em cima do morro, não produzem nada, vendem o lote rápido e só colocam fogo? ”*;

Há uma sensação de que, se é uma área de interesse do governo, ele deveria plantar ou dá mais incentivos:

P6: *“incentivos como mão-de-obra, os meninos da FUNAP ou exército”*;

P7: *“o governo que tinha que plantar, porque aí poderia exigir”*.

Tabela 27. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às recomendações do entrevistado, para que o Programa seja aperfeiçoado.

<b><i>“O que deve ser melhorado nesse programa?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Deixar como está, sem opinião formada ou não respondeu	4 / 12%
Mais assistência, acompanhamento e monitoramento	10 / 30%
Mudas maiores; identificação duradoura; aumentar espaçamento; transporte das mudas; época de liberação no viveiro	7 / 21%
Mais divulgação, trabalhar a educação, a finalidade do Programa; porém observar o perfil do beneficiário	7 / 21%
O governo deve plantar ou dar mais incentivo	2 / 7%
Articulação com outros órgãos (SLU, AGEFIS, IBRAM)	3 / 9%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Quando perguntados sobre como deveria ser um programa que envolvesse o pessoal da região para proteger os cursos de água (tabela 28), o percentual dos que não sabiam ou não responderam foi o mais expressivo com 39%. Esse valor é bem próximo dos que sugeriram a realização de reuniões na sede das associações, igrejas e escritórios da EMATER-DF com 35%.

Em dois momentos foi destacado que há influência dos associados mais antigos sobre os mais novos, incentivando-os a participar das ações e conseqüentemente, a população cuida com mais consciência da sua área:

P3: *“começar a divulgação pela Associação, visita com reunião. Tem uns 200 associados, se visitar 40 esses vão contando para os outros aí a notícia vai chegando e o povo cuida mais”*;

P4: *“via associação, trabalhar os mais antigos, mais experientes que são influência para os outros”*;

P12: *“através da igreja, da associação, das reuniões com a EMATER-DF”*;

Com 14% das respostas, foi apresentada a necessidade de aproximação do governo com a sociedade, lançando campanhas, apresentando os resultados:

P6: *“deveria ter uma estratégia conjunta do governo e da sociedade”*;

P7: *“campanha permanente de chamada e apresentação de resultados”*.

Promovendo exaustivamente reuniões de sensibilização, de motivação, com informações relevantes sobre a região, numa troca de experiência que colabore para o convencimento de que o Cerrado é mais valioso permanecendo com as árvores vivas, de pé:

P11: *“Participando ativamente, promovendo a reflexão, como deveria ser o Descoberto daqui 10, 20, 30 ou 50 anos? Observar o que as diferentes gerações falam sobre a água. É confortável o acolhimento através das mudas”*;

P17: *“Lançar uma ação tipo Pró-Córrego do Pulador, porque o córrego ao longo do tempo está se acabando, as pessoas levam animais lá para tomar banho, e onde animal toma banho, o homem não toma, né?!”*;

Com 4%, empataram as opiniões de *manter como está, as pessoas estão desmotivadas* e com uma preocupação constante de rotina para os habitantes do Descoberto, a grilagem ou parcelamento irregular do solo - um problema muito grave que assola a região que representa o maior manancial de abastecimento público do DF. Encarado como caso de polícia, foi sugerido o envolvimento inclusive da Polícia Federal nestes casos, como mais uma demanda por melhoria na articulação dentro do próprio governo em nível local e inclusive no nível federal.

P10: “envolver a Polícia Federal para que o grileiro saiba que vai ser preso se parcelar, evitar construções as margens da rodovia DF 435”;

P24: “as pessoas são desmotivadas”.

Tabela 28. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às recomendações do entrevistado de como na opinião dele, deveria ser um programa que envolvesse o pessoal da região, em ações para proteger os cursos d’água.

<b>“Como deveria ser um programa que envolvesse o pessoal da região para proteger os cursos de água?”</b>	<b>n° / %</b>
Manter como está	1 / 4%
Reuniões nas associações, igrejas, EMATER-DF	10 / 35%
Aproximar a sociedade de governo, lançar campanhas, apresentar os resultados	4 / 14%
Não soube responder ou não respondeu	11 / 39%
Envolver a polícia federal em situações de grilagem	1 / 4%
Pessoas desmotivadas	1 / 4%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Infelizmente, a metade dos entrevistados não soube responder ou não respondeu quando solicitados a dar sugestões ao governo para ajudar o produtor a proteger os cursos de água (tabela 29). Do total, 25% considerou que o governo ajuda o produtor quando comunica informações sobre a importância da região buscando sensibilizar os ocupantes,

P10: “campanhas de conscientização, das belezas do cerrado, valorização da matéria prima, possibilidade de ganhar dinheiro com o cerrado em pé”;

P4: “trabalhar os mais antigos, mais experientes que são influencia para os outros”;

Com um percentual bem próximo dos que consideram compartilhar informações, realização de palestras uma maneira de ajudar o produtor na proteção dos cursos d’água, estão os que acreditam que incentivos financeiros no formato de pagamento por serviços ambientais (PSA) são a melhor opção, com 21% das respostas.

P28: “tem que ter um trabalho de educação, PSA e monitoramento”.

A realização de reuniões com palestras nas escolas, igrejas, e mobilizações via associações continua sendo uma das principais demandas dos entrevistados, correspondendo a 25% das respostas.

Tabela 29. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne às recomendações do entrevistado de como o governo pode ajudar o produtor a proteger os cursos d'água.

<b><i>“Como o governo pode fazer para ajudar o produtor a proteger os cursos de água?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Informações, reuniões, palestras, divulgação	7 / 25%
Incentivos financeiros (PSA); materiais; mão-de-obra	6 / 21%
Não soube responder ou não respondeu	14 / 50%
Apoio com mudas e visitas, monitoramento	1 / 4%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

Houve claramente um intimidamento ou desacreditação no que efetivamente o governo pode fazer para promover a preservação dos cursos d'água na região (tabela 30), pois 68% dos entrevistados manifestaram não saber ou não responderam à proposta de que se fossem o governo, o que fariam para promover a preservação dos cursos d'água na região.

Com 21% da participação, mantém-se a realização de reuniões como uma boa estratégia, e com 11% incentivos financeiros como isenções na conta de energia ou de água e através de materiais, como mudas, arame, estacas, e se possível mão-de-obra, e capacitações:

P1: *“reuniões nas escolas, ajuda o produtor a ter uma visão maior da situação”*;

P2: *“envolveria as pessoas, com grande mobilização, daria incentivos como o PSA e o melhor dia para as reuniões é aos sábados pela manhã”*;

P5: *“remuneraria o produtor, porque aí ele poderia comprovar como o recurso foi gasto, investido no interesse do governo”*.

Diálogo com a população é o eixo de trabalho, um dos entrevistados se propôs a contratar um carro de som, instrumento de comunicação bastante utilizado no espaço rural:

P17: *“chamando a população, eu posso pagar 2h de carro de som”*.

Tabela 30. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que seriam as decisões do entrevistado se fosse o governo, para promover a preservação dos cursos d'água na região.

<b><i>“Se você fosse o governo, o que faria para promover a preservação dos cursos d'água aqui na sua região?”</i></b>	<b>n° / %</b>
Reuniões com palestras e mobilizações, via associações	6 / 21%
Incentivos financeiros e capacitações	3 / 11%
Não respondeu ou não soube	19 / 68%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

No que concerne à aplicação de penalidades para aqueles que no ato da revisita for constatado que as mudas não foram plantadas ou que sucumbiram, seja pela ocorrência do fogo, ou descuidos de outra natureza (tabela 31), estiveram bem próximos os percentuais dos

que acreditam que a aplicação da multa afasta e marginaliza o produtor com 32% das respostas:

P4: *“penalidade afasta, é melhor trabalhar maior responsabilização, deixar as pessoas mais engajadas, mais conscientes dos problemas da região”*;

Daqueles que acham justo o ressarcimento do recurso público perdido, por meio do pagamento do custo de produção das mudas, inclusive com inscrição na dívida ativa do DF em caso de não quitação:

P21: *“é muita covardia pegar as mudas e não plantar, (...) precisa divulgar os bons exemplos e se for comprovado o descaso, exigir o ressarcimento, inclusive com inscrição na dívida ativa do GDF”*;

P22: *“tem que devolver as mudas, e ainda cobrar nem que seja um valor simbólico pelo custo de produção que houve”*;

Uma penalidade mais grave do que a multa, seria o desligamento do Programa:

P16: *“tem que dar uma advertência, com um tempo para a pessoal se adequar e se não fizer a parte dela, tira do programa”*;

Tabela 31. Qualificação dos atendimentos realizados no âmbito da pesquisa, no que concerne à opinião do entrevistado quanto à aplicação de penalidades no caso de perda das mudas e sugestões de outras formas de encorajamento à adesão ao Programa.

<b>“O que acham de penalidades? Quais outras formas de encorajamento à adesão ao Programa deveriam ser usadas? ”</b>	<b>n° / %</b>
Aplicação de multa afasta, marginaliza	9 / 32%
É justo o ressarcimento (custo de produção)	8 / 29%
Deve haver uma gradação (advertência, prazo, 2ª chance)	6 / 21%
Não respondeu	3 / 11%
Não tinha opinião formada	1 / 3,5%
O Estado deve oferecer condições para o cumprimento do objetivo	1 / 3,5%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao roteiro de entrevista aplicado.

### 5.1.5 Quanto ao grau de sensibilização atribuído aos produtores

Aproveitando a aptidão para se comunicar pedagogicamente da técnica agrícola integrante da equipe da Gerência de Adequação Ambiental, cuja graduação em pedagogia está em curso pela Universidade de Brasília e buscando incorporar outros parâmetros qualitativos sobre os atendimentos realizados, chegou-se ao Quadro 1, apresentado logo abaixo, onde são atribuídos aos produtor ou produtora atendidos, um grau de sensibilização a partir do diálogo no momento da revisita, sua visão sobre meio ambiente, recursos hídricos,

biodiversidade, quando as mudas já foram entregues e sobre o que se vê em termos de tratos culturais dispensados às mudas.

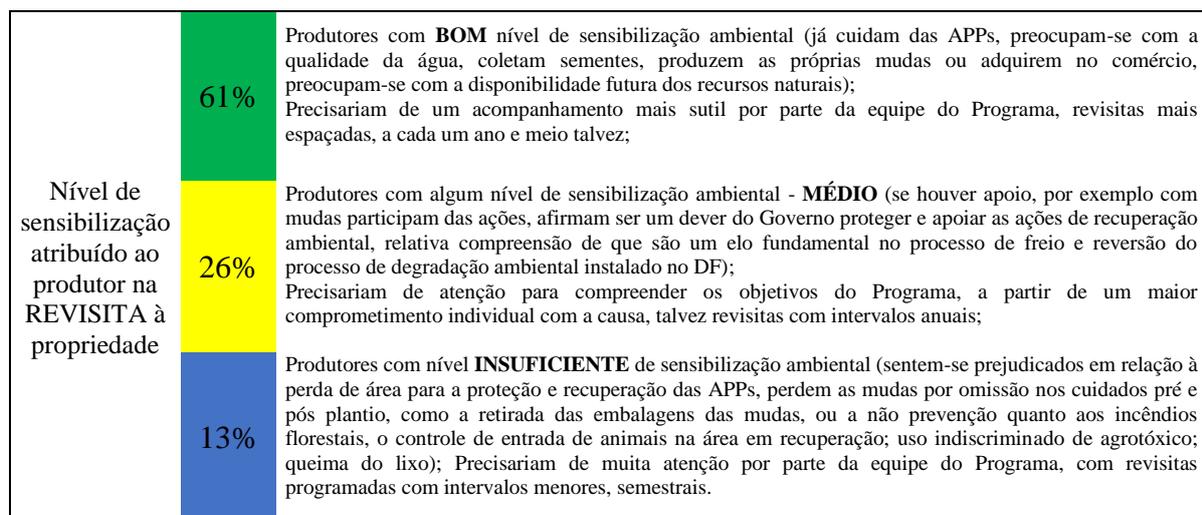


Figura 2. Nível de sensibilização quanto às questões ambientais atribuído aos 28 produtores atendidos pela pesquisa. Fonte: Elaboração própria baseada na observação e no diálogo dos técnicos com os produtores no momento da revisita à propriedade atendida pela Programa.

A partir da interpretação das duas servidoras técnicas da SEAGRI-DF que estiveram realizando as 28 visitas às propriedades rurais no âmbito desta pesquisa, foram obtidas 56 impressões sobre os produtores pesquisados:

	PRODUTORES																											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
T1																												
T2																												
Resultado																												

Quadro 2. Impressões de duas técnicas quanto ao grau de sensibilização atribuído aos 28 produtores atendidos pela pesquisa. Fonte: Elaboração própria a partir das menções atribuídas a cada um produtor por cada técnica.

Para T1, não foi atribuído grau de sensibilização a P7 por não ter sido realizada a entrevista no local onde as mudas foram plantadas, mas no estabelecimento comercial de P7, assim o grau seria inferido somente a partir da fala do produtor e não dos tratos culturais dispensados às mudas, constatados no local. Para T1 também não deveria ser atribuído grau de sensibilização a P23, devido à desistência pelas mudas em razão da oferta ter se dado fora do período das chuvas.

Verificou-se que, dos 28 atendimentos, em 17 as opiniões das duas técnicas coincidiram. Nos demais casos, apenas em P24 houve a maior disparidade enquanto uma

atribuiu o *nível bom* a outra atribuiu o *nível insatisfatório*, nesse caso a motivação não foi a mesma pois enquanto uma avaliou apenas a situação das mudas no local, a outra avaliou os pontos de vista da entrevistada e considerou ainda, o contexto negativo de assalto à propriedade e ameaças aos seus ocupantes que implicou em pouco tempo dedicado às mudas, ensejando inclusive a perda de grande parte delas. Nos casos em que não coincidiram os graus a partir das leituras de T1 e T2, optou-se no prevailecimento de T1 pela oportunidade de ter realizado mais de um contato com os produtores, do que T2. Esse fato também favoreceu uma posição mais conservadora optando pela categoria de menor sensibilização nesses casos.

Das 54 interpretações, em razão de T1 e T2 realizarem as inferências sobre os 28 produtores entrevistados, excetuando P7 e P23 que não foram avaliados por T1 pelas razões acima mencionadas, obteve-se que 61% (n=33) se enquadrou como bom nível de sensibilização; 26% (n=14) com nível médio e 13% (n=7) com nível insuficiente (Gráfico 2).

## 5.2 ESCOPO ORIGINAL E RESULTADOS QUANTITATIVOS ALCANÇADOS NO PERÍODO DE 2008 A 2015

A proposta original do Programa era apoiar a adequação ambiental dos lotes sob tutela da SEAPA através da demarcação e recuperação das áreas de preservação permanente e reserva legal, da conservação de solo, prevenção de incêndios florestais e, em especial, recuperação e proteção de nascentes. No período de dois anos, o produtor deveria ser revisitado para averiguar o êxito do plantio e registrar as principais dificuldades visando a superação na próxima etapa ou para novas adesões.

Na prática, o atendimento não está limitado aos lotes rurais sob tutela da Secretaria de Agricultura do DF, abrangendo inclusive projetos de assentamentos da reforma agrária do INCRA, propriedades particulares escrituradas, entre outras. Não há a demarcação em projeto ou no local, das poligonais representativas das áreas de preservação permanente e de reserva legal. No momento da vistoria à propriedade é definida juntamente com o produtor a área a ser revegetada (trazer novamente a vegetação, plantar mudas), no entanto, resta no Formulário de Visita Técnica apenas a estimativa de mudas correspondente à área, mas não a sua localização exata, o que dificulta o acompanhamento da evolução do plantio. Nesta pesquisa, na maioria dos casos em que a revisita ocorreu, muito trabalho já havia se perdido, por descaso, por descuido e até mesmo por dificuldades de controlar o fogo que vem das estradas ou propriedades vizinhas, de animais, ataque de formigas a plantio recentes, entre outros eventos.

Sobre a conservação de solo, nos dois primeiros anos do Programa foi ensaiada uma parceria dentro da própria Secretaria de Agricultura com a Diretoria de Mecanização Agrícola, que não deu muito certo tendo em vista que o mesmo equipamento era disputado tanto para o preparo de solo para plantio de espécies agrícolas quanto para o plantio das árvores nativas, estas últimas preteridas até hoje.

Sobre o tema prevenção de incêndios florestais, principal dificuldade dos produtores na manutenção das mudas vivas e maior fator de perda dos plantios estabelecidos, é tratado apenas na forma de aconselhamento, por ser uma medida de manejo proibida no DF por meio da Lei nº 4.329, de 08 de junho de 2009, que dispõe sobre a proibição da queima de restos vegetais e lixo no território do Distrito Federal.

No que concerne à recuperação e proteção de nascentes, essas não são áreas priorizadas nos atendimentos e, quando são incluídas, não são cercadas, nem sinalizadas como uma maneira de comunicar àquela comunidade a sua importância para a região. Os recursos são escassos e o apoio restringe-se à visita técnica para adesão ao Programa e disponibilização das mudas.

No projeto inicial do Programa Reflorestar foram pensados os seguintes indicadores:

- Revegetação de 50 hectares/ano plantados;
- Produção de 60 mil mudas/ano de espécies nativas do bioma Cerrado na Granja

Modelo do Ipê;

- Atendimento a 200 lotes rurais;
- Realização de 20 cursos/treinamentos;
- Realização de 20 momentos educativos.

Em si, os referidos indicadores não são suficientes para expressar o sucesso do Programa, mas o que esta pesquisa se propõe é demonstrar o potencial e as limitações de 2008 a 2015, e propor aspectos de reestruturação à luz da educação ambiental crítica para que o governo seja o motor propulsor de espaços de diálogo e decisão sobre as áreas que devem ter prioridade no atendimento, no monitoramento de resultados para reorientar as ações que não estejam focadas nos resultados esperados, que haja a apropriação dos agentes sociais locais para assumir como protagonistas os desdobramentos dos plantios, tais como o monitoramento, os estudos de viabilidade para Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, a repercussão em termos de trabalho em equipe da comunidade, melhoria da qualidade de vida local e qualidade ambiental regional.

### **5.2.1 Critérios de enquadramento**

Embora na elaboração dos critérios tenha havido uma preocupação de resguardar a existência da atividade de agricultura na propriedade, ainda que de subsistência, para que a ocupação da área rural não configurasse meramente especulação imobiliária com vistas ao parcelamento futuro de solo, verificou-se que há atendimentos. O atendimento na propriedade objetiva além de averiguar os critérios para disponibilização das mudas, sensibilizar o produtor como um parceiro, que se compromete com os cuidados necessários às mudas pelo período mínimo de dois anos, para alcançar com sucesso o estabelecimento das mudas em local definitivo. Não há limites de mudas por produtor, no entanto a cada ano a quantidade de mudas produzidas no viveiro pode variar em razão de dificuldades como falta de pessoal para coletar as sementes e produzir as mudas, de recursos financeiros para aquisição de insumos como adubos orgânicos e minerais, saco de polietileno, plástico para cobrir as estufas, manutenção do sistema de irrigação e dos equipamentos de preparo do substrato, realização de viagens para coleta de sementes, entre outros.

### **5.2.2 Sobre os resultados quantitativos alcançados no período de 2008 a 2015**

Pode se verificar no gráfico 1 que desde o ano de 2008, primeiro ano de atendimento aos produtores rurais com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado, houve progressivamente aumento do número de atendimentos realizados em relação ao ano anterior. No entanto em 2013, teve início uma queda no número de atendimentos realizados porque a equipe foi reduzida pela metade, com a aposentadoria de um engenheiro agrônomo e de uma engenheira florestal e pela mudança de lotação de outros dois técnicos, do então Núcleo de Reabilitação Ambiental para a Assessoria do Gabinete, uma bióloga e o engenheiro mecânico.

Embora com a demanda crescente de interessados, a redução da equipe prejudicou decisivamente a capacidade de conciliar as agendas de reuniões, participação em grupo de trabalho e comissões, com o trabalho de campo, atendendo aos produtores. O déficit de pessoal técnico perdura até os dias atuais, apesar da chegada de mais uma técnica agrícola à unidade em 2014, refletindo um descompasso entre o potencial de desenvolvimento do Programa pela demanda real do produtores e programas afins e a capacidade de dar vazão aos pedidos de mudas dentro dos parâmetros estabelecidos para o enquadramento no Programa Reflorestar.

O ano de 2015 especificamente, foi um ano atípico, de muitas interrupções às atividades desenvolvidas na SEAGRI-DF, primeiro pelo anúncio do não pagamento do

reajuste salarial acordado na gestão passada à 32 categorias de servidores do GDF a partir de setembro, que culminou em 29 dias de greve; depois pela proposta de fusão da Secretaria de Agricultura com outras quatro Secretarias de Estado, segundo o Governo para enxugamento das despesas com folha de pagamento e em seguida, o anúncio de redução em 20% dos cargos comissionados de todo o Executivo do GDF. Todos estes acontecimentos prejudicaram a rotina, não era possível por exemplo, solicitar material de escritório no almoxarifado, reservar veículos para saída de campo; falta d'água e energia, as unidades estavam esvaziadas pela adesão à greve, entre outras dificuldades.

A adesão dos produtores rurais ao Programa Reflorestar é voluntária e o objetivo é alcançar a adimplência ambiental dos lotes rurais a partir da revegetação de áreas de preservação permanente e reserva legal, conforme recomendação de vistoria técnica, que precede a liberação das mudas.

De 2008 a 2015, em todo o Distrito Federal foram realizados aproximadamente 1200 atendimentos com mudas, à produtores rurais.

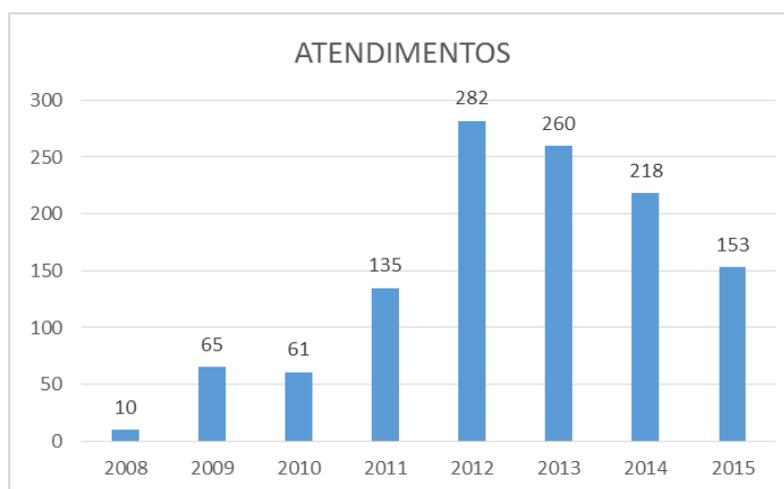


Gráfico 1. Correlaciona o número de atendimentos realizados através do Programa Reflorestar no período de 2008 e 2015. Fonte: Relatórios internos de atividade NRA/SEAGRI-DF-DF, 2008 a 2015.

Concomitantemente, o número de mudas disponibilizadas a partir do ano de 2008, também refletiu um aumento expressivo em relação aos anos anteriores, indicando que há um incremento anual na atuação do Programa Reflorestar ao longo do tempo, como pode ser verificado no gráfico 2. Alcançando um total de aproximadamente, 434 mil mudas disponibilizadas, para todo o DF, de 2008 a 2015 no âmbito do Programa Reflorestar.



Gráfico 2. Número de mudas disponibilizadas no período de 2008 a 2015 através do Programa Reflorestar. Fonte: Relatórios internos de atividade NRA/SEAGRI-DF-DF, 2008 a 2015.

Há uma relação direta entre os atendimentos realizados e a disponibilização de mudas, logo, as mesmas razões que influenciaram a queda dos índices principalmente em 2013 e 2015 afetaram também, a disponibilização de mudas como pode ser observado no Gráfico 2.

Embora o estoque de mudas no viveiro da Granja do Ipê tenha se mantido alto, unidade em que a adesão à greve foi baixa e as atividades foram mantidas.

O Programa é considerado tanto pelas comunidades rurais como urbanas do DF como relevante a partir da sua capacidade de sensibilizar essas comunidades para a importância da vegetação nativa na recuperação ambiental e para a qualidade de vida no campo e na cidade, para as presentes e futuras gerações em herdar um planeta sadio.

Elementos como a existência de passivo ambiental em razão da conversão de áreas de Cerrado em novas áreas de produção agropecuária; extensas áreas de pastagens degradadas, parcelamento irregular do solo com finalidades urbanas e rurais, fazem do Programa Reflorestar um aliado que além de colaborar para o cumprimento da legislação ambiental, cuja adimplência poderá viabilizar futuramente, ainda vislumbra a orientação de seus beneficiários, na sua reestruturação, para participarem de programas de pagamento por serviços ambientais a exemplo do Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas, que possui uma unidade piloto na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, em Planaltina, Distrito Federal.

### 5.2.3 Proposta original *versus* como o Programa se desenvolveu na prática.

Os objetivos específicos do Programa Reflorestar nos diversos documentos de referência, desde a sua fase de projeto até o modelo atual de operacionalização, foram sendo modificados ao longo de sua trajetória conforme descrito no Quadro 2.

<b>OBJETIVOS DO PROGRAMA POR FASES</b>		
<b>Fase de projeto (No 1º ano)</b>	<b>Relatórios de atividades (Aos 3-4 anos)</b>	<b>Fase atual (Aos 8-9 anos)</b>
<p>Nas propriedades sob tutela da SEAPA, apoio com fornecimento de mudas do Cerrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• revegetação de APP e RL;</li> <li>• ações para a promoção da conservação do solo e;</li> <li>• ações de educação ambiental;</li> <li>• recuperação e proteção de nascentes.</li> </ul>	<p>Em qualquer propriedade rural localizada no DF, apoio com fornecimento de mudas do Cerrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• demarcação de RL;</li> <li>• recuperação de APP;</li> <li>• conservação de solo;</li> <li>• licenciamento das atividades agropecuárias;</li> <li>• emissão de outorga e;</li> <li>• prevenção de incêndios florestais.</li> </ul>	<p>Em qualquer propriedade rural localizada no DF, apoio com fornecimento de mudas do Cerrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• revegetação de APP;</li> <li>• revegetação de RL;</li> <li>• ações de educação ambiental;</li> </ul>

Quadro 3. Comparativo dos objetivos específicos do Programa Reflorestar ao longo de sua trajetória (fases do Programa). Fonte: Elaboração própria a partir de consulta aos documentos de referência.

Ao que parece, as ações foram se ajustando com o passar do tempo, até para não haver conflito de competências porque a demarcação de reserva legal, por exemplo, diz respeito ao IBRAM. Atualmente com ações restritas à revegetação das áreas de preservação permanente e reserva legal, e ações de educação ambiental, admite-se neste estágio como mais adequado, o objetivo do Programa que contemple além do apoio à adequação ambiental incluídas a recuperação e proteção dos recursos hídricos por meio da revegetação das áreas de preservação permanente e reserva legal, ações para a promoção da conservação do solo e ações de educação ambiental, que abordam temas como licenciamento das atividades agropecuárias, emissão de outorga e prevenção de incêndios florestais, cuja a reestruturação do Programa Reflorestar à luz da educação ambiental crítica, possibilitará uma atuação alinhada à Política Ambiental do DF quando passar a propor o *acompanhamento crítico da Política Ambiental do DF através da participação comunitária, da descentralização de ações*.

Embora não tenha sido proposto como um programa de educação ambiental, o Reflorestar possui nos seus objetivos a promoção de ações de educação ambiental, em atendimento inclusive ao que preconiza o rol de competências da SEAGRI-DF.

O Programa Reflorestar pratica a educação ambiental não-formal entendida como as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da comunidade, organização,

mobilização e participação da coletividade na defesa da qualidade do meio ambiente. Neste redesenho a partir de sua reestruturação vislumbra a realização de reuniões temáticas com as comunidades por exemplo palestras em escolas rurais em datas relacionadas às comemorações de meio ambiente, solucionando dúvidas sobre o CAR, sobre o Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo – PMCAS, lançado em dezembro de 2015 no NR Olaria em Brazlândia, com a presença do Governador.

Sobre a indicação para que o Poder Executivo local viabilizasse a publicação de um instrumento legal determinando aos produtores rurais a adequação das propriedades à legislação ambiental e fomentasse a parceria entre os produtores rurais e o Ministério Público do DF e Territórios através da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, o Programa ainda não foi capaz de articular este desdobramento, que definitivamente aumentaria a institucionalidade do Programa como pólo arregimentador da mudança comportamental sobre a interação com o meio ambiente, especialmente em áreas rurais e o cumprimento da legislação ambiental vigente que historicamente é remediada.

Tendo sido institucionalizado através da Lei 4.734, de 29 de dezembro de 2011, a proposta do Programa Reflorestar é de que as ações tenham caráter permanente, refletindo o compromisso da Secretaria de Agricultura também com a Política Ambiental do DF.

### 5.3 ASPECTOS DA REESTRUTURAÇÃO

#### 5.3.1 Constituição de Grupo de Trabalho

Foi instituído e publicado no Diário Oficial do DF por meio da Portaria n°66 de 09 de setembro de 2015, o Grupo de Trabalho com a finalidade de reformular o Programa Reflorestar e elaborar minuta do Decreto Regulamentador da Lei 4.734, de 29 de dezembro de 2011, que institui o Programa. A primeira reunião ocorreu em 25 de setembro de 2015 no gabinete do Subsecretário de Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Foi sugerida a participação de representantes de produtores para a composição do Grupo, no entanto foi sugerido que esta participação ocorresse em momento futuro, já com algumas diretrizes mais amadurecidas pela equipe. Ficou acordado que haveria no decreto de regulamentação da Lei, a previsão de novas oportunidades de atualização e consulta à sociedade.

O Grupo de Trabalho é composto por oito membros, sendo sete da SEAGRI-DF contemplados servidores da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (Diretoria de Fomento e Desenvolvimento Rural Sustentável – DDR (1), Gerência de Adequação Ambiental – GAA

(3), Núcleo de Produção Vegetal – NPV (1), Gerência de Programas de Desenvolvimento Rural – GPF (1), da Subsecretaria de Regularização Fundiária com a participação da Gerência de Fiscalização Fundiária – GFF (1), e uma representante da EMATER-DF. A ocorrência de alguns eventos prejudicou o segundo semestre deste ano de 2015, como a possibilidade de fusão da Secretaria de Agricultura com outras Secretarias de Estado numa estratégia frustrada de enxugar o Poder Executivo local. Logo em seguida, houve 29 dias de greve em razão do não pagamento da última parcela de reajuste negociado com a categoria em 2013, ainda no governo Agnelo Queiroz, e por último, a recomendação de corte de 20% dos cargos comissionados. Esses episódios dificultaram o prosseguimento das reuniões do Grupo de Trabalho mencionado acima.

Para a republicação do Grupo de Trabalho prevista ainda no primeiro semestre de 2016, há a intenção de oportunizar a participação de pelo menos dois representantes da sociedade civil, afetos à área rural do Distrito Federal.

### **5.3.2 Elaboração dos novos critérios de enquadramento e priorização**

Buscando a otimização dos recursos e a abertura à participação social na eleição de áreas prioritárias de atendimentos, do ponto de vista do equilíbrio entre a produção de alimentos e a recuperação ambiental, adotando a posição dos autores Castillo & Gaudiano (2010, p.23) “*estará fadada ao insucesso as propostas (de manejo dos ecossistemas) que não considerarem as visões, os interesses, as necessidades, as expectativas e valores culturais daqueles atores cuja sobrevivência cotidiana depende do uso de recursos naturais*”, sugere-se que os critérios de priorização das áreas selecionadas, de caráter eliminatório e classificatório, sigam os seguintes parâmetros:

#### **As proposições de alteração político-institucional de caráter eliminatório são:**

- A propriedade deve estar localizada no DF, contida na Macrozona Rural segundo o PDOT, com no mínimo dois hectares, considerando o Estatuto da Terra que estabelece que o Módulo Rural possui carga variável e subjetiva, relacionando-se com a dimensão necessária à sobrevivência de uma família no campo em dada situação econômica estrutural e conjuntural. No Distrito Federal, o módulo rural mínimo definido pelo INCRA é de 2 ha por exemplo, para a exploração hortifrutigranjeira, configurando-se como a menor extensão para finalidade rural permitida.
- Considerando as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, priorizar aquelas propriedades que estejam circunvizinhas às Unidades de Conservação, às Áreas de

Proteção de Manancial, em localização estratégica para contribuir na formação de conectores ambientais. O zoneamento é uma ferramenta para disciplinar o uso e ocupação do solo, e desde o seu primeiro documento aprovado por meio do Decreto Federal nº 163/1962, sua divisão territorial já contemplava especificamente a área rural, que deveria *cumprir a utilidade pública e conveniência ao interesse social, produzindo alimentos à população da futura metrópole* (ALBUQUERQUE, 1955, p.14).

- Compatibilização espacial com as Unidades Hidrográficas com maior potencial de recarga ou risco à contaminação conforme mapas disponibilizados pela ADASA.

**As proposições de alteração político-institucional de caráter classificatório são:**

- A comunidade organizada em associação ou outro modelo é uma característica com duplo benefício, pois poderá aproximar os atores sociais de uma região selecionada e viabilizará para o governo um canal legítimo de comunicação com aquela comunidade.
- Grupos de interessados que detenham relação de vizinhança, por manifestação expressa à SEAGRI-DF para atendimento em bloco, ou em área de interesse do DF, poderão ter prioridade pois facilita a operacionalização de projetos na região.
- Preferencialmente, a propriedade deverá estar inscrita no processo de regularização fundiária na SEAGRI-DF, para atuação interna articulada dos instrumentos de gestão, visando o cumprimento do Plano de Utilização da Unidade Produtiva no que concerne às áreas de APP e RL.

**As proposições de alteração técnico-operacionais são:**

- Não é suficiente observar o que preconiza o ZEE e os demais instrumentos citados para decidir as áreas com prioridade de intervenção, é preciso haver o casamento da informação técnica com a demanda social. Assim, após a verificação do atendimento aos critérios elencados acima, anterior a qualquer intervenção na área, deve-se realizar reunião aberta a todos os habitantes da comunidade rural selecionada, interessados na adequação ambiental das suas propriedades, preferencialmente na sede de alguma associação, da igreja ou da escola, para facilitar o deslocamento e aumentar o interesse na participação. A reunião deverá ocorrer aos sábados, se possível na parte

da tarde, ou outro dia e horário sugerido pela comunidade para que não seja prejudicada a comercialização dos produtos.

- Expostos os motivos pelos técnicos daquela área ser de interesse para atuação do governo, é hora de ouvir a comunidade, quais os principais problemas relacionados à questão ambiental, os gargalos e aproveitar para identificar lideranças locais e potenciais parceiros, como empresários, representantes das Administrações Regionais, dos Conselhos Comunitários, de educação, saúde, agricultura, entre outros afins.
- Além de ouvir os problemas é importante que os interessados construam as soluções conjuntamente, por exemplo, lançando a pergunta: como aquele que conhece a região entende que seria mais eficiente a intervenção para a proteção de nascentes e margens de córregos e rios?
- Fechar a reunião com uma palestra inquietante, que estimule uma reflexão individual ou coletiva. Deixar marcada nova data de mobilização para apresentar os procedimentos da parceria do governo com a comunidade, obter a ratificação dos interessados para avançar, estabelecendo um cronograma de atividades e iniciar os trabalhos de forma programada. Prever a comunicação sistemática dos resultados alcançados e dos casos de sucesso, para desenvolver uma ligação direta de comunicação, para gerar vínculos de expectativas, colaborações e realizações.

## **6 DISCUSSÃO**

O presente estudo foi motivado pela constatação de que embora haja nas organizações governamentais a competência legal para planejar, orientar e dirigir a implementação de programas de educação ambiental, ela ainda não é assumida como o instrumental adequado e indispensável para aumentar os indicadores de sucesso de programas ambientais, fato que foi confirmado ao analisar o caso do Programa Reflorestar, executado pela Secretaria de Agricultura.

Quanto aos objetivos específicos deste estudo que compreendem o potencial e as limitações do Programa, o seu impacto enquanto política pública socioambiental para o DF e os aspectos de reestruturação do Programa Reflorestar sob as premissas da educação ambiental crítica, identificamos os pontos a seguir.

Sobre o potencial e as limitações do Programa Reflorestar para contribuir com a redução do passivo ambiental<sup>6</sup>, especialmente a promoção de sensibilização e mudanças de comportamentos e atitudes quanto às questões ambientais, marcadamente no contexto de reabilitação ambiental da área rural do Distrito Federal, pode-se afirmar que as perspectivas da equipe que compõe a unidade gestora do Programa, são preocupantes. Com o corpo técnico reduzido, dificuldades operacionais de várias ordens como, reserva de veículo, respaldo institucional para criação e impressão de material de apoio às ações de educação ambiental, contingenciamento de orçamentos, o cenário apresenta-se desfavorável para reformulação de indicadores, superação de metas, atuação inovadora. Não se faz educação ambiental sem pessoas, é latente a necessidade de recomposição da equipe e o oferecimento de condições para atuação no território. Ao tempo em que a SEAGRI ficou quase duas décadas sem realizar concurso público para restabelecer seu quadro de pessoal e, em 2009 parte desta carência foi sanada, restando a proporção de um servidor aposentado para cada quatro servidores na ativa, para o ano de 2016, tal proporção é alarmante: para cada servidor aposentado, haverá apenas um servido na ativa. Logo, solucionar este déficit é uma questão central para que a efetividade do trabalho seja alcançada.

Para a atuação em áreas prioritárias, há disponibilidade de dados tanto do Cadastro Ambiental Rural quanto do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (cujo documento final está próximo de ser publicado segundo a Coordenação Política do ZEE). Com a criação do Grupo de Trabalho, foi possível identificar várias possibilidades para divulgação, implementação das ações e monitoramento de resultados tanto com a Subsecretaria de Regularização Fundiária, quanto com a EMATER e com o IBRAM, que não está oficialmente no grupo. Esses são parceiros que detém informações essenciais e aparato de apoio ao trabalho de campo como veículos, equipamento GPS, equipe capacitada em geoprocessamento para atualização e publicização das informações com regularidade nos sítios institucionais.

No entanto, ao nível de gabinete novas mudanças na estrutura organizacional sugerem um enfraquecimento destas perspectivas, a recomposição da equipe é equiparada ao déficit de pessoal de outros setores na mesma medida. Há dificuldades com a definição do que é prioridade para o Governo, para a SEAGRI-DF, para os servidores e para os produtores. Por falta de servidores afetos ao tema em outros setores para cumprir a agenda ambiental da

---

<sup>6</sup> Adotou-se neste estudo que passivo ambiental, afastadas as dimensões jurídica e econômica, seria o cômputo dos danos causados ao meio ambiente, especialmente quanto à inexistência de cobertura vegetal nativa nas áreas de preservação permanente e reserva legal, nas propriedades rurais. Devendo-se, portanto, adotar medidas para amenizar tais prejuízos.

SEAGRI-DF, as demandas são frequentemente encaminhadas para a GAA, estando indiferente os gestores das dificuldades já mencionadas. Ou seja, nesta gestão (2015 – 2018) a temática ambiental não será fortalecida como esperado, limitando o potencial de ação do Programa Reflorestar. Portanto, o ganho de escala, o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios dependem da sociedade organizada empoderada de informações, usufruindo dos espaços de diálogo e reivindicações, asseguradas a representação de suas lideranças locais, para exigir o cumprimento da Lei 4.734 de 29/12/2011.

Ainda sobre as limitações, é preciso que as instituições valorizem as parcerias que são fundamentais e estratégicas para a implementação de ações como esta, cujos resultados serão percebidos a médio e longo prazos, por meio da viabilização de Acordos de Cooperação Técnica com diversas instituições que já são parceiras em algumas iniciativas, como no Programa Produtor de Água do Pipiripau por exemplo, para o cumprimento da legislação ambiental vigente que historicamente é apenas remediada. É bom lembrar que em tempos de ajustes econômicos, é preciso delimitar a clientela que se pretende alcançar, pois sabe-se que o Estado passará a oferecer serviços públicos gratuitos de forma seletiva. Assim, espera-se que no âmbito do Programa Reflorestar os setores menos favorecidos do meio rural sejam priorizados, e que seja dispensada atenção especial às famílias rurais que não podem pagar por assistência técnica privada.

Sobre o impacto do Programa Reflorestar enquanto política pública socioambiental no DF, num recorte espacial de Brazlândia, para subsidiar a reestruturação do Programa, na medida em que este trabalho buscou a participação de uma das idealizadoras do Programa, dos técnicos envolvidos no atendimento aos produtores e especialmente dos produtores rurais do DF, merece destaque o interesse de desconcentrar os processos decisórios por meio da participação social, que acredita-se, ser capaz de interferir no processo de decisão da política e da economia local. Esta preocupação é necessária para reduzir o grande descompasso e distanciamento entre o que é proposto pela Secretaria de Agricultura e o que é esperado pelos produtores rurais, no que concerne tanto à necessidade de adequação ambiental das propriedades rurais quanto à efetividade dele como diretriz política para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Sobre os aspectos de reestruturação do Programa Reflorestar fundamentados nas premissas da educação ambiental crítica, aquela que direciona para o exercício da cidadania ativa, que considera o sentido de pertencimento e de corresponsabilidade por meio da ação coletiva e organizada, que busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos conflitos socioambientais, cuja origem está nas relações sociais, nos

modelos de sociedade e de desenvolvimento que conhecemos, e nesta oportunidade, atenta às demandas dos entrevistados, foi criado um Grupo de Trabalho interinstitucional. O Grupo é composto por membros tanto da SEAGRI-DF quanto da EMATER-DF, no entanto, alguns episódios que aconteceram no segundo semestre deste ano de 2015 prejudicaram a agenda de encontros e discussões para a reestruturação coletiva do Programa, limitando-se à realização de uma reunião apenas.

Buscando a otimização dos recursos e a abertura à participação social na eleição de áreas prioritárias de atendimentos, sugeriu-se a adoção de critérios de priorização das áreas selecionadas, tanto de caráter eliminatório quanto classificatório, que considerem proposições de alteração político-institucional como: a localização e o tamanho da propriedade, a adoção das diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico-Econômico do DF, a compatibilização espacial com as Unidades Hidrográficas com maior potencial de recarga ou risco à contaminação conforme mapas que podem ser disponibilizados pela ADASA, e um último arranjo institucional, é que a comunidade seja atendida pela EMATER-DF compreendendo o papel fundamental da assistência técnica para viabilizar as mobilizações na região e o acompanhamento técnico necessário no decorrer dos processos de recuperação e proteção de áreas, sendo essas proposições de caráter eliminatório.

Dentre as proposições de alteração político-institucional de caráter classificatório, está a definição do tamanho da propriedade baseada tanto no PDOT quanto no Estatuto da Terra quanto ao que preconiza o INCRA, a priorização de propriedades que estejam circunvizinhas às Unidades de Conservação, às Áreas de Proteção de Manancial, em localização estratégica para contribuir na formação de conectores ambientais, a inserção em Unidades Hidrográficas com maior potencial de recarga ou risco à contaminação, é importante que a comunidade seja assistida por algum dos 17 escritórios locais da EMATER-DF distribuídos pelas diversas comunidades rurais, que tais comunidades estejam organizadas em associação ou outro modelo, poderão ser priorizados também grupos de interessados que detenham relação de vizinhança, por manifestação expressa à SEAGRI-DF para atendimento em bloco, ou em área de interesse do DF, e preferencialmente, a propriedade deverá estar inscrita no processo de regularização fundiária na SEAGRI-DF, visando a integração dos instrumentos internos de gestão e portanto, o cumprimento do Plano de Utilização da Unidade Produtiva no que concerne às áreas de APP e RL.

Para as proposições de alteração técnico-operacionais, entende-se não ser suficiente observar o que preconiza os diversos instrumentos de gestão ambiental e territorial, é preciso que as diretrizes técnicas e governamentais estejam compatibilizadas com as demandas

sociais, para o empoderamento dos atores e a promoção da justiça social associada ao desenvolvimento rural sustentável no Distrito Federal. Os dias, horários e locais das reuniões devem favorecer a participação expressiva da comunidade escolhida, os técnicos deverão estar atentos e disponíveis para a construção coletiva das soluções para os problemas apresentados pela comunidade. Assim como, a identificar lideranças locais e potenciais parceiros para as futuras ações podem aumentar as chances de sucesso das intervenções.

É conveniente prever a comunicação sistemática dos resultados alcançados e dos casos de sucesso, para desenvolver uma ligação direta de comunicação, para gerar vínculos de expectativas, colaborações e realizações. Espera-se com esta metodologia que a atividade profissional da extensão rural não seja *uma invasão cultural por meio do conteúdo levado* (FREIRE, 1983) aos produtores rurais, mas que a extensão seja capaz de adequar-se às necessidades reais do campo que deverão prioritariamente subsidiar as pesquisas agropecuárias, seja em âmbito governamental, seja nas instituições de ensino técnico e superior. A demanda da produção acadêmico-científica deve vir do campo, e para ele devolvida na medida em que possibilite maior autonomia e independência de soluções externas à propriedade.

Identificou-se outros desdobramentos da pesquisa, que para melhor compreensão foram agrupados em 4 pontos de vista: da educação, do Estado, do produtor, e por fim, o aperfeiçoamento do aspecto operacional do Programa.

## 6.1 PONTOS DE VISTA DA EDUCAÇÃO

A educação ambiental crítica apresenta-se como um instrumental que auxilia o Estado a responder às demandas da sociedade (SORRENTINO et al., 2005). Neste padrão, deve prevalecer a leitura realista e consciente da questão ambiental (SILVA e TYBUSCH, 2015), para realizar as intervenções inerentes ao desejo de alcançar um desenvolvimento que não restrinja o direito dos que ainda estão por vir. Assim, identificou-se que o Reflorestar adota a educação ambiental não-formal como estratégia pedagógica junto aos produtores rurais. A educação ambiental foi pensada desde a proposta inicial do Programa pela equipe que o idealizou, como um campo de estudo interdisciplinar numa tentativa de ampliar as leituras tanto dos problemas quanto das soluções ambientais no DF.

O Estado aumentou a sua capacidade de resposta quando, por exemplo, baseou a escolha da área a ser cuidada em critérios ambientais, acadêmicos e institucionais, como foi com a seleção do primeiro sítio da ação, uma região de referência em produção de

hortifrutigranjeiros, onde a exploração maximizada do solo levou os produtores a plantar inclusive, em áreas de preservação permanente.

No entanto, verificou-se a necessidade de aprimoramentos para que as ações estejam envoltas na participação ativa dos beneficiários de modo a despertar o sujeito ecológico que existe em cada produtor, para que a figura do Estado se configure numa atuação coadjuvante em um processo importante, lento e necessário à proteção ambiental. Para isso sugere-se uma reestruturação que perpassa todo o processo, desde os critérios de seleção da área a ser atendida, até a sua avaliação à luz da educação ambiental crítica para alcançar o envolvimento da sociedade, como uma diretriz permanente e contínua de promoção da cidadania ambiental, especialmente quando o governo não estiver mais à frente das ações.

Sobre a orientação inicial para a adesão voluntária ao Programa, ficou clara que a estratégia inicial foi a de educação para a sensibilização do produtor, enquanto parceiro receptor e cuidador das mudas, e que esta é uma condição essencial para o êxito do Programa. A servidora entrevistada declarou que em alguma medida o exercício da educação ambiental desde o início permeou as ações que ensejaram a criação do Programa Reflorestar.

Tão importante quanto assumir as premissas da educação ambiental nesta proposta de reestruturação é institucionalizá-la de maneira que seja possível monitorar, avaliar e redirecionar suas ações e projetos.

## 6.2 PONTOS DE VISTA DO ESTADO

Adotou-se nesta pesquisa que as contribuições da principal idealizadora do Programa Reflorestar, foram interpretadas como uma atuação do Estado, tendo em vista que a proposta e os avanços se deram em ambiente institucional, a partir da leitura dela e de sua equipe sobre o espaço rural.

A efetivação pelo Estado de políticas públicas que promovam o fortalecimento de atitudes ecológicas, de promoção de uma real cidadania ambiental e responsabilidade global para atenuar as consequências da crise, podem gerar mudanças de valores e mudanças comportamentais (CARVALHO, 2004). Neste sentido, considera-se que o resgate da temática ambiental na Secretaria de Agricultura após a extinção da Fundação Zoobotânica no ano 2000, foi uma iniciativa coerente com o reconhecimento de que a atividade agrícola é impactante sobre o meio ambiente e ao mesmo tempo, com a demanda social atendida.

Aliar as políticas de promoção da cidadania ambiental com aquelas de interesse imediato do produtor aumentam a cumplicidade entre Estado e sociedade. Esse é o caso da regularização fundiária, por exemplo. Conhecer as dominialidades das áreas atendidas pelo

Programa permitirá estudar possibilidades de integração das políticas dentro da própria SEAGRI-DF como, por exemplo, articular algum benefício como a celeridade dos processos que tratam da regularização fundiária ou com outras Secretarias de Estado como a de Meio Ambiente e organizações do Governo, como a EMATER-DF, a CEASA, o IBRAM, a CAESB, a EMBRAPA, entre outros parceiros que já colaboram com algumas iniciativas que a SEAGRI-DF tem empreendido. Neste estudo, foi detectado que o tipo de dominialidade influencia no zelo com o lugar, que não é fator determinante, porém expressivo, chegando a 39% das respostas dos entrevistados.

O direito de cidadania tem amparo constitucional, mas ele se concretiza na conquista e no reconhecimento desse direito (LIMA, 2005), e as consequências sociais podem ser fortes, inclusive com indignação sobre as assombrosas reações que se observa nos ecossistemas naturais a partir de intervenções humanas, por exemplo, os conflitos pelo uso da água, a ocupação de áreas de proteção ambiental, o descarte inadequado de resíduos sólidos, a perda de biodiversidade, o aumento da temperatura do planeta.

A efetivação do direito de cidadania se dá a partir da influência social no processo de formação das decisões políticas possibilitando o exercício da justiça social e do respeito ambiental, da condição de teoria para a prática. Embora na proposta inicial a intervenção já era prevista por Bacia Hidrográfica, e isso implicaria que em algum momento seria preciso a interação com a comunidade local, o controle social nos processos de discussão, negociação e formulação desta política não foi exaustivamente considerado. Principalmente, devido à escassez de recursos financeiros, que naturalmente conduziriam institucionalmente as ações para regiões mais degradadas ou mais sensíveis.

O Governo precisa valorizar e reconhecer a importância dessas políticas públicas mais coerentes com o conceito de sustentabilidade, e das iniciativas locais na construção de estratégias e novas pautas de desenvolvimento agrícola e rural para favorecer, no âmbito da agricultura, processos de transição para estilos de produção mais sustentáveis (CAPORAL et al., 2009). Segundo a servidora entrevistada, é preciso relacionar sempre a questão produtiva à ambiental, expor aos produtores a ideia de que não é suficiente pensar em produção agropecuária, indiferente às condições ambientais da região. Para produzir é preciso muito mais que área disponível para plantio, é indispensável água em qualidade e quantidade, solo vivo, a presença de polinizadores e insetos para o controle biológico de pragas e doenças, entre outros fatores limitantes da produção agropecuária.

Ela justifica ainda, sobre a escolha pela disponibilização gratuita das mudas, para ela houve omissão do Estado, a partir do momento em que ele tinha uma lei para cumprir

(Código Florestal Brasileiro), fazer cumprir, fiscalizar e exercer o controle, e não fez, então foi conivente no passado e por isso desde o início ela defendeu que o Estado tem que entrar com um incentivo determinante para que o produtor faça este trabalho de recuperação, que não é barato!

Para que a política pública seja eficaz é preciso articulação de ações e esforços intersetoriais em colaboração com o Estado e suas organizações, inclusive para ampliar as alianças e superar a complexidade inerente ao processo de mudança requerido (CAPORAL et al., 2009). Neste particular, podemos afirmar que, em 2008 a articulação com outras organizações com vistas ao estabelecimento de parcerias foi uma realidade, quando o NRA já estava criado na estrutura organizacional da Secretaria de Agricultura, e foi buscando o apoio de organizações que fazem agricultura no DF, como a EMATER-DF e a EMBRAPA.

A articulação pode ser concreta especialmente pela adoção de instrumentos de gestão com abordagem integrada das informações, como o Zoneamento Ecológico Econômico que estabelece diversas recomendações para todo o território do DF, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico, a fim de orientar por exemplo, quais são as áreas mais críticas com risco de erosão e, portanto, contribuem para a perda de solo, quais são as áreas com maior potencial de contribuir para a recarga de aquíferos, quais são as regiões mais adequadas para expansão urbana, quais são as zonas indicadas para exploração agropecuária, entre outras possibilidades.

A articulação também se configura na atuação em unidade da gestão política e de todo o aparato governamental que resultará na otimização de recursos financeiros e da produção intelectual do seu capital humano institucionalizado, assim como resguardada a representatividade da sociedade civil no processo de desconcentração dos processos decisórios. E, ao mesmo tempo, retroalimentará o desafio de conhecer para intervir no espaço geográfico que é vitrine para o Brasil, por ser a Capital, por abrigar os poderes da União, do DF e dos Territórios e acolher tantos perfis sociais que representam os mais variados estados brasileiros e suas preferências. Com destaque para a histórica criação do Distrito Federal que está intimamente relacionada a esta diversidade de pessoas e culturas aqui encontradas.

O Estado deve promover mecanismos de fixação de preços, políticas comerciais, incentivos fiscais e outros instrumentos que afetem positivamente as decisões de cada agricultor sobre o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais e levar plenamente em conta o impacto dessas decisões sobre as famílias, a segurança alimentar, as rendas agrícolas, o emprego e o meio ambiente. Observou-se que 79% dos entrevistados tem mais de 50 anos, com predomínio na faixa etária de 50 a 64 anos, o que enseja a necessidade de motivar os

jovens a manter-se no campo promovendo a geração de ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural e a distribuição da riqueza, o que contribuirá inclusive para a diversificação da base econômica do DF, com o aumento da participação da agropecuária, que atualmente está em 0,4% do PIB do DF (CLDF, 2015)<sup>7</sup>.

### 6.3 PONTOS DE VISTA DO PRODUTOR

Esta abertura é para que aqueles com baixa representatividade neste estudo, especialmente os jovens e as mulheres, possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos típicos do processo de gestão ambiental, que resulta em políticas públicas mais adequadas à realidade local e conseqüentemente em sujeitos capazes de intervir conscientemente sobre a realidade. Quando essa abertura se concretiza, o Estado se aproxima das novas demandas da sociedade civil que anseia por um regime de colaboração (BATISTA, 2007), como coautores das mudanças.

O público atendido pelo Programa é predominantemente masculino e maior de 50 anos. Durante as vistorias observou-se que a participação das mulheres foi mais acentuada pelo surgimento da categoria casal, o que sugere um maior interesse das mulheres em participar e, conseqüentemente, expõe uma oportunidade de dialogar com a família. Por outro lado, sugere a necessidade de uma ação mais transversal que possa alcançar as demais faixas etárias de interesse, como os jovens, cuja expressividade do percentual parece indicar que o Programa precisa se tornar mais atrativo para eles, se estamos pensando numa política contínua e permanente. Outra demanda a favor do rejuvenescimento do campo é o resgate do orgulho de ser produtor.

Ainda tratando sobre os beneficiários do Programa compreendidos neste estudo, apesar de 82% dos entrevistados afirmar que recomendariam o Programa Reflorestar aos vizinhos, nota-se que cada um cuida do seu espaço. Não foi percebida uma cultura de cooperação mútua, talvez seja o caso de apoiar o estabelecimento de *estruturas sociais, com lideranças locais que busquem um entendimento consensual de trabalho coletivo para o manejo dos recursos naturais* (MISTRY & BIZERRIL, 2011, p. 44). Reforçando a ideia dos autores, foi destacado que há influência dos associados mais antigos sobre os mais novos, incentivando-os a participar das ações e conseqüentemente, a ter um cuidado mais consciente com a sua área.

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.anuariododf.com.br/site/radiografia-do-df/economia-2/>, acesso em 06/02/2016.

A oportunidade de estabelecer processos decisórios participativos baseados no diálogo permite explorar interesses históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais de um arranjo coletivo para superar impasses próprios da negociação (LAYRARGUES, 2000). O resultado será legítimo se for resguardada a igualdade de condições de participação e contribuições de todas as representações, que culminará no empoderamento social e na transformação de dada localidade. Alguns espaços de diálogo já estão constituídos tais como os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Conselhos Distrital e Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Quase a totalidade dos entrevistados afirmou ser a primeira vez que eram convidados a colaborar com a formulação de uma política, a opinar com caráter de avaliação enquanto usuário de um programa proposto pelo governo. Por outro lado, observou-se claramente um intimidamento ou desacreditação no que efetivamente o governo pode fazer para promover a preservação dos cursos d'água na região, pois 68% dos entrevistados manifestaram não saber ou não responderam à proposta de que se em dado momento fossem o governo, o que fariam no seu lugar para promover a preservação dos cursos d'água na região.

Sobre ponderar a estratificação econômica, se agricultor familiar ou patronal, como critério de priorização de atendimento, a servidora entrevistada discorda e aponta para a questão da vulnerabilidade ambiental como fator mais relevante. No entanto, no Brasil, a agricultura familiar ocupa 24,5% da área dos estabelecimentos agropecuários, emprega 75% da mão de obra, produz 80% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras e do total de estabelecimentos rurais identificados, nada menos do que 84% das propriedades rurais são de agricultura familiar (BRASIL, 2009). Não seria ela o motor apropriado em direção aos processos que levam a um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável? Esta escolha refletiria como mais uma importante estratégia de resistência que caracteriza as lutas históricas dessa classe de trabalhadores.

A extinção de estruturas como a FZDF, ou a mudança de nomenclatura das Secretarias de Estado a cada gestão contribuem para a interrupção e descontinuidade das políticas públicas iniciadas em gestões anteriores. Tal realidade que atrapalha o alcance dos resultados e custa caro para o bolso do contribuinte, dificulta a relação de cumplicidade da sociedade com projetos de médio e longo prazo, como é o caso do Programa Reflorestar.

Tendo em vista o cenário político em curso, verificou-se que é determinante a manifestação da sociedade junto à Secretaria de Agricultura para exigir a manutenção do Programa Reflorestar enquanto política socioambiental para o DF. Uma vez adotado o formato participativo proposto, essa sociedade interessada nos desdobramentos do Programa,

dificultará a não prestação deste serviço público de relevante interesse para toda a população do Distrito Federal.

#### 6.4 DO PONTO DE VISTA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Quanto aos aspectos que envolveram a criação do Programa do ponto de vista operacional, o atendimento não está limitado aos lotes rurais sob tutela da Secretaria de Agricultura do DF, abrangendo inclusive projetos de assentamentos da reforma agrária do INCRA, propriedades particulares escrituradas entre outras.

Acredito que o programa deve continuar com foco na área rural, no entanto mais do que se deter aos lotes sob tutela da Secretaria de Agricultura, que é uma recomendação que já não é cumprida desde o princípio, deve ter um olhar direcionado para o ocupante da área, aquele que é o potencial aliado neste movimento de cooperação para a mudança.

Se constatada que não se trata de uma unidade de produção, estando em área rural e obrigatoriamente guardando características de ocupação rural, conforme as orientações do PDOT e ZEE principalmente, ainda assim deverá ser uma propriedade assistida, já que os critérios não se esgotam nesta seara.

Seguindo os pressupostos de contribuição para melhoria da qualidade ambiental do DF, é preciso considerar também a proximidade com Unidades Conservação, com Áreas de Proteção de Manancial, se a propriedade está inserida em uma Unidade Hidrográfica com maior potencial de recarga ou risco à contaminação, ou ainda, se a localização é estratégica para contribuir na formação de conectores ambientais. Neste caso, deverá também, ser atribuído grau de sensibilização ao interessado e observado o perfil do mesmo, buscando identificar se os cuidados necessários às mudas estão bem compreendidos, sem dispensar os registros formais que assegurem tal compreensão e concordância, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Programa.

Deve ser retomado o procedimento inicial de limitação de mudas por produtor, de 1,2 hectares para APP e 0,3 hectare para RL, por tratar-se fundamentalmente de apoio à adequação, e não de comprometer-se integralmente com a recuperação da área. Assim, teremos a possibilidade de atender mais pessoas interessadas nesse apoio.

A manutenção de alta diversidade de espécies produzidas no viveiro da Granja do Ipê deve ser uma premissa, saltar de 40 para 100 espécies por exemplo, com prioridade para aquelas espécies chave na recomposição dos diversos ambientes naturais, muitas vezes mais difíceis de encontrar ou cuja multiplicação não esteja facilmente disponível em protocolos de produção de mudas nas principais publicações técnicas. Espécies cuja multiplicação dificulta

o ganho de escala comercial costumam não interessar viveiros particulares e, portanto, são raramente encontradas em estabelecimentos comerciais. Dessa maneira o viveiro institucional da Secretaria de Agricultura estaria desempenhando importante papel na promoção e introdução de diversidade biológica, típica do bioma Cerrado nos projetos de recomposição ambiental no DF e contribuindo com informações sobre a multiplicação de espécies nativas a partir dos ensaios realizados no viveiro de produção de mudas da Granja do Ipê.

Sobre os indicadores constantes da proposta inicial, a produção de mudas dobrou, saindo de 60 mil mudas em 2008 para 120 mil mudas em 2010, e permanecendo neste patamar até 2015. Tais mudas disponibilizadas aos produtores também superam a promoção dos estimados 50 hectares por ano, mais que dobrando a meta, com 106 hectares em recuperação no ano 2014, representando o melhor resultado no período de 2008 a 2015. Quanto aos treinamentos e capacitações previstos, apenas em 2010 quando a equipe ainda estava fortalecida, foram realizados dois cursos nos municípios de Luziânia e Gameleira de Goiás no âmbito da parceria com a Corumbá Concessões S. A.<sup>8</sup>

Após a adesão ao Programa, deverá ser estabelecido um Cronograma de Recuperação da Área, com monitoramento técnico associado à realização de reuniões, palestras, dias de campo, num processo contínuo de sensibilização e comunicação dos resultados alcançados para a comunidade, inclusive para colaborar na geração de uma rede de compromissos sociais de uns com os outros, de auto-gestão, abrangendo mutirão de mão-de-obra para plantio e cercamento de nascentes, por exemplo.

Haja vista a relevância que os trabalhos de conservação de solo alcançam, quando associados à revegetação de áreas de preservação permanente e reserva legal para redução na perda de solo, aumento da infiltração, melhoria dos acessos de veículos às estradas e consequente redução de processos erosivos, aquelas propriedades que demandarem este tipo de serviço, deverão ser objeto de priorização na reserva do equipamento na Diretoria de Mecanização Agrícola da SEAGRI-DF.

Sobre o tema prevenção de incêndios florestais, deverão ser anexadas ao Cronograma de Recuperação da Área comprovações da execução de medidas que minimizem a ocorrência e os prejuízos decorrentes de incêndios florestais na referida área. Por outro lado, o governo deve articular por meio de seu órgão ambiental local e os detentores de equipamentos compatíveis com a execução de roçagens e aceiros, para otimização dos recursos públicos envolvidos, a realização de campanhas integradas com a comunidade no período que

---

<sup>8</sup> Empresa fundada em 06 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), para contribuir para o abastecimento elétrico do DF e Entorno.

antecede a época mais seca do ano, entre os meses de maio e agosto. Cursos para formação de brigadas de prevenção e combate aos incêndios florestais também deverão ser disseminados para ampla divulgação e mobilização de agentes locais, com a destinação de kits como abafadores, bombas costais, facões, entre outros equipamentos de pequeno porte necessários ao trabalho.

A recuperação e a proteção de nascentes devem estar dentre as áreas de interesse de maior relevância, onde os esforços devem ser concentrados, no sentido de envolver a comunidade, inclusive no diagnóstico com informações sobre a situação, localização, Bacia Hidrográfica que é contribuinte, e, juntamente com o órgão ambiental local, mapear e tornar pública as ações de recuperação e de proteção das nascentes, como forma inclusive de incentivar a formação de brigadas voluntárias de prevenção aos incêndios florestais. As mudas poderão ser viabilizadas por meio da Secretaria de Agricultura, a mão-de-obra pelos produtores e a comunidade local (especialmente a escolar e religiosa), materiais como arame e estacas de madeira para o cercamento, por exemplo, podem ser adquiridas por meio de doação do Setor de Medidas Alternativas do MPDFT que colabora regularmente com o Programa Reflorestar desde 2008. Deverão ser instaladas placas de sinalização nas propriedades atendidas, bem como providenciada a premiação do produtor adotante da nascente com um certificado ou uma publicação, como reconhecimento por parte do governo de que o produtor é um guardião, um aliado indispensável neste processo.

Indicadores de monitoramento do Programa Reflorestar enquanto critérios que possam ser mensurados regularmente para identificação de tendências, podem ajudar os gestores a planejar suas prioridades em relação às necessidades do Programa. Deve-se ter em conta que não é suficiente falar somente em hectares plantados, produtores atendidos e mudas produzidas e disponibilizadas, mas falar em apropriação da política pública pela comunidade com seus efeitos percebidos, mensurados e avaliados coletivamente o que ensejará um aperfeiçoamento constante do instrumento.

## **7 RECOMENDAÇÕES**

Retomados os estudos e discussões com vistas à reestruturação do Programa sugere-se que seja adotada a pesquisa ou pesquisa participante como metodologia de pesquisa.

Nos anos 80, em que estudos mostraram que toda pesquisa pode apresentar, ao mesmo tempo, uma abordagem quantitativa e qualitativa, surge dentro da abordagem qualitativa a pesquisa entre outros tipos e, de maneira objetiva Ens et al., (2001) afirma que “*uma metodologia da pesquisa social é a pesquisa. Este tipo de pesquisa está associado às*

*diversas formas de ação coletiva que estão orientadas em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação. Muitas vezes esse tipo de pesquisa tem recebido o nome de intervenção*”. Sobre esta proposta de pesquisa e o caráter local das mediações, os fundamentos metodológicos utilizados buscarão na pesquisa os meios de responder à problematização do objeto pesquisado, por ser uma metodologia capaz de intervir na realidade pesquisada.

Nessa abordagem, ainda segundo Ens et al., (2001) diversos autores reconhecem Kurt Lewin como criador dessa linha de investigação. As ideias que impulsionam a pesquisa na América Latina estão voltadas para a intencionalidade, ou seja, *“é preciso produzir conhecimento não só para conhecer a realidade, mas também para transformá-la”* (COSTA, 1996 apud ENS et al., 2001, p.10).

Neste sentido, a pesquisa:

“É um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1984 apud ENS et al., 2001, p.10).”

Esta técnica envolve sempre um plano de ação, que se baseia em objetivos, em processos de acompanhamento, para a construção coletiva da ação planejada e no relato concomitante desse processo.

## 7.1 QUANTO AO ARCABOUÇO LEGAL

Na reestruturação deverá ser ampliado o arcabouço legal sob o qual o Programa foi delineado, antigo Código Florestal e da Política Ambiental do DF. Devem ser consideradas, no mínimo, adicionalmente: a Lei nº 3.833/06 que instituiu a Política de Educação Ambiental do DF, a Lei Federal nº 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a Resolução CONAMA Nº 429, de 28 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 que instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro, e que trouxe uma importante ferramenta de diagnóstico ambiental para todo o Brasil, o Cadastro Ambiental Rural – CAR (cujo Decreto Nº 36.579, de 30 de junho de 2015, trata da sua regulamentação no Distrito Federal). Deve ainda, alinhar-se aos condicionantes ambientais previstos na política de regularização fundiária dos imóveis sob tutela da SEAGRI-DF, por meio da elaboração do Plano de Utilização das Unidades Produtivas – PU, devidamente aprovado pela Secretaria de Agricultura e adequado à política fundiária, agrícola e ambiental do Distrito Federal, regida

pelo Decreto Distrital nº31.084 de 25 de novembro de 2009 e pela Portaria nº 25 de 10 de março de 2011.

## 7.2 QUANTO AO PÚBLICO-ALVO

Dentre as principais causas da degradação ambiental em APPs e RLs estão o modelo de povoamento, a ocupação do solo e o uso da água, logo, o potencial de colaboração para a frear esse movimento perverso não é suficiente se for mantida a exclusividade de atendimento aos produtores rurais. No entanto, assumindo como diretriz a competência precípua da SEAGRI-DF de atuação em áreas rurais, além do foco no produtor recomendo que qualquer ocupante de terras rurais (produtor ou apenas residente) seja alvo das ações do Programa Reflorestar, ocupante esse que precisa dispor ainda da capacidade declarada de plantar e cuidar.

## 7.3 QUANTO À ARTICULAÇÃO PARA GERAR NOVOS ARRANJOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

Buscando a otimização dos recursos públicos envolvidos e a articulação tanto entre a sociedade civil e desta com as estruturas de governo, para sugerir novos arranjos para sua implementação e visando com isso o ganho de escala e, principalmente, o estabelecimento de uma estratégia que possibilite a compreensão e atuação sistêmica que a questão ambiental exige, sugere-se que seja considerado o que preconiza o decreto de regulamentação da Política de Educação Ambiental do DF, que recomenda que os órgãos ambientais atuarão na inserção de políticas públicas de cunho ambiental nas ações do Governo do Distrito Federal, tais como agricultura e pecuária.

Neste sentido, é aconselhável a formalização de cooperação técnica com a EMATER-DF para incorporação ao seu planejamento estratégico, a rotina de visitação às propriedades e acompanhamento também dos resultados do Programa Reflorestar. Da mesma maneira com o IBRAM, para indicar a definição das áreas de reserva legal preliminarmente acordadas com o detentor do imóvel, auxiliar na fiscalização do cronograma de execução das áreas a serem recuperadas, inclusive utilizando nesta oportunidade do Programa Reflorestar como um laboratório para o que será, em breve, o Programa de Regularização Ambiental, no âmbito do Cadastro Ambiental Rural.

Com a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA poderá ser viabilizada a implantação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF do MMA no Distrito Federal, que segundo informações da coordenação do Programa não teve acolhida pela

SEMA na gestão política local anterior. Com o Jardim Botânico de Brasília – JBB, que é vinculado à SEMA, a cooperação deve ser formalizada para viabilizar a realização de oficinas de identificação botânica para os técnicos da SEAGRI-DF envolvidos com a coleta de sementes e estagiários afetos ao Programa, com o objetivo de assegurar quais espécies são coletadas e portanto, as mudas produzidas no viveiro da Granja Modelo do Ipê, para dar início a um o acervo depositado no herbário do Jardim Botânico de Brasília, e ainda para identificação botânica de espécies encontradas nas proximidades do viveiro, na região pertencente à Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê – ARIE Granja do Ipê. Outro órgão vinculado à SEMA é o SLU, que poderia ampliar as rotas de coleta seletiva de resíduos sólidos para a área rural, ofertando oficinas de reciclagem, campanhas de limpeza, ampliar os estudos sobre o efeito do Composto Orgânico de Lixo para uso na agricultura, entre outras possibilidades.

Ainda buscando se fortalecer nas parcerias interinstitucionais para viabilizar o ganho de escala atrelado a um salto de qualidade dos serviços prestados pelo Programa Reflorestar, além dos 17 escritórios locais da EMATER-DF, a EMBRAPA dispõe de 5 unidades de referência ou centros de pesquisa no Distrito Federal, sendo a Embrapa Cerrados uma delas. O Projeto Aquaripária que testa os métodos de restauração ecológica de zonas ripárias (matas de galeria e ciliares) e busca propor alternativas sustentáveis para o desenvolvimento do bioma Cerrado, já se beneficiou do apoio do Programa Reflorestar em experimentos no córrego Ponte Alta, na área rural da Região Administrativa do Gama. Segundo a líder do projeto e pesquisadora da Embrapa Cerrados, os estudos nesses locais vão desde o processo de recuperação das matas ripárias, até sua influência na qualidade das águas dos rios (CALDAS e CASTELÕES, 2012). Neste sentido, as áreas de experimentos para a Embrapa seriam também áreas com resultados para o Programa Reflorestar, em termos de espécies mais adaptadas, espaçamentos mais indicados, atratividade para a fauna, com o diferencial de contar com pesquisadores experientes.

A parceria com a ADASA seria fundamental para a indicação competente das Unidades Hidrográficas com maior potencial de recarga e mais susceptíveis ao risco de contaminação e erosão.

O Programa Reflorestar deverá integrar o Plano Local da Gestão Ambiental (Plano Distrital de Proteção ao Meio Ambiente) instituído pela Política Ambiental do DF (Lei nº41/89), quando elaborado.

A SEAGRI-DF sendo a instituição responsável pela elaboração da Política Agrícola local, ao decidir articular-se com outros órgãos do governo, cumpre o que preconiza a

Política Ambiental do DF (Lei nº41/89), esta que afirma ser *necessária a adequação das atividades socioeconômicas rurais, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos destinados para fins urbanos e rurais.*

#### 7.4 QUANTO AOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a manutenção das ações e diversificação das fontes de financiamento do Programa, recomenda-se esforços para criar canais na própria SEAGRI-DF, como os recursos do FDR, que poderão ser acessados pelo produtor rural que cumpre a legislação ambiental, para que o Fundo não opere na ilegalidade, bem como resguardada a previsão da portaria que trata do Plano de Utilização da Unidade de Produção, em que o ocupante deve declarar que faz uso da adequada utilização dos recursos naturais de forma sustentável, observando-se a legislação ambiental vigente. A venda de mudas na Granja Modelo do Ipê poderá ser retomada, como era nos anos 90. Outra possibilidade é a solicitação à Coordenação de Compras Institucionais vinculada à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SAF, a elaboração e o lançamento de editais para aquisição de sementes de espécies florestais nativas via Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura – PAPA-DF.

Uma dificuldade em adquirir as sementes via programas de compras institucionais é a organização do comércio de sementes e mudas, que envolve desde o registro do produtor coletor de sementes e do viveiro, como mais uma alternativa de geração de renda no campo, para fazer o produtor ganhar dinheiro mantendo o Cerrado de pé. E nessa lógica o Cerrado precisa ser mais valioso de pé, do ponto de vista financeiro e ambiental, do que desmatado para outros usos. Trabalhos de valoração ambiental podem colaborar na construção e disseminação dessa lógica.

Outra ação necessária é buscar o rebatimento do Programa Reflorestar, com os instrumentos de planejamento da SEAGRI-DF, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para salvaguardar recursos orçamentários que viabilizem a realização das ações ao longo do tempo.

Existe ainda a possibilidade de trabalhar internamente algum benefício como prioridade de atendimento para produtores interessados na regularização fundiária, e que já participam do Programa Reflorestar. O Art. 5º, § 4º da Lei 31.084 de 25 de novembro de 2009 que estabelece diretrizes e identifica o legítimo ocupante para fins de alienação, concessão de direito real de uso e concessão de direito real de uso com opção de compra, dos imóveis rurais do Distrito Federal, diz “*não será cobrada a taxa de concessão de direito real*

*de uso sobre Área de Preservação Permanente, desde que mantida ou recuperada pelo concessionário, devidamente comprovada”.*

Reforçando a ideia de incentivos, a Resolução CONAMA n° 429 Art. 8° traz que “*a recuperação de APP, em conformidade com o que estabelece esta Resolução, bem como a recuperação de reserva legal, é elegível para os fins de incentivos econômicos previstos na legislação nacional e nos acordos internacionais relacionados à proteção, à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e florestas ou de mitigação e adaptação às mudanças climáticas”.*

Ao mesmo tempo é importante buscar a cooperação interinstitucional, inclusive em nível federal, para concorrer com um diferencial de ampla articulação entre instituições e mais, um arranjo que detém além da expertise, capacidade de infraestrutura instalada como viveiros de produção de mudas, corpo técnico qualificado, máquinas e implementos agrícolas.

## 7.5 QUANTO À PRODUÇÃO E ENTREGA DAS MUDAS

É preciso definir juntamente com a equipe do viveiro, prazo para a retirada das mudas após comunicação da autorização, e se o carregamento poderá ser parcelado ou não, um destaque considerado por alguns produtores como determinante para buscar as mudas, já que o parcelamento possibilita o transporte parcial em veículo próprio (inclusive de passeio) sem a necessidade de pagamento de frete. Tais decisões devem ser discutidas e definidas em razão do que for mais adequado à não interrupção das demais atividades do viveiro.

Há um distanciamento entre a equipe que vistoria as propriedades (equipe da GAA) e a que entrega as mudas (equipe do NPV). É preciso uma mobilização interna, como a realização de seminários de integração das unidades organizacionais da própria SEAGRI-DF, para que todos estejam familiarizados com as dificuldades de operacionalização do Programa e os motivos que ensejam a disponibilização das mudas, alcançados predominantemente pelo compromisso da Secretaria de Agricultura em contribuir para o desenvolvimento rural sustentável no Distrito Federal.

Verificou-se que é muito comum liberar mudas para produtores já atendidos sem a revisita apesar de não ser um procedimento recomendado, haja vista a dificuldade de dar vazão aos pedidos novos e antigos concomitantemente, para evitar a perda de mudas que envelhecem no viveiro e apostando na relação de confiança e parceria que se estabeleceu na primeira doação. O ideal seria conseguir ter este segundo momento não só para fiscalizar a boa condução do plantio das mudas, mas também como uma oportunidade de conversar,

trocar informações, convidar para algum evento ou reunião, assistir o produtor nas suas dúvidas e necessidades relacionadas à adequação ambiental da propriedade.

Não há limites de mudas por produtor, no entanto, a recomendação é que tenha um limite de mudas por produtor com base na área que ele precisa recuperar, e que já foi de alguma maneira definida e calculada a sua necessidade de mudas no primeiro atendimento. O Programa deve ser mantido como um apoio à adequação, não como um possuidor de estoque ilimitado de mudas, inclusive porque esta não é a realidade, e a tendência dos últimos sete anos foi de aumento na demanda. Tão importante quanto entregar as mudas é promover um arranjo que garanta o seu estabelecimento como árvore, que envolva desde uma assistência técnica comprometida com resultados, a construção de momentos de troca de experiências de recuperação ambiental com destaque para casos de sucesso, o reconhecimento pela prestação de serviços ambientais, elegível para os fins de incentivos econômicos futuros inclusive.

Apenas em 2010 foram oferecidos dois cursos em implantação e operação de viveiros numa parceria com a Corumbá Concessões S.A. A Secretaria de Agricultura não dispõe atualmente de equipe técnica suficiente na GAA para: abarcar as agendas de campo (vistoria e revisita), de reuniões técnicas (representação junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselho de Meio Ambiente), de atendimento ao público, especialmente no que concerne à oferta de cursos de capacitação que além de exigir qualificação técnica constante, experiência prática e domínio do conteúdo, exige também disponibilidade de tempo para planejamento das referidas atribuições.

Se em algum momento o Programa, pela escassez de recursos, tiver que optar para um foco mais específico, recomenda-se a manutenção do trabalho nas nascentes, no entanto as espécies de área úmida produzidas no viveiro da Granja Modelo do Ipê deverão ser aumentadas em diversidade, condição que hoje é um gargalo pelas especificidades de reprodução como a dependência na utilização de hormônios de enraizamento, estufas para acelerar a germinação das sementes, equipamentos de quebra de dormência de forma mecânica, entre outros.

Caso o foco das ações seja mantido sobre as nascentes, o Programa Reflorestar pode alinhar-se ao que preconiza o Programa Adote uma Nascente gerenciado pelo IBRAM, uma campanha voluntária de proteção ambiental e hídrica, criada em 2001 pela então Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Desde o início o Programa Adote uma Nascente, pretendeu suprir a ausência de noções básicas de educação ambiental e a carência de orientações técnicas de modo a garantir além da preservação ambiental, a sustentabilidade das nascentes. Seu objetivo é promover a melhoria da qualidade e disponibilidade dos

recursos hídricos por meio de ações de preservação, recuperação e conservação de nascentes (LIMA, et. al., 2008).

## 7.6 QUANTO AO MONITORAMENTO E ÀS REVISITAS

A revisita na maioria absoluta dos casos não ocorre no prazo de dois anos, por restrição no número de técnicos que compõem a equipe de campo, que inclusive reveza entre a lista de pedidos por novas adesões e àquela que trata das revisitas. Uma alternativa dentro da própria SEAGRI-DF, seria a realização em conjunto com a equipe da Subsecretaria de Regularização Fundiária já que a fiscalização dos Planos de Utilização da Unidade Produtiva envolve informações sobre as APPs e RLs existentes.

Recomenda-se que haja articulação interinstitucional para que este indicador de monitoramento seja incorporado por meio de Acordos de Cooperação Técnica, às ações de rotina de órgãos que compreendem o sistema da agricultura do DF como a EMATER-DF e órgãos que executam a política ambiental como o IBRAM.

A carência de equipe técnica para realizar as revisitas de monitoramento aos plantios em tempo hábil prejudica de maneira determinante os índices de sucesso do Programa, de um ano para o outro não é incomum a perda por ocorrência de fogo, por liberação das mudas fora do período chuvoso que força o aguardo de mais alguns meses até que a chuva volte a cair e seja convidativa para a atividade de plantio. No entanto, com esses meses de intervalo muitas morrem por terem sido acomodadas em local inadequado, muito sombreado, falta ou excesso d'água, entre outras declarações dos produtores.

## 7.7 QUANTO ÀS ESTRATÉGIAS PARA PRESERVAR AS ÁREAS RURAIS DO DF

Para proteção da área rural do Distrito Federal, sugere-se algumas estratégias de valorização do espaço rural por meio inclusive da geração de recursos financeiros a partir de iniciativas individuais ou coletivas, públicas ou privadas a serem aplicadas nessas áreas, tais como, o lançamento de campanhas nos sítios institucionais da SEAGRI-DF, à exemplo do site, exclusivamente para aproximar pessoas que querem plantar com pessoas que têm área para plantar, um evento que queira neutralizar os gases de efeito estufa emitidos ou uma rede de hotéis, de restaurantes, grupos da construção civil, da indústria moveleira que resolvam executar sua política socioambiental, nesta ocasião poderiam demandar no site áreas elegíveis para plantio, por região administrativa, ou proximidade à Unidades de Conservação, ou onde a sua atividade empresarial afeta diretamente. Tal espaço no site se resumiria a um ponto de encontro e de sugestão de áreas para plantio, no entanto, para o ocupante de imóveis rurais

poderia ser uma fonte de recurso financeiro eventual destinado a contribuir com a revitalização do território rural e para o resgate e manutenção da autoestima dos agricultores, especialmente os agricultores familiares, e para os demandantes uma oportunidade de concretizar a compensação em local conhecido, próximo, passível de ser assistido com maior regularidade, podendo vir a despertar o interesse por investimentos de outra ordem, como a diversificação da produção envolvendo turismo rural por exemplo, ou a partir do estabelecimento de novas parcerias agrícolas, de arrendamentos.

Identificar e mapear rotas dos produtos agropecuários (hortaliças, mel, flores, frutas, ervas, artesanato, cogumelos, piscicultura, bovinocultura) no DF para fomento ao turismo rural como estratégia de valorização da cultura local, manutenção das características rurais das glebas e fonte alternativa ou complementar de renda aos produtores. Criar projeto de Caminhadas na Natureza no DF, nos moldes do que já acontece no Paraná com o apoio da Confederação Brasileira de Caminhadas, Esportes Populares e Inclusão Social – ANDA BRASIL<sup>9</sup> e da Federação Internacional de Esportes Populares e Inclusão Social que atua em 56 países do mundo promovendo lazer e entretenimento aos caminhantes. O evento consiste na realização de caminhadas no meio rural, em padrões internacionais, como estratégia de aproximação dos turistas caminhantes com os agricultores familiares. Esta ação de incentivo e promoção do Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF, é desenvolvida pelo MDA desde 2003 por meio da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF configurando-se como mais um produto turístico em desenvolvimento no País (BRASIL, 2016). É uma proposta de envolvimento das propriedades que participam dos circuitos e de todo o município que realiza a caminhada, através da valorização da cultura e do espaço rural e a integração rural/urbano (ANDA BRASIL, 2015).

Formalizar parceria com a Federação de Orientação do Distrito Federal, integrante do Sistema Nacional do Desporto e, do Sistema de Desporto do Distrito Federal, este regido pela Secretaria de Esportes e Lazer do Governo do Distrito Federal. Orientação é uma moderna modalidade esportiva que se apresenta como um processo pedagógico *capaz de desenvolver nas pessoas a consciência ecológica, ao utilizar, de forma lúdica a própria natureza como campo de jogo, sendo assim a vida selvagem não pode ser perturbada, bem como o solo e a vegetação não podem sofrer danos*. Dentre as regras básicas está a preservação da natureza e face à abrangência do desporto, a Confederação Brasileira de Orientação<sup>10</sup>, ao definir a

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.andabrasil.com.br/>, acesso em 18/12/2015.

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.cbo.org.br/site/meio%20ambiente/index.php> acesso 06/01/2016.

política de desenvolvimento da modalidade, a dividiu em quatro vertentes: competitiva, ambiental, pedagógica e turística (CBO, 2016). A vertente ambiental diz respeito à produção das normas de proteção ambiental da competição, às regras e às ações educativas que envolvem organizadores e atletas, tendo como objetivo assegurar o mínimo de impacto ao meio. Assim, nesta parceria será possível explorar os potenciais para o esporte das diversas propriedades existentes no DF com interesse de dar publicidade às nossas ações e arregimentar colaboradores para mobilizações futuras de plantio de mudas em sistemas de mutirão por exemplo, formando uma rede de observadores sobre as fragilidades ambientais do local, inclusive podendo recorrer a um canal especial de comunicação com a SEAGRI-DF, por meio da equipe que faz a gestão do Programa Reflorestar ou no próprio site.

Nesse enfoque, espera-se que o Programa, além de contribuir para a adequação ambiental das propriedades rurais através da revegetação das áreas de preservação permanente e reserva legal, fomente a prática da educação ambiental nas comunidades rurais onde tiver atuação, compreendendo o ocupante de terras rurais como um agente social capaz de agir localmente, de forma crítica e participativa, para o alcance da transformação da realidade local.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **8.1 SITUAÇÃO ATUAL DO PROGRAMA**

A questão ambiental não é uma prioridade do plano de governo da nova gestão política da Secretaria de Agricultura (2015 – 2018), por alguns fatores. Em primeiro lugar, pela extinção da Gerência de Adequação Ambiental para a criação da Gerencia de Agricultura Orgânica e Agropecuária Sustentável, bem como a alteração de toda a estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, por meio da publicação do Decreto Distrital nº 37.054, de 12 de janeiro de 2016. A instância ambiental não é obrigatória para os processos de regularização fundiária e tampouco para a definição de áreas destinadas à assentamentos da reforma agrária.

A equipe foi reduzida a ponto de caracterizar a insuficiência nos atendimentos, com predominância de pessoas com formação na área administrativa, cujas competências são concorridas com as atribuições de outras unidades de direção, como às da Diretoria de Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Assessoria do Gabinete. O número de técnicos atualmente corresponde a um quarto da equipe que atuou no NRA até 2011, ano em que houve desligamento de dois técnicos que se aposentaram e outros dois que mudaram a

sua lotação para a assessoria do gabinete do Secretário. Até o momento não foi empreendido nenhum esforço para identificar servidores com perfil e qualificação necessários à recomposição da equipe, sendo este déficit equiparado com os existentes em outras unidades da SEAGRI-DF.

A equipe que produz as mudas tem dificuldades em manter em dia as etapas que compreendem a produção depois que o Convênio que viabilizou um incremento de dez auxiliares no apoio às atividades no viveiro foi encerrado em setembro de 2015. Existe uma perspectiva de que no prazo de dois anos, mais de 50% dos servidores estarão aposentados por tempo de contribuição ou idade. Há ainda uma parcela que apresenta com regularidade atestados de saúde que os impossibilitam de manter a rotina intensa de trabalho que a atividade de produção de mudas exige.

Há dificuldades operacionais diversas para reservar veículos quando o mais adequado é o que acontecia no passado, em que um veículo era destinado com exclusividade para a equipe do Programa, um apoio traduzido em autonomia para os deslocamentos. As saídas para o campo eram regulares, quase diariamente. Atualmente esta atividade finalística compete com qualquer atividade administrativa na Secretaria de Agricultura.

Há uma ineficiência instalada para executar orçamentos tanto do GDF quando recursos oriundos de emendas parlamentares, a equipe de campo é a mesma que elabora os termos de referência para procedimentos de rotina como a aquisição de bens e materiais, neste sentido a competência das unidades gestoras parecem não estar bem definidas. Não existe um plano de capacitação dos servidores para estimular a formação continuada e nem incentivos para cursos de qualificação ou participação em congressos, encontros, viagens, exceto o abono da frequência nos dias do evento. As expedições para coleta de sementes que deveriam ocorrer anualmente no mês de agosto, período que comumente concentra a maior floração de espécies florestais do Cerrado e, portanto, mais indicado para buscar as sementes para produção em viveiro, acontecem esporadicamente, e normalmente são autorizadas fora do período desejável embora sejam solicitadas com a antecedência necessária. Este atraso prejudica decisivamente a sugestão para uma maior oferta de espécies no âmbito do Programa, cuja meta proposta é de alcançar 100 espécies diferentes no viveiro.

Tendo em vista que a SEAGRI-DF é o órgão normatizador da política agrícola do Distrito Federal e a EMATER-DF sua empresa pública vinculada, faz-se urgente que a SEAGRI-DF tenha suas diretrizes atreladas ao planejamento estratégico da EMATER-DF para melhorar o acompanhamento e o monitoramento dos resultados das ações.

Para a preservação da memória do que foi a Secretaria de Agricultura enquanto órgão executivo da FZDF na década de 60, que permanece na memória de muitos brasilienses e candangos que residem aqui, como uma organização que transformou a Capital Federal em uma referência em agricultura para a região, predomina o desejo de que o Programa supere as dificuldades encontradas em vários níveis de gestão na própria SEAGRI-DF.

Ainda sobre a histórica ocupação do DF, especialmente durante o estabelecimento da Nova Capital, a Fundação Zoobotânica do DF entre outras competências foi “*uma instituição pioneira nos aspectos dos cuidados ambientais, já previstos em seu próprio ato de criação*” (TAVARES, 1995, p.66) e posteriormente, esses critérios de pioneirismo foram reforçados quando a SEAPA empreendeu esforços para recriar um setor ambiental em 2007.

A recriação do setor ambiental se deu a partir da extinção da FZDF no ano 2000, resultado de um processo de sucateamento com vistas ao enfraquecimento da organização, período em que áreas rurais foram amplamente descaracterizadas pelos parcelamentos de solo e formação de grandes aglomerados urbanos como na antiga Colônia Agrícola Vicente Pires, por exemplo.

Contudo, a questão ambiental na SEAGRI-DF deve ultrapassar a abordagem sobre as APPs e de RL, deve alcançar a questão da conservação de solo e de água em parceria com a Diretoria de Mecanização Agrícola da Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, deve contemplar a mudança nas tecnologias de produção para serem mais eficientes, mais autônomas, mais acessíveis por meio da EMATER-DF, objetivando uma produção mais sustentável.

A SEAGRI-DF já concentra nove anos de experiências com as ações do Programa Reflorestar, podendo inovar nesta seara faltando pouco para completar uma década de sua criação, e com toda a infraestrutura de produção de mudas já instalada, com equipes reduzidas porém qualificadas e dedicadas, contando com os procedimentos do como fazer revistos neste estudo e com os serviços de assistência técnica e de extensão rural capilarizados de maneira inquestionável no território por meio dos 17 escritórios locais da EMATER-DF, e ainda, da CEASA sua outra empresa vinculada, para traçar uma meta ousada porém factível de adequação das propriedades rurais tanto no caráter ambiental, quanto produtivo para promoção do necessário desenvolvimento rural sustentável.

## 8.2 PERSPECTIVAS

Destaco nesta oportunidade que o Programa Reflorestar está com seu histórico de criação e procedimentos cuidadosamente mapeados, no entanto, em razão das diretrizes políticas atuais e da limitação de pessoas tanto na produção de mudas quanto para realizar as visitas técnicas, e conseqüentemente o trabalho de educação ambiental crítica proposto, as perspectivas são nebulosas. Existe, infelizmente, a possibilidade real de interrupção e do enfraquecimento do Programa, principalmente pelo deslocamento de atribuições e competências criadas na nova estrutura publicada no Diário Oficial do DF no dia 12 de janeiro de 2016. Falo em interrupção e enfraquecimento primeiramente, porque a unidade organizacional de referência para as questões ambientais na SEAGRI-DF, que era a Gerência de Adequação Ambiental foi extinta, pela perspectiva educacional que o Programa vinha adotando com a atuação de uma servidora com formação em pedagogia e que neste momento de reorganização das unidades organizacionais possivelmente não possa dar continuidade nesta abordagem; pelo estágio de engajamento identificado em cada membro da equipe que priorizava a sensibilização através do diálogo, de incansáveis visitas orientativas, impondo portanto, a partir das referidas mudanças, um trabalho de convencimento não só dos produtores mas, também dos colegas que virão a ser indicados para dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008. Os mencionados esforços serão empreendidos para que o fortalecimento da temática ambiental na SEAGRI-DF conquistados até 2015 não se percam. Este trabalho apresenta-se como uma estratégia de resgate do histórico da questão ambiental na SEAGRI-DF, valorização das conquistas e apontamento dos aspectos que necessitam ser aperfeiçoados para um ganho de escala qualitativo essencialmente.

A importância da manutenção e fortalecimento do Programa se dá como um reconhecimento da SEAGRI-DF perante a sociedade de que a questão ambiental está intrinsecamente atrelada à construção e execução da política agrícola local, como duas forças que podem impulsionar tanto os índices de produção agropecuária, quanto os índices de melhoria das condições ambientais associadas à qualidade da água no final dos processos produtivos, da proteção dos solos e da biodiversidade, da criação de incentivos para a permanência das pessoas no campo, na busca do equilíbrio produtivo-econômico incluídos os custos ambientais, objetivamente para garantir a viabilidade da vida neste planeta para esta e as futuras gerações.

## 9 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBUQUERQUE, J. P. C. **Relatório anual Comissão de Localização da Nova Capital Federal**. Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal. 1955. Disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3123>. Acesso em 20/05/2015.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637 – 651, set./dez. 2006.

ANDRÉ, M. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995. (Série prática pedagógica).

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C.; DONAZZOLO, J.; SILVA, G. P. **Da extensão rural difusionista à construtivista-agroecológica: condicionantes para a transição**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, L. C. **Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil**. IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília – DF, 2008.

BATISTA, M. S. S. **Educação ambiental como política pública: uma incursão pelos caminhos da gestão**. In: GRACINDO, R. V.; LOUREIRO, C. F. B.; SILVA JR., J. R.; ALVARENGA, M. S.; RIBEIRO, M.; SILVA, R. H. D (orgs). Educação como exercício da diversidade: Estudos em campos de desigualdades socio-educacionais. Brasília, Líber Livro, Volume 2, p. 105-132, 2007.

BIZERRIL, M. X. A.; SOARES, C. C.; SANTOS, J. P. **Linking community communication to conservation of the maned wolf in central Brazil**. In: Environmental Education Research.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, inc., 1982.

BOURDIEU, P. **Contrafogos** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Publicada no Diário Oficial da União em 05/10/1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 14.12.1964 e retificada em 2/2/1964.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965**. Código Florestal Brasileiro. Publicado no Diário Oficial da União em 16/09/1965.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação ambiental. Publicado no Diário Oficial da União em 28/04/1999.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2009. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-area>. Acesso em 23/01/2015.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **No rumo da mudança, fatos e tendências: água**. Brasília, 2009, p. 36.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **IN nº05 do MMA/Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011**.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da APA Bacia do Rio Descoberto**. 2014, 313 páginas.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Viveiro educadores: plantando vida**. – Brasília: MMA, 2008. 84 p.

CALDAS, J. e CASTELÕES, L. **Aquaripária: áreas experimentais são implantadas**. EMBRAPA CERRADOS, publicado no site em 08/05/2012. Disponível em [http://www.cpac.embrapa.br/noticias/noticia\\_completa/394/](http://www.cpac.embrapa.br/noticias/noticia_completa/394/) acesso em 06/01/2016.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma nova ater pública.** Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. Santa Maria, RS, 2003.

CAPORAL, F. R.; FIALHO, J. R. D. **A disciplina de Extensão Rural no curso de Agronomia da UFSM:** análise geral e sugestão de um novo programa. Santa Maria, RS: CPGER/UFSM, 1989. 41 p. Mimeografado.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F.; COSTABEBER, J. A. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília: 2009. 398 p.

CARVALHO, I.C. de M. **Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação.** In: Layrargues, P.P. (org.) Identidades da Educação ambiental Brasileira. Brasília, MMA, 2004.

CARVALHO, I. C. M. **Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

CASTILLO, A.; GAUDIANO, E. G. **La educación ambiental para el manejo de ecosistemas: el papel da investigación científica en la construcción de una nueva vertiente educativa.** In: Educación ambiental y manejo de ecosistemas em México. Primeira edição, 2010.

CHADDAD, F. R. **Princípios metodológicos da educação ambiental e suas aplicações em projetos escolares.** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, N.14; p. 1 8 1 0 – 2012.

COSTA, M. V. **Introdução: novos olhares na pesquisa em educação.** In: **Caminhos investigativos:** Novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996. p. 7-17.

DISTRITO FEDERAL. **Brasília: Lúcio Costa.** Rio de Janeiro/Brasília: Edições Alumbramento. 1986.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Anuário do DF**. Disponível em <http://www.anuariododf.com.br/site/radiografia-do-df/economia-2/>, acesso em 6/02/2016.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Distrital nº 163, de 26 de fevereiro de 1962**. Disciplina uso de áreas rurais do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 20.976 de 27 de janeiro de 2000**. Dispõe sobre a extinção da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal na forma da Lei nº 2.294, de 21 de janeiro de 1999. Publicado no Diário Oficial do DF em 27/01/2000.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 31.129, de 04 de dezembro de 2009**. Regulamenta a Lei nº 3.833, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental do Distrito Federal, cria o Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal, complementa a Lei Federal nº 9.795/99, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do DF em 04/12/2009.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Distrital nº 33.228, DE 28 de setembro de 2011**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 4.734 de 29 de dezembro de 2011**. Estabelece diretrizes para a implantação do Programa de Reabilitação da Área Rural do Distrito Federal e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do DF em 30/12/2011.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Distrital nº 41 de 13 de setembro de 1989**. Dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do DF em 4/9/1989, e republicado em 11/10/1989.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Distrital nº 3.833/06**. Instituiu a Política de Educação Ambiental do DF.

ENS, R. T.; PLOHARSKI, N. R.; SALLES, S. T. C. **A pesquisa e o fazer pedagógico: gerar e difundir conhecimentos**. Revista Diálogo Educacional - v. 2 - n.4 - p.67-84 - jul./dez. 2001.

FLICK, U. Introdução a pesquisa qualitativa. Editora Bookman, 2ª Edição, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GANEM, R. S.; CAVALCANTE, S. R.; OLIVEIRA, T. A.; SILVA, G. T. **Ordenamento Territorial e Plano Diretor: o caso do Distrito Federal.** Câmara dos Deputados. Cadernos Aslegis, n.34, p. 79-98, 2008.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Campinas, SP: Papirus, 1995. 8ª edição, 2007.

LAYRARGUES, P. P. **A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental?** In: REIGOTA, M. (Org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais.** In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil.** VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Ribeirão Preto, setembro de 2011, p. 1-15.

LIMA, E. C.; EMERICH, P. P.; MALDANER, V. I. **O Programa Adote uma Nascente no Distrito Federal.** In: IX Simpósio Nacional Cerrado e II Simpósio Internacional Savanas Tropicais, Brasília, 2008, 7 páginas.

LIMA, G. F. C. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária.** In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.;

CASTRO, R. S. (orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania, São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan/abr. 2013.

LUDKE, M. & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MEYER, M. A. **Educação ambiental: uma proposta pedagógica.** Em aberto, Brasília, v.10, n.49, jan./mar 1991.

MISTRY, J.; BIZERRIL, M. X. A. **Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas?** In: Biodiversidade Brasileira Ano I, N° 2, Ecologia e Manejo de Fogo em Áreas Protegidas. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Brasília, 2011, p. 40 - 49.

PALERMO, F. A.; BÖCK, M. R. Oficinas de **educação ambiental como espaço de construção e contextualização de conhecimentos ambientais.** Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia - Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Um pouco de filosofia no meio ambiente. In: QUINTAS, J. S. (org.). Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: IBAMA, 2002, p. 24 – 38.

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória.** In: LAYRARGUES, P, P. (org.) Identidades da Educação ambiental Brasileira. Brasília, MMA, 2004.

RAMOS, A. E. **Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Projeto Semeando Água.** Brasília-DF 2007, não publicado, p.3 e p.7

RAMSAY, J.; FRIAS, H.; BELTRAN, L. R. **Extensión Agrícola: dinámica del desarrollo rural.** San Jose (Costa Rica): IICA, 576 páginas, 1975.

SEDUMA (SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL). **Plano Diretor de Ordenamento Urbano e Territorial do Distrito Federal: documento técnico**. Brasília: SEDUMA, 2007.

SILVA, T. C. A.; TYBUSCH, J. S. **Direitos de solidariedade e cidadania ambiental: o empoderamento dos marginalizados**. 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria, RS, 2015. 14 p.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TAVARES, J. A. S. **Brasília Agrícola: Sua História**. Brasília, 1995, p. 96. Editora?

THIOLLENT, M. **Notas para o debate sobre a pesquisa-ação**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista SOCERJ, Pedagogia Médica, p. 383-386, Rio de Janeiro, 2007.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

ZAKRZEWSKI, S. B. **Cenários da trajetória da educação ambiental**. In: Projeto de educação ambiental – PrEA: Caderno 4, Projeto Ambiental Escolar Comunitário - PAEC / Secretaria de Estado de Educação de Cuiabá, Mato Grosso, p. 17 – 24, 2004.

**10 APÊNDICES**

**APÊNDICE A.** Carta de aceite enviada ao Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, José Guilherme Tollstadius Leal em abril de 2015 solicitando autorização para avaliar os resultados do Programa Reflorestar.

#### **CARTA DE ACEITE**

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA REFLORESTAR

**Excelentíssimo Sr. Secretário,**

Com muita alegria gostaria de comunicar que fui selecionada no ano passado, para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília – PPG/MADER, campus de Planaltina.

Sou servidora efetiva desta SEAGRI desde maio de 2010 e tenho me empenhado de maneira consciente e dedicada à representação de nossa Secretaria em inúmeras oportunidades sobre a temática produtiva-ambiental, cada vez mais transversal à qualquer ação governamental, como o Zoneamento Ecológico Econômico, o Conselho de Meio Ambiente do DF, os Comitês de Bacia Hidrográfica, Programa Produtor de Água do Pípiripau, Projeto Descoberto Coberto, Inventário de GEE do DF, entre outros.

Neste contexto de produção de alimentos, produção e conservação da água, mudanças climáticas entre outros, **gostaria de obter autorização para que eu avalie os resultados do Programa Reflorestar, nos moldes em que se encontra hoje - como uma política pública ambiental para o DF, e para o futuro, propor a sua reestruturação, à luz dos princípios da Educação Ambiental crítica, num exercício capaz de envolver o corpo técnico da SEAGRI, as instituições parceiras e os produtores beneficiados pelo Programa, auxiliando-os na percepção de que estão fazendo muito mais do que recompor a vegetação nativa em áreas de preservação permanente ou de reserva legal, mas também, plantando árvores como a sua motivação de vida!**

Destaco que há uma intencionalidade avaliadora explícita no meu Projeto de Pesquisa, no entanto, quero imprimir um olhar de avaliação que permite aprendizagem, amadurecimento e evolução, para o fortalecimento do processo, uma avaliação que visa dar um salto de qualidade para o Programa, com desdobramentos para o fortalecimento institucional e ganho de escala da sua atuação no território.

Comprometo-me com o desenvolvimento concomitante deste trabalho com as demais atribuições da Gerência de Adequação Ambiental, a envolver a equipe do Programa Reflorestar e divulgar os resultados para os colegas e demais interessados no assunto, sem prejuízos às atividades em curso na referida Unidade.

Brasília, 07 de abril de 2015.

Respeitosamente,

Juliana Lopes Rodrigues de Sousa Viana  
Matrícula 189528-1

**APÊNDICE B.** Teor na íntegra da Lei nº 4734, de 29 de dezembro de 2011, que estabelece diretrizes para a implantação do Programa de Reabilitação da Área Rural do Distrito Federal e dá outras providências. Autoria do Projeto: Deputado Joe Valle. Publicada no DODF em 30/12/2011.

LEI Nº 4.734, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.  
(Autoria do Projeto: Deputado Joe Valle)

Estabelece diretrizes para a implantação do Programa de Reabilitação da Área Rural do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam instituídas diretrizes para a implantação do Programa de Reabilitação Ambiental do Distrito Federal, com a finalidade de incentivar e apoiar a reabilitação ambiental dos produtores rurais do Distrito Federal.

Art. 2º O Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal, observado o disposto na Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que trata da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, na Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e na Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, tem como objetivos:

- I – realizar ações de conservação do solo e dos recursos hídricos existentes na zona rural do Distrito Federal;
- II – apoiar a adoção de medidas que visem à revegetação de áreas de preservação permanente existentes na zona rural do território do Distrito Federal;
- III – fomentar e apoiar a revegetação de áreas de reserva legal, em consonância com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, visando à formação dos corredores ecológicos;
- IV – estimular a participação da sociedade civil na gestão dos recursos naturais;
- V – promover ações com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades visando ao uso sustentável dos recursos naturais;
- VI – integrar as ações do Programa com as demais políticas, programas, planos e projetos, públicos e privados, relacionados ao meio ambiente na área rural no Distrito Federal.

Art. 3º (V E T A D O).

Art. 4º Os produtores beneficiados pelo Programa deverão arcar, como contrapartida, com o plantio e com o trato cultural das mudas recebidas pelo período mínimo de 24 meses.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 2011.

124º da República e 52º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

**APÊNDICE C.** Teor na íntegra da Portaria nº 66, de 09 de setembro de 2015, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, publicada no DODF 10/09/2015, que instituiu Grupo de Trabalho para a propor a reformulação do Programa Reflorestar e elaborar a minuta do decreto de regulamentação.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL  
PORTARIA Nº 66, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a competência definida no Art.1º, inciso IX e no uso da atribuição prescrita no Art. 95, inciso III do Regimento Interno da SEAGI/DF, aprovado pelo Decreto Nº 34.249, de 28 de março de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com a finalidade de reformular o Programa Reflorestar e elaborar minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 4.734, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 2º Designar os servidores ROBERTO BEMFICA RUBIN, Matrícula nº 1.669.673-5, JULIANA LOPES R. DE SOUSA VIANA, Matrícula nº 189.528-1, ANDERSON DE ASSIS DE MELO, Matrícula nº 1.657.996-8, CLÁUDIO SILVA, Matrícula nº 100.840-4, LAYLYEE PAULA GALVÃO, Matrícula nº 1.658.122-9, MAC LEONARDO DA SILVA SOUTO, Matrícula nº 185.696-0, ICLÉA ALMEIDA DE QUEIROZ SILVA, Matrícula nº 926-1/EMATER-DF e WESLEY ROSA GUNTHER, Matrícula nº 1.661.400-3 para, sob a Coordenação do primeiro, comporem o Grupo de Trabalho instituído por este ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

**APÊNDICE D.** Texto da minuta de decreto da Lei nº 4734, de 29 de dezembro de 2011, ainda objeto de discussão na SEAGRI.

**MINUTA DE DECRETO.**

Regulamenta a lei nº 4734 de 29 de dezembro de 2011, que instituiu o Programa de Reabilitação da Área Rural do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal, observado o disposto na Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que trata da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, na Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e na Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999 será desenvolvido conforme os seguintes princípios:

I – promover a conservação do solo, dos recursos hídricos e da Biodiversidade existentes na área rural do Distrito Federal;

II – apoiar ações que visem a revegetação de áreas de preservação permanente existentes na zona área rural do território do Distrito Federal;

III – apoiar ações que visem a diversificação das espécies predominantes nas áreas de reserva legal, em consonância com órgão ambiental local, hoje Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, favorecendo a formação dos corredores ecológicos;

IV – estimular a participação da comunidade rural na gestão dos recursos naturais;

V – promover ações com a participação do Poder Público e sociedade civil visando o uso sustentável dos recursos naturais;

VI – articular com os demais programas, políticas, planos e projetos, públicos e privados, relacionados ao meio ambiente na área rural no Distrito Federal;

VII – articular-se com outras instituições para promoção transversal de ações contínuas de educação ambiental, visando a sensibilização da população.

Parágrafo Único – Entende-se por Produtor Rural aquele que reside e/ou desempenha atividades agropecuárias na unidade produtiva, sendo ela de base familiar ou patronal e que gere emprego e renda.

Art. 2º. O Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal será coordenado e executado pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI, que será responsável pela sua estruturação, administração e controle, realizando as parcerias necessárias para a efetivação das ações de reabilitação ambiental da área rural, a partir:

I – da adesão a outros programas e projetos desenvolvidos por parceiros em uma mesma bacia hidrográfica;

II – do apoio à produção rural sustentável por meio do fomento às boas práticas agrícolas, implantação de sistemas agroflorestais e educação ambiental;

Art.3º. Os critérios para o enquadramento no Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal, são:

I – a propriedade deve estar localizada/inserida na área rural do Distrito Federal conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – PDOT;

II – a propriedade deverá possuir área mínima de 2 (dois) ha, ou seja, pelo menos 1 (um) módulo rural praticado no território do Distrito Federal;

III – a propriedade rural deve assegurar o cumprimento da função sócio-ambiental estabelecida nos termos da legislação vigente;

IV – propriedades rurais que necessitam revegetar suas áreas de preservação permanente visando equilíbrio do meio ambiente, conforme previsto no art. 225 da Constituição Federal, *“bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*;

V - propriedades rurais que necessitam implantar áreas de reserva legal, encaminhadas prioritariamente, através de parecer técnico emitido pelo órgão ambiental local.

Parágrafo único – Fica vedado ao Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal o apoio ao produtor rural que estiver cumprindo sentença judicial decorrente da prática de crimes ambientais na referida área.

Art.4º. A prioridade de atendimento obedecerá a seguinte ordem:

I - os produtores rurais com Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP;

II - produtores rurais familiares detentores de propriedades com até 20 (vinte) hectares, atendidos pela EMATER;

III - demais produtores rurais atendidos pela EMATER;

IV – demais produtores rurais detentores de propriedades inseridas/localizada no DF, que comprovadamente adotem boas práticas agrícolas que colaborem com a preservação ambiental.

Art.5º. Caberá à SEAGRI:

I – Divulgar, anualmente, a quantidade de mudas que foram disponibilizadas em projetos de revegetação na área rural;

II - Identificar e priorizar as áreas de maior vulnerabilidade de risco de perda de qualidade e quantidade de água;

III – Identificar e priorizar propriedades vizinhas àquelas já atendidas pelo Programa, visando potencializar as ações e a replicação na região;

IV – Receber a solicitação do produtor agendando vistoria para elaboração da Recomendação Técnica de Plantio;

V – Incluir o produtor rural no cadastro do Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal, uma vez acolhida a solicitação;

VI – Emitir o Termo de Disponibilização de mudas ao produtor rural;

VII – Manter controle sobre a produção, disponibilização de mudas e monitoramento de campo, elaborando e divulgando relatórios do Programa em seu sítio eletrônico regularmente;

VIII – Disponibilizar mudas para eventos de Educação Ambiental, eventos de divulgação do Programa ou celebração de datas comemorativas, como: o Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia da Árvore, Dia Internacional da Água, Dia Nacional do Cerrado, entre outros. Quando houver disponibilidade;

IX – Realizar o monitoramento dos plantios, registrando a taxa de sobrevivência e se for o caso, recomendar a reposição das espécies, nos casos em que não for verificada negligência dos cuidados recomendados.

Art. 6º Caberá aos produtores beneficiados:

I – Aderir voluntariamente ao Programa por meio de solicitação à SEAGRI ou à EMATER/DF;

II – Preparar os berços onde serão plantadas as mudas, conforme Recomendação Técnica de Plantio;

III - Retirar e transportar as mudas dos viveiros da SEAGRI, conforme agenda e prazo estabelecidos;

IV – Realizar o plantio conforme a Recomendação Técnica de Plantio;

IV – Realizar os tratos culturais necessários, pelo prazo mínimo de 36 meses, visando o sucesso do plantio, conforme Recomendação Técnica de Plantio;

V – Manifestar interesse de permanência no Programa, mediante solicitação de revisita técnica.

Art. 7º Das penalidades:

I – Constatado o não cumprimento de qualquer dos incisos do Artigo 5º, por parte dos produtores beneficiados, os mesmos poderão ser suspensos e/ou excluídos do Programa, a critério dos entes gestores;

II – Constatada a negligência absoluta do Art. 5º, o produtor beneficiado será excluído do Programa e ainda deverá ressarcir o erário, por meio de Guia de Recolhimento à União – GRU, dos custos envolvidos na produção das mudas disponibilizadas para o cumprimento da obrigação legal de adequação ambiental da propriedade.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 2015.

124º da República e 52º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

**APÊNDICE E.** Roteiro de questões semiestruturado que orientaram a pesquisa de campo, nas propriedades de 28 produtores rurais em Brazlândia, com o objetivo de avaliar o Programa Reflorestar no que ele se propõe através das contribuições do seu público-alvo para propor a sua reformulação, de maneira participativa.

**QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS 30 PRODUTORES  
ATENDIDOS PELO REFLORESTAR EM BRAZLÂNDIA**

**DATA:**

**1. Sexo:**

- a) Feminino;
- b) Masculino.

**2. Faixa etária:** (distribuição dos produtores beneficiários segundo os grupos de idade)

- a) 20 a 34 anos;
- b) 35 a 49 anos;
- c) 50 a 64 anos;
- d) 65 a 79 anos;
- e) Mais de 80 anos.

**3. Qual dessas expressões melhor o define?**

- a) agricultor familiar;
- b) camponês;
- c) produtor rural – aqueles que praticam atividades no meio rural (pequeno, médio, grande).

**4. Número de pessoas que compõem a família, no momento da pesquisa:**

- a) Entre 2 e 4 membros;
- b) Entre 5 e 7 membros;
- c) Maior que 10.

**5. Algum membro da família com formação em cursos de ciências da terra, como técnico agrícola, agrônomo, engenheiro florestal?**

- a) Não;
- b) Se sim, diga qual \_\_\_\_\_

**6. Qual o tipo de dominialidade (a que título detém a propriedade) sobre o imóvel rural o Sr. (a) possui?**

- a) Posse;
- b) Contrato (arrendamento, concessão, cessão de direitos, compra e venda);
- c) Escritura.

**7. O tipo de dominialidade (a que título detém a propriedade) sobre o imóvel rural, fortalece/influencia o seu zelo com este lugar?**

- a) Não;
- b) Se sim, de que maneira? \_\_\_\_\_

**8. Como conheceu o Programa Reflorestar?**

- a) Eventos da Secretaria de Agricultura;
- b) Técnicos da EMATER;
- c) Vizinhos/amigos;
- d) Sites, reportagens, outros? (qual) \_\_\_\_\_

**9. Quem disponibiliza as mudas?**

- a) SEAGRI;
- b) EMATER;
- c) EMBRAPA, OnGs, outros.

**10. O que é o Programa Reflorestar?**

\_\_\_\_\_

**11. Você sabe o que é APP?**

\_\_\_\_\_

**12. Você sabe o que é Reserva Legal?**

\_\_\_\_\_

**13. Qual o grau de importância você atribui à iniciativa do Programa?**

- a) Pouca importância;
- b) Média importância;
- c) Muita importância.

**14. Você recomendaria o Programa para os vizinhos?**

\_\_\_\_\_

**15. O que o motiva a plantar árvores?**

\_\_\_\_\_

**16. O que o desmotiva a plantar árvores?**

\_\_\_\_\_

**17. Você sabe dizer qual o curso d'água, rio, ribeirão mais próximo da sua propriedade?**

\_\_\_\_\_

**18. Está ativo/acontecendo algum projeto de Educação Ambiental na região/já foi assistido por algum?**

\_\_\_\_\_

**19. Você considera que teve sucesso no plantio das mudas?**

- a) Sim – por que? \_\_\_\_\_
- b) Não – por que? \_\_\_\_\_

**20. Quais foram as principais dificuldades com o manejo das mudas?**

- a) Mão-de-obra;

- b) Formiga;
- c) Fogo;
- d) Animais;
- e) Outros, informar qual (is). \_\_\_\_\_

**21. Conhece algum instrumento para a gestão ambiental da região, como Comitê de Bacia Hidrográfica, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Planos de Manejo, Plano Diretor de Ordenamento Territorial, Zoneamento Ecológico Econômico?**

- a) Sim; qual (is)? \_\_\_\_\_
- b) Não.

**22. Está associado a alguma organização representativa da categoria de ocupante de imóvel rural, como associação de produtores por exemplo?**

- a) Sim; qual?
- b) Não.

**23. Há algum calendário anual das festas comunitárias, como as festas típicas (milho, morango, pimentão) na sua região?**

- a) Sim; qual?
- b) Não.

**24. Como vê a relação do governo com você quando propõe algum novo programa?**

- a) sou informado quando o programa já está criado.
- b) sou convidado a aderir ao programa.
- c) sou consultado a respeito de detalhes do programa quando este está sendo feito ou revisado.
- d) sou convidado a dar opiniões livremente sobre qualquer parte do programa quando esse está sendo feito ou revisado.
- e) sou convidado a colaborar na criação do programa.

**25. É a primeira vez que é convidado a dar opiniões/avaliar um programa proposto pelo governo?**

- a) Sim;
- b) Não, a política pública avaliada foi \_\_\_\_\_

**26. O que deve ser melhorado nesse programa?**

\_\_\_\_\_

**27. Como deveria ser um programa que envolvesse o pessoal da região para proteger os cursos de água?**

\_\_\_\_\_

**28. Como o governo pode fazer para ajudar o produtor a proteger os cursos de água?**

\_\_\_\_\_

**29. Se você fosse o governo, o que faria para promover a preservação dos cursos de água aqui na sua região?**

\_\_\_\_\_

**30. O que acham de penalidades? Quais outras formas de encorajamento à adesão ao Programa deveriam ser usadas?**

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE F.** Formulário denominado Roteiro de Vistoria Técnica com vistas ao enquadramento no Programa Reflorestar.



GOVERNO DE BRASÍLIA  
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
Diretoria de Fomento e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Gerência de Adequação Ambiental



**Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF**

**Vistoria Técnica**

**Identificação do requerente**

**CÓDIGO**

NOME:	
CPF:	RG:
TELEFONE:	
ENDEREÇO:	
LOCALIDADE:	R. A.:
COMO FICOU SABENDO? ( ) JORNAL ( ) TV ( ) BANNER ( ) RÁDIO ( ) EVENTOS ( ) OUTROS	

**Dados da propriedade**

ÁREA TOTAL (HA):	QUANTIDADE DE MUDAS ESTIMADAS:
ÁREA A SER RECUPERADA (HA):	1º FORNECIMENTO:
	2º FORNECIMENTO:
	3º FORNECIMENTO:
COORDENADAS GPS DA PORTEIRA:	
<b>Tipo de APP:</b> 1 ( ) Áreas marginais dos corpos d'água (rios, córregos, lagos, reservatórios); 2 ( ) ao redor de nascente ou olho d'água; 3 ( ) ao redor de lagos e lagoas naturais; 4 ( ) em vereda e em faixa marginal; 5 ( ) no topo de morros e montanhas; 6 ( ) em encosta ou parte desta; 7 ( ) nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas;	8 ( ) nas restingas; 9 ( ) em manguezal; 10 ( ) nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias; 11 ( ) nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçados de extinção; 12 ( ) praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre.  <b>Reserva Legal ( )</b>
<b>Fisionomia da paisagem:</b>	

Formações florestais: ( ) Mata de galeria ( ) Mata Seca ( ) Cerradão
Relevo: ( ) Acidentado ( ) Plano
Solo: ( ) Arenosa ( ) Média ( ) Argilosa ( ) Muito argilosa
Água: ( ) nascente - olho d'água ( ) córrego ( ) ribeirão ( ) rio ( ) campo úmido

**Informações Relevantes**

---

---

Declaro que não estou cumprindo sentença judicial decorrente da prática de crimes ambientais na referida área e gostaria de ser beneficiado pelo Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Técnico responsável**

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Escritório: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE G.** Formulário denominado Registro de Vistoria Técnica.

Governo de Brasília  
 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
 Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
 Diretoria de Fomento e Desenvolvimento Rural Sustentável  
 Gerência de Adequação Ambiental



**Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF  
 Registro de Visita Técnica**

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Nome:		
CPF:	RG:	Telefone:
Endereço:		
Localidade:	R. A.:	
Coordenadas GPS da propriedade:		
Área a ser reabilitada:		
Quantidade de mudas:		

**I. RECOMENDAÇÕES GERAIS**

1. Antes do plantio, realizar a limpeza do terreno por meio da roçagem das gramíneas invasoras, caso necessário. A biomassa roçada deve ser deixada no local para decomposição, depois de seca, ser utilizada como cobertura morta nas covas.
2. Proteger, com um tutor e coroamento, as espécies nativas em regeneração na área.
3. O espaçamento recomendado é de 3 x 3 m, o que requer 1.111 mudas por hectare, densidade próxima à de espécies arbóreas adultas encontradas nas formações florestais e no Cerrado Sentido Restrito.
4. As covas de dimensão 40 x 40 x 60 cm – mais fundas do que largas, devem ser preparadas com 300g de calcário dolomítico, a ser aplicado 20 dias antes do plantio e adubadas, no plantio, com 5 litros de esterco curtido de gado.
5. As mudas devem ter altura mínima de 30 cm e apresentar boas condições fisiológicas e fitossanitárias, não apresentando enovelamento do sistema radicular ou deficiência nutricional.
6. No plantio, retirar a embalagem plástica da muda antes de colocá-la na cova, evitando que os torrões sejam desfeitos; deixar a superfície do torrão da muda alinhada com a superfície do terreno; apertar a terra ao redor da muda, de modo que a planta fique firme e na posição vertical.
7. O crescimento das plantas deverá ser guiado por tutoramento, no qual as mudas deverão ser ancoradas por estacas fincadas nas covas, até que o desenvolvimento da espessura de seu tronco seja suficiente para mantê-las sob a ação de seu peso próprio e do vento.
8. As covas deverão ser regadas duas vezes ao dia em caso de ausência de chuvas ou de ocorrência de veranico no período chuvoso, até que atinja um desenvolvimento radicular que permita sua natural subsistência; irrigar uma vez por semana até o final do primeiro período de seca após o plantio.
9. As mudas deverão ser protegidas contra ataque de formigas.
10. As covas devem ser protegidas contra espécies invasoras por meio do coroamento (capina) e cobertas com matéria orgânica morta proveniente de capina ou de podas, para diminuir a evaporação e, assim, contribuir

para a manutenção da umidade no local. Repetir o coroamento pelo menos a cada três meses para manter a muda livre dessas espécies invasoras.

11. Em caso de pastoreio de animais nas proximidades, a área reflorestada deverá ser cercada.
12. Efetuar o aceiramento da área a fim de evitar a propagação de possíveis incêndios florestais.
13. Os tratos culturais recomendados deverão se dar pelo tempo necessário, no mínimo dois anos a partir do plantio.
14. Transplantar as espécies exóticas que se estabeleceram no local.

## **II. DISTRIBUIÇÃO DAS MUDAS NO CAMPO**

As espécies devem ser plantadas agrupadas, formando um misto de diferentes espécies.

## **III. RESERVA LEGAL**

Para a averbação da reserva legal exigida pela legislação federal (Decreto 6.686/2008), sugerimos consultar o órgão ambiental (Instituto Brasília Ambiental - IBRAM) para definir a melhor área para este fim. Gerência de Reserva Legal: (61) 3214-5604

## **IV Declaração**

Declaro que não estou cumprindo sentença judicial decorrente da prática de crimes ambientais na referida área e gostaria de ser beneficiado pelo Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Programa Reflorestar.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nome requerente: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Técnico Responsável:

Nome: \_\_\_\_\_

Escritório: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE H.** Formulário denominado Roteiro de Revisita Técnica.

GOVERNO DE BRASÍLIA  
 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
 Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
 Diretoria de Fomento e Desenvolvimento Rural Sustentável  
 Gerência de Adequação Ambiental



**Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF**

**Roteiro de Revisita**

**Identificação do requerente****CÓDIGO**


NOME:	
CPF:	RG:
TELEFONE:	
ENDEREÇO:	
LOCALIDADE:	R.A.:

**Dados da propriedade**

ÁREA TOTAL:	QUANTIDADE DE MUDAS RECEBIDAS:
ÁREA RECUPERADA:	1º FORNECIMENTO:
MOTIVOS DE PERDA:	2º FORNECIMENTO:
( ) FOGO _____	3º FORNECIMENTO:
( ) ESTIAGEM/VERANICO _____	( ) MORTE NATURAL _____
( ) FORMIGA _____	( ) OUTROS _____
( ) PISOTEIO DE ANIMAIS _____	

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura:

---

**Técnico responsável**

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Escritório: \_\_\_\_\_

**Informações Relevantes**


---

**APÊNDICE I. Registros fotográficos dos produtores atendidos nesta pesquisa.**